

# **DO DIREITO A VIDA À VIDA COMO DIREITO**

Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos  
de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo

**WALTER VARANDA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Saúde  
Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de  
Mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Saúde Materno-Infantil

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Camargo F. Adorno

**SÃO PAULO**

**2003**

**Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho, por processos fotocopiadores. Ao usá-lo, cite a fonte.**

**Assinatura:**

**Data:**

*Àqueles que me ensinaram sobre a “rua”, que aí viveram  
ou que aí ainda vivem.*

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que tem me incentivado e apoiado em toda a minha trajetória, e nas mudanças, nem sempre fáceis, que a convivência com a população de rua e inserção nos labirintos acadêmicos exigiram em minha vida.

Ao Professor Rubens C. F. Adorno que me orientou com a crítica indispensável, a consistência de sua experiência e o discernimento de mestre, apresentando-me a este novo universo, acolhendo minhas contribuições e facilitando a interação com outros pesquisadores.

À Augusta Tereza Alvarenga, Maria da Penha C. Vasconcelos e Aparecida Magali S. Alvarez que me incentivaram nos meus percursos para e dentro da Saúde Pública.

Às pesquisadoras que tanto me ajudaram a pensar a *rua* e alimentaram minha paixão pelo tema com seus anos de experiência de pesquisa sobre a população de rua: Maria Antonieta Costa Vieira, Maria Cecília Loschiavo e Cleiza Moreno Maffei Rosa.

Aos inestimáveis amigos e amigas, parceiros de muitos anos nos trabalhos com a população de rua da OAF, Associação Minha Rua Minha Casa e do “Fórum”, que souberam tolerar minha intolerância e os meus humores durante a realização deste trabalho, acolhendo pacientemente a sua gestação com todas as implicações em nossa militância junto à População de Rua.

Pela inspiração que tem alimentado minha alma, cuja fonte nem sempre se revela e que numa lição de paciência e humildade me outorga méritos, nem sempre meus, pelo trabalho junto àqueles com quem tive a sorte de conviver, ainda que nos limites fronteiros da sociedade.

Varanda, W. **DO DIREITO A VIDA À VIDA COMO DIREITO: Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo.** [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo]. São Paulo; 2003.

## RESUMO

A condição de desamparo da população adulta de rua é tratada no âmbito da saúde e das intervenções sociais visando levantar subsídios para a implementação de políticas públicas de saúde para esta população. A pesquisa recorreu a dados censitários, contribuições levantadas no programa de capacitação realizado pela FSP/USP em 2002 para profissionais de saúde que trabalham com moradores de rua, entrevistas com moradores de rua, profissionais e observações de campo. Este trabalho levanta questões pertinentes à saúde nas fronteiras sociais e à implementação de políticas de saúde pública para a população de rua, na perspectiva do morador de rua como sujeito de direitos. As estratégias e os circuitos de sobrevivência desenvolvidos por esta população, se inserem num contexto de oposição aos mecanismos de apartação social e rompimento dos vínculos familiares, porém caracterizadas pela precariedade e insalubridade das ruas, culminando em vulnerabilidades cumulativas que requerem intervenções de saúde orientadas segundo a sua especificidade.

**Descritores:** Direito. Moradores de rua. Saúde Pública. Vulnerabilidade.

Varanda, W. **THE LIFE AS A RIGHT: Surviving, interventions and health of adults destitute of work and home on the streets of São Paulo city.** [Masters Dissertation – School of Public Health of University of São Paulo Brazil]. São Paulo (BR); 2003.

## SUMMARY

The adult homelessness is focused in scope of the health and of social intervention intending to set up subsidies to the implementation of health public policies to this population. The research worked with census data, contributions from the qualifying program performed by FSP/USP at 2002 to health professionals who work with homeless people, interviews with homeless and professionals and notes from the field. This research raises questions related to the health in the social frontiers and related to the implementation of public health policies to homeless in the perspective of viewing the person who lives on the street as an owner of rights. The strategies and the surviving circuits developed by this people are inserted in a context of opposition to the social mechanisms that put them apart from society and breaks the family link off. However, this is characterized by precariousness and unhealthiness from the streets, resulting cumulative vulnerabilities which demands health intervention specifically oriented.

**Descriptors:** Rights. Homeless. Public health. Vulnerability.

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
	O PERCURSO DA PESQUISA .....	2
	QUEM É A POPULAÇÃO DE RUA – TERMINOLOGIA E CONCEITOS .....	5
	QUESTÕES INVESTIGADAS E METODOLOGIA .....	11
	<i>Estruturação dos capítulos</i> .....	15
<b>2</b>	<b>UMA INCÔMODA HERANÇA DO SÉCULO XX</b>	<b>16</b>
	A TRAJETÓRIA DA SITUAÇÃO DE POBREZA PARA A SITUAÇÃO DE RUA.....	19
	MIGRAÇÃO, TRECHEIROS E A SITUAÇÃO DE RUA.....	28
	NEM MENDIGO NEM LOUCO.....	31
<b>3</b>	<b>NOS PORÕES DA CIDADE</b>	<b>34</b>
	SUSTENTABILIDADE .....	36
	O ROLO E AS ECONOMIAS PARALELAS.....	40
	ITINERÂNCIA E DESABRIGO .....	43
	VIOLÊNCIA E INTERSEÇÃO COM CIRCUITOS DE CRIMINALIDADE .....	50
	CONFIGURAÇÕES DE LIMINARIDADE.....	55
<b>4</b>	<b>VULNERABILIDADES E A BUSCA DE SANIDADE</b>	<b>58</b>
	FUNCIONALIDADE DA BEBIDA.....	59
	GÊNERO: SEXUALIDADE E SUSTENTABILIDADE .....	63
	RELAÇÕES VINCULARES .....	68
	O RAPA E AS LIMITAÇÕES DE ABRIGAMENTO INSTITUCIONALIZADO .....	72
	A RUA COMO ESPAÇO DE PERDAS E GANHOS.....	78
<b>5</b>	<b>DIREITO À VIDA</b>	<b>81</b>
	OS DESCARTÁVEIS URBANOS .....	83
	EQUÍVOCOS DO BOM SAMARITANISMO E DA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	85
	NECESSIDADES E DIREITOS .....	92
	A SAÚDE NA CONTRAMÃO DAS MEDIDAS SANITARISTAS.....	95
	A BUSCA DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS .....	100
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>104</b>
<b>7</b>	<b>UMA OUTRA TRAJETÓRIA PARA A RUA – O PERCURSO DO PESQUISADOR</b>	<b>109</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho levanta questões relativas ao segmento populacional urbano identificado como população adulta de rua, considerando-o um sinal emergente de mudanças sócio-político-econômicas das últimas décadas e como um problema inerente a grandes metrópoles como São Paulo.

A articulação temática foi desenvolvida considerando o processo dinâmico de vulnerabilização desta população e parte do pressuposto que os serviços de saúde existentes são insuficientes e possivelmente inadequados para o enfrentamento do problema em toda a sua dimensão, complexidade e pertinência ética. A pesquisa pretende identificar elementos que concorrem para a fragilização da saúde de moradores de rua nas esferas bio-psico-social e aprofundar a discussão do problema como forma de subsidiar a articulação entre ações no campo da saúde e outras intervenções sociais na construção e implementação de políticas públicas para esta população.

A pertinência do tema *população de rua* com as políticas públicas e a área da saúde, se ampara em grande parte no conceito sociológico de saúde, “que retém ao mesmo tempo suas dimensões estruturais e políticas e contém aspectos histórico-culturais de sua realização (...). Introduzindo a cultura na definição do conceito de Saúde demarca-se um espaçamento radical: ela amplia e contém as articulações da realidade social” (Minayo, 2000).

Enquanto problema social, portanto relativo à organização social no seu todo, o fenômeno população de rua se relaciona com aspectos conjunturais já conhecidos. Entretanto o significado e a organização do *viver nas ruas* tem a sua constituição a partir das esferas subjetivas que torna cada morador de rua, único em suas fragilidades ou potencialidades. A riqueza cultural que cada um traz em histórias de vida ricamente diversificadas, na constituição de novas formas de enfrentamento das adversidades cotidianas, amplia a possibilidade de compreensão deste universo com nuances intangíveis pelos métodos quantitativos.

Portanto, além do recorte de estatísticas conhecidas, a pesquisa procurou identificar uma rede de sobrevivência fortalecida pela rede institucional de assistência que engloba os serviços de assistência social e de saúde existentes. Buscamos, desta forma, caracterizar o contexto de perdas cumulativas e



deterioração das condições de vida e por outro lado, resgatar a sanidade do movimento reativo do sujeito e das intervenções que concorrem para a sua constituição como sujeito de direitos.

## **O percurso da pesquisa**

Depois do primeiro contato com a população de rua em Belo Horizonte, em 1989, passei a me ocupar com este tema, inicialmente como voluntário, assumindo em seguida uma postura mais militante pela causa dos moradores de rua e catadores de materiais recicláveis, num outro período, como profissional junto a organizações não governamentais nesta área e como pesquisador nos últimos anos.

A preocupação com o aprofundamento das questões relacionadas à população de rua fez surgir no início da década de 90, os primeiros grupos de estudo da realidade e da metodologia de trabalho com a população de rua. A principal referência para estes estudos foi o trabalho pioneiro da Organização de Auxílio Fraternal – OAF, na qual me inseri, a partir de 1990, já morando em São Paulo, e que deu origem à Associação Minha Rua Minha Casa - AMRMC, de cuja implantação me ocupei a partir de 1996.

Estas duas organizações sociais foram palco principal das minhas observações e são representativas das relações entre o sujeito de pesquisa e as instituições assistenciais da cidade: na medida que atuam na Baixada do Glicério, zona central da cidade de São Paulo, com a maior densidade de população de rua; por proporcionarem relações vinculares de diferentes formas; e pelo desenvolvimento de programas com recursos subsidiados pela prefeitura municipal, de maneira similar à grande maioria das instituições que prestam serviços à população de rua nesta cidade.

A OAF atua no município desde 1955 e sua reduzida performance quantitativa se contrapõe a uma diversidade de atuação metodológica tal que contempla a assistência básica, moradia, geração de renda, organização de catadores de materiais recicláveis e fomento à implementação e consolidação de políticas públicas. Possui um papel significativo na articulação e organização dos catadores de materiais recicláveis, do Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua, no âmbito municipal, no Fórum Nacional de Estudos

sobre a População de Rua, na criação da Pastoral Nacional da População de Rua e na criação e fortalecimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A AMRMC atua desde 1996 debaixo do Viaduto do Glicério, atende 200 pessoas diariamente, através de inúmeros programas com objetivos específicos e metodologias distintas, mantendo uma relação de parceria com a OAF, principalmente quanto à orientação metodológica. Alguns destes programas são similares àqueles das casas de convivência subsidiadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Minha experiência nestas instituições remonta aos últimos 13 anos, entretanto foram intensificadas a partir 96, quando passei a representar a OAF em atividades externas e assumi a coordenação e implantação dos programas sociais da AMRMC e posteriormente do projeto de moradias transitórias, hoje atendendo a 44 pessoas que conseguem alguma renda. Também foram cenários das minhas observações, os logradouros na região do Glicério e adjacências, que são utilizados na instalação de *mocós*, principalmente pela extensão das áreas cobertas do complexo viário da interligação Leste-Oeste e proximidade da área comercial do centro.

O princípio metodológico central adotado por estas instituições e, portanto ao longo de minha experiência nesta área é o de trabalhar “com” e não “para” o morador de rua. Isto se traduz em uma mudança radical em relação aos significados atribuídos ao agente da intervenção que se pretende. A ação social fundamentada sobre este princípio, concebe o morador de rua enquanto *sujeito* da própria ação da qual ele também é o *objeto*. Isto aumenta as possibilidades de situações onde “eu” e “ele”, passamos a ser *sujeitos* de uma mesma ação, e permite a observação enquanto pesquisador, de um ponto de vista privilegiado.

Snow & Anderson (1998) identificam o papel do “pesquisador camarada” que se diferencia do pesquisador assim definido pelas suas credenciais ou posturas investigativas: “... os indivíduos tendem a reagir a, e a identificar os outros mais em termos dos papéis ou ações imediatas desses últimos do que em termos de suas afirmações em contrário (p.55)”.

A preocupação com pesquisa e maior aproximação da realidade da rua nesta convivência com moradores de rua, implicou na utilização de outros procedimentos investigativos, não obstante serem os registros efetuados, restritos àqueles adotados institucionalmente. Isto reforçou a necessária triangulação com a observação participante em períodos de afastamento das minhas obrigações

institucionais e com a realização de entrevistas em profundidade com 5 informantes chave com grande experiência de vida nas ruas e entrevistas com profissionais do serviço público com amplo conhecimento das relações institucionais.

Uma importante fonte de informações se constituiu a partir do projeto de Implementação de Políticas Públicas de Saúde voltadas à população de rua e realizado pela Faculdade de Saúde Pública<sup>1</sup>. A minha participação neste projeto iniciou em 2001, com uma discussão no Distrito Sanitário de Pinheiros e que se estendeu a 4 subprefeituras: Sé (Sé/Santa Cecília/Barra Funda), Pinheiros, Mooca, Lapa. Foi criada uma equipe de coordenação com 3 docentes da FSP, equipe técnica com 3 pós graduandos e um fórum de aprofundamento temático para a preparação das oficinas de capacitação que contou com a participação de 16 representantes das secretarias da Saúde, Assistência Social, Educação e Centro de Saúde Paula Souza. Este último grupo se reuniu a partir de março/2002. Foi realizado um seminário aberto de um dia em agosto/2002 e 10 oficinas de capacitação para duas turmas com 30 profissionais cada uma (uma turma pela manhã e outra à tarde totalizando 40 horas cada turma), no período entre 11/09 e 20/11/2002.

Este projeto reuniu um conjunto diversificado de profissionais vinculados ao poder público em diferentes níveis e atuações, mas tendo em comum o trabalho de intervenção direta ou indireta da população de rua. Os expositores convidados foram na sua maioria pesquisadores com experiência de pesquisa ou trabalho direto com moradores de rua. Alguns expositores convidados trouxeram ainda, informações complementares pertinentes ao tema, sobre o desenvolvimento urbanístico da cidade, serviços públicos, questões de gênero, alcoolismo e drogadição e desenvolvimento de políticas públicas no contexto das subprefeituras. O curso de capacitação também contou com 4 moradores de rua que trouxeram suas experiências de vida em uma das oficinas realizadas. Entre alunos, expositores e convidados que contribuíram diretamente para aprofundamento do tema, este projeto contou com a participação de mais de 90 pessoas.

Um outro projeto de pesquisa de grande relevância que trouxe nova luz a este estudo agregou, a partir de 2002, pesquisadores da FSP, FAU e Instituto de Física, da USP no estudo comparativo da população de rua nas cidades de Los Angeles, França, Tóquio e São Paulo. Em meados de agosto de 2003 realizamos

---

<sup>1</sup> Iniciativa do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da USP – Universidade de São Paulo e apoio do Ministério da Saúde.

um seminário com pesquisadores destas quatro cidades e um seminário internacional aberto ao público, com a presença de representantes das secretarias locais e do movimento dos catadores.

### **Quem é a população de rua – terminologia e conceitos**

Conforme pesquisa realizada na cidade de São Paulo (SAS/FIPE, 2000), o segmento populacional identificado como população de rua se constitui na sua maioria, por homens (15% são mulheres), com idade média na faixa dos 40 anos, portanto em idade produtiva, com algum grau de escolaridade, procedentes de todas as regiões do país e vivendo longe da família.

Esta população tem sido alvo de inúmeras pesquisas em várias cidades do Brasil e do mundo sob categorizações distintas. Entre estes sujeitos também não existe consenso quanto a uma identidade única: muitos que usam o albergue público procuram se diferenciar daqueles que não usam, associando os termos população de rua/morador de rua, literalmente à condição de quem dorme nos logradouros públicos, como o depoimento de JM para um documentário para televisão: “graças a deus, até hoje, na rua eu nunca morei” (PGM 239, Circular, TV Bandeirantes).

As nomeações pelas quais os moradores de rua se identificam se referem àquelas utilizadas dentro das instituições que freqüentam, como **morador de rua**, ou termos que se referem a práticas voltados para grupos específicos<sup>2</sup>.

É bastante comum o termo **maloqueiro** entre aqueles que dormem nas ruas e se refere a quem usa a *maloca*, ou *mocó* – que é um lugar definido de permanência de pequenos grupos durante o dia ou usado para o pernoite, que normalmente tem colchões velhos, algum canto reservado para os pertences pessoais (roupas e documentos) e às vezes utensílios de cozinha. Quem usa albergues são identificados simplesmente como usuário de albergue ou albergado.

**Trecheiro** também é bastante usado entre os moradores de rua, é oriundo dos trabalhadores que transitavam de uma cidade para outra a procura de trabalho. Continua sendo usado pejorativamente por uns e naturalmente por quem já teve a experiência de *trecho* (se referindo a este tipo de percurso). Os **trecheiros** se

---

<sup>2</sup> Estes termos apareceram nos depoimentos dos 4 moradores de rua que participaram do Curso de Capacitação na FSP/USP e nos depoimentos dos informantes pesquisados.

opõem aos **pardais**, que são na sua visão, os moradores de rua que se fixam e não trabalham (Vieira, 1999). A atribuição de valor ao nomadismo, também é referido por Magni (1995), pela oposição do próprio sujeito ao estado de carência e passividade do morador de rua que se fixa num determinado lugar.

Os alcoolistas quase sempre negam que são alcoolistas, mas aqueles que assumem o uso continuado de bebidas alcoólicas como prejudicial para a saúde costumam se intitular como **bêbados**, **bebuns**, **alcoólatras**. Há muitas referências ao uso de outras drogas na rua, principalmente a maconha, o crack e a cocaína, quase sempre referida como farinha. O crack que esteve muito popularizado entre os mais jovens parece estar cedendo este lugar à maconha. Para os alcoolistas, de maneira geral, os usuários de outras drogas são os **nóia**. Do crack também vem o termo **pedreiro**. Estes termos são usados de forma preconceituosa, como se uma outra raça se fizesse presente na rua, assumindo características e personalidades distintas. Entre os próprios usuários de drogas, estes termos também são aceitos.

A alternância entre o uso destes termos denota classificações subjetivas do grau de cronicidade atribuída ao indivíduo e determinada principalmente pela aparência e comportamento. Termos como “usuário de...”, “...em situação de rua”, “morador de rua” e “maloqueiro”, costumam ser usados pelas próprias pessoas que estão nesta condição, onde, nesta ordem, **maloqueiro** se relaciona a um estado de maior degradação. As classificações usadas variam conforme a natureza do olhar, se de fora ou de dentro, ou se parte da ótica institucional. Neste caso pode predominar critérios emocionais, religiosos, médicos ou sanitaristas. Esta diversificação classificatória também foi encontrada por Geremek (1995).

Tem sido bastante usada a classificação apresentada a partir da pesquisa realizada na cidade de São Paulo em 1991 (Vieira et al. 1994, p.93), distingue “ficar na rua – circunstancialmente”, “estar na rua – recentemente” e “ser de rua – permanentemente”. Esta distinção de situações também tende a uma maior complexidade na medida em que se considera o intrincado conjunto de fatores que se inter-relacionam no processo de *ida para a rua* e nas práticas assistenciais existentes.

Cada categoria também pode estar compreendendo diferentes segmentos. Quem cata papel, latinha e cobre na rua<sup>3</sup>, por exemplo, são os **catadores** -

---

<sup>3</sup> Reconhecida hoje como uma ocupação profissional, os catadores de materiais recicláveis vivem da coleta de papéis, normalmente provenientes de escritórios, papelão de embalagens, latas de cerveja e

trabalhadores que vivem da rua. Grande parte deles se considera morador de rua, mas também é verdade que muitos catadores que têm o seu núcleo familiar constituído, estão vinculados a associações ou cooperativas e nunca estiveram na situação de dependência direta de serviços públicos assistenciais, morando nas ruas.

A terminologia corrente mais comum em outros países talvez seja a de *homeless*, mas nem sempre é entendida da mesma forma. Este termo poderia, por exemplo, ser estendido àqueles que estão em habitações que não atendem a necessidades e padrões mínimos de habitabilidade. O conceito de *homelessness* atribuída pelo National Coalition for the Homeless (NCH, 2002) às pessoas que enfrentam alguma situação de desabrigo, incluiria a grande quantidade de pessoas que mesmo tendo um local para morar, esporadicamente usam os albergues ou dormem nas ruas por falta de abrigo público adequado e disponível. Este é o caso de migrantes e pessoas que têm planos definidos de permanência na cidade, pessoas sem recursos para ficar em hotéis ou casa de parentes, que temporariamente se encontram na cidade para fazer tratamentos de saúde, trabalhadores que moram na periferia e passam alguns dias da semana na região central da cidade, e mesmo famílias que nas proximidades do natal vêm para as ruas no centro da cidade à espera de doações em roupas, alimentos ou presentes para os filhos. Isto é perceptível pela quantidade de mulheres e crianças nas ruas nas vésperas do natal, e que se instalam em pequenos grupos na região central da cidade. Também se encontram em situações temporárias de desabrigo as constantes vítimas das catástrofes como enchentes que assolam permanentemente a cidade.

Os sujeitos que consideramos estão além da perspectiva de recuperação de condições mínimas de vida em curto prazo. O problema conceitual em relação a estes termos se estende à dimensão da pobreza no país, ou seja, estamos falando de um número superior a dez mil pessoas na cidade de São Paulo<sup>4</sup>, recorte de uma situação limite dentro dos 23 milhões que estão na miséria em todo o país, ou seja, abaixo da linha de pobreza, como anunciado pelo governo federal e amplamente divulgado pela imprensa, ao longo do governo Lula.

---

refrigerantes – alumínio, cobre extraído de fios e motores elétricos, dentre outros materiais de menor valor ou mais difíceis de serem encontrados.

<sup>4</sup> Considerando as pessoas que pernoitam nos logradouros ou nos albergues públicos ou privados (SAS/FIPE, 2000).

Snow e Anderson (1998) atribuem ao desabrigo, uma *dimensão residencial, uma dimensão de apoio familiar e uma dimensão de valor moral e de dignidade baseada num papel desempenhado*. Nos termos da primeira dimensão, entende-se a ausência de moradia convencional permanente. Eles consideram na segunda dimensão os laços familiares, as redes sociais, a ligação entre indivíduos e a sociedade, e as várias configurações de atenuação dos laços familiares. “O terceiro traço distintivo do desabrigo é o grau de dignidade e de valor moral associado às diversas categorias de desabrigo. De um ponto de vista sociológico, ser morador de rua é, entre outras coisas, ser o detentor de um papel básico ou de um status modelar” (p.26).

A coletânea de artigos intitulada “Homelessness” divulgou a pesquisa de Joanne Pássaro, que radicada em Manhattan, aprofundou questões de gênero e publicou “The Unequal Homeless: Men on the Streets, women in their place”. Depois de entrevistar 202 homens e 178 mulheres, ela afirma que o problema da rua é uma questão de lar (home), de imperativos culturais que são criados e reforçados pela ideologia da família nuclear (Pássaro, 1999). Em outro artigo da mesma revista, Clarke (1999) traz o seguinte depoimento: “‘Home is where the heart is’. My heart and soul have always been with my family, my children. I always had that, I always had my ‘home’. What I didn’t have was a roof over my head: I was roofless, not homeless<sup>5</sup>”.

A diferenciação necessária entre *homeless* e *roofless* ou *houseless* que distingue o segmento dos *Sem Teto* da População de Rua, aparece nas diferentes trajetórias destes dois movimentos na cidade de São Paulo. Os sem-teto têm suas conexões familiares e comunitárias de tal forma constituídas que permitiu um movimento social com conquistas políticas concretas através da ocupação de vários prédios públicos no centro da cidade e a subsequente luta pela regulamentação. É freqüentemente identificado como movimento dos encortiçados, por ter se originado com a insatisfação de moradores de cortiços com suas condições habitacionais e pela exploração dos proprietários dos imóveis que ocupavam coletivamente, conforme afirma um de seus líderes<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> “‘Lar é onde o coração está’. Meu coração e minha alma sempre estiveram com minha família, meus filhos. Eu sempre os tive, sempre tive meu lar. O que eu não tinha era um teto sobre minha cabeça: eu era sem-teto, não sem-lar”.

<sup>6</sup> Notas das reuniões do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua com Gêge, um dos líderes do movimento dos Sem Teto.

As famílias ou grupos familiares que se formaram debaixo de alguns viadutos da cidade, têm sido alvo de programas da secretaria da habitação por se considerar os baixios de viadutos como áreas de risco (principalmente depois de um incêndio sob o Viaduto Antártica, que o deixou interditado por vários meses em 2001). A assistência, neste caso, tem uma participação mais efetiva da secretaria da habitação do município, o que os colocaram numa situação diferenciada, privilegiando-os com a transferência para hotéis ou para moradias coletivas. Às vezes são identificados como população de rua mas a diferença no tratamento que vêm recebendo, denota que são um grupo de pessoas com características particulares.

A referência explícita à moradia na identificação de moradores de rua é feita de forma mais ampla com o termo *sem teto*, porém ganha um contorno mais específico no termo *sem domicílio fixo*, como tem sido usado na França (Magni, 2002). Os usuários de abrigos temporários aceitam mais facilmente este termo segundo opiniões de moradores de projeto de moradias transitórias da OAF<sup>7</sup>. Num depoimento no filme *À Margem da Imagem*<sup>8</sup>, um dos entrevistados identifica sua situação da mesma forma, com aparente naturalidade: "... estou morando em endereços alternados".

Esta mesma idéia foi usada no subtítulo deste trabalho, apesar da conotação política do termo. Preferi adotar *Destituído* numa referência genérica a esta população por se tratar de relações entre cidadão e sociedade, num contexto de injustiça social no que tange à distribuição de renda, contexto este que se encontra sob amplo debate no país e tem o governo federal como principal articulador. Castel (1998), também se refere a uma *progressiva destituição*, quando trata das perdas da *sociedade salarial*, resultante de transformações *de natureza sociológica*.

Outros termos, como mendigos ou pedintes, ora em desuso, não correspondem às características desta população, embora faça parte do imaginário coletivo. Os primeiros estudos sobre esta população no Brasil já identificavam ex-trabalhadores vivendo de maneira *socializada* na rua (Neves, 1983), associando a mendicância a "uma cadeia de degradação das condições de trabalho ao longo de duas a três gerações" (p.31). Durante muitos anos a associação da imagem do

---

<sup>7</sup> Notas de reuniões, fev/2003.

<sup>8</sup> *A Margem da Imagem* - Documentário em longa metragem idealizado por Evaldo Mocarzel e Maria Cecília Loschiavo dos Santos, produzido pela SP Filmes de São Paulo em 2002.



*servo sofredor* - oriundo da tradição religiosa cristã, ao sofrimento na rua fez surgir o termo *sofredor de rua* de conotação mais religiosa e explícita referência à situação de injustiça social, tal como adotado por instituições católicas, vinculadas à Pastoral de Rua. Alguns antigos moradores de rua ainda se identificam desta maneira, entretanto, costumam associar esse termo à situação de carência em que se encontram.

O Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo (SAS/FIPE, 2000), também adota os termos *população de rua* e *população moradora de rua*, abrangendo todos os moradores de rua da cidade, como “todas as pessoas que não têm moradia e que pernoitam nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos – ou casarões abandonados, *mocós*, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão e sucata. Da mesma forma, foram igualmente considerados moradores de rua aquelas pessoas, ou famílias, que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos, sejam eles mantidos pelo poder público ou privados” (p.5).

No corpo do texto, adotei o termo *população de rua* para identificar o conjunto das pessoas que dormem nos logradouros ou em albergues públicos, que utilizam os centros prestadores de serviços - que proporcionam banho e alimentação principalmente, identificados pelo poder público como casas de convivência ou que se beneficiam das obras assistenciais que distribuem comida e roupas nas ruas, incorporando portanto um pequeno segmento em situação de extrema pobreza que mesmo não dormindo nas ruas gravitam em torno dos serviços assistenciais voltados à população de rua, que fornecem banho, alimentação e roupas. A associação da disponibilidade de banho e alimentação com os serviços institucionais se deve ao fato ser este tipo de serviço o maior atrativo para a maioria dos usuários das casas de convivência. Reconhecemos, entretanto, a realização de inúmeros outros programas sociais de caráter educativo, culturais, religiosos, recreativos ou terapêuticos, responsáveis pela vinculação de um certo número de usuários que chegam a dispensar a alimentação e serviços de higiene oferecidos por estas instituições, por obtê-los de outra forma.

Para identificar estas pessoas individualmente ou parte desta população, adotaremos o termo *morador(es)/moradora(s) de rua* e trataremos de sua condição como *situação de rua*. Usamos simplesmente *rua* em alguns momentos para fazer alusão à *situação de rua* ou à sua cultura de sobrevivência. A busca de termos mais corretos vem fazendo com que algumas instituições adotem os termos

*população em situação de rua e pessoa em situação de rua*, numa tentativa de separar o indivíduo da situação em que ele se encontra. Embora tais termos reduzam a peso dos preconceitos embutidos nas rotulações das minorias, nem sempre são aceitos, como todos os outros acima mencionados, pelos moradores de rua.

## **Questões investigadas e metodologia**

Esta pesquisa se configura como qualitativa e documental. Dentro do recorte temático apresentado, buscou-se a triangulação entre dados documentais, entrevistas em profundidade e observação em campo e experiências institucionais. “A lógica que subjaz à triangulação se radica na complexidade da realidade social e nas limitações de toda metodologia de pesquisa. O argumento básico é que toda realidade social é multifacetada demais para ser compreendida adequadamente por um único método (Snow & Anderson, 1998, p.52)”. Snow/Anderson se referem a uma triangulação utilizando métodos mais abrangentes do que aqueles aqui utilizados, para uma pesquisa mais ampla da população de rua de Austin, Texas, EUA. Ele conclui que “ao invés de discutir os méritos de um método mais ou menos imperfeito em relação a outro, é melhor combinar estratégias múltiplas de modo que elas compensem as debilidades umas das outras”.

Seguindo as recomendações de Quivy e Campenhoudt (1992), as entrevistas realizadas visaram uma aproximação com a leitura que estes atores sociais fazem de suas próprias experiências. Os informantes selecionados para a entrevista foram quatro homens e uma mulher (proporção encontrada nos dados censitários), escolhidos dentro dos seguintes critérios básicos: estar dentro do perfil preponderante entre a População de Rua, evitando-se ocorrências isoladas (como alta escolaridade, população jovem, etc.); possuir informações relevantes sobre as questões investigadas; estar em situação de rua por mais de 2 anos, pernoitando mais freqüentemente nos logradouros públicos; conhecer os serviços públicos de albergamento, ‘comunidades’, ‘Casas de Convivência’, ‘bocas de rango’<sup>9</sup> e unidades de saúde; e não ser portador de distúrbios psíquicos importantes ou

---

<sup>9</sup> Termos usualmente utilizados pelos moradores de rua para se referirem aos equipamentos públicos ou locais de prestação de serviços como alimentação e higiene, normalmente restritos a esta população.

alterações de comportamento que comprometessem a realização e o conteúdo da entrevista.

Sendo somente uma mulher entrevistada, a entrevista privilegiou uma mulher com uma significativa história de vida: histórico de migrações, filhos, casamentos, separações, experiência com a prostituição, vida nas ruas, em instituições, soropositivo, trabalhadora e conhecedora de alternativas de obtenção de renda através de trabalho desqualificado feminino.

A observação participante na convivência com estes sujeitos se ampara em recursos da abordagem fenomenológica. Como explica Minayo (2000, p.34), “as realidades sociais são construídas nos significados e através deles, e só podem ser identificadas na medida em que se mergulha na linguagem significativa da interação social. A linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis na abordagem fenomenológica.”

Magnani (2002) propõe um “método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica” para “resgatar um olhar *de perto e de dentro* capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos” excluídos da perspectiva que ele qualifica como *de fora e de longe* (visão do indivíduo sob o prisma da fragmentação, individualizados e atomizados no cenário impessoal da metrópole). Ele levanta a vantagem de uma mudança de foco da etnografia urbana de evitar a “dicotomia que opõe, no cenário das grandes metrópoles contemporâneas, o indivíduo e as megaestruturas urbanas”, reconhecendo a “existência de grupos, redes, sistemas de troca, pontos de encontro, instituições, arranjos, trajetos e muitas outras mediações por meio das quais (...) o indivíduo participa efetivamente, em seu cotidiano, da cidade.” Neste plano a “perspectiva *de perto e de dentro*, (é) capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (p.17).

Ao abordar necessidades humanas, situação de riscos sociais e direitos, este trabalho reconhece uma população que é simultaneamente sujeito e objeto no contexto das intervenções existentes neste campo. Com esta perspectiva, estamos conscientes do risco de sua aproximação ou rotulação com o que Denzin e Lincoln (1997), identificaram por: “criticism and not theory” (p.4). Esta polêmica se reporta às discussões que contrapõem o quantitativo versus qualitativo no campo da pesquisa qualitativa em saúde. A este respeito, Minayo (2000), considera:

“A questão, a nosso ver, aponta para o problema fundamental que é o próprio caráter específico do objeto de conhecimento: o ser humano e a sociedade. Esse objeto que é sujeito se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência. Desta forma coloca ao estudioso o dilema de contentar-se com a problematização do produto humano objetivado ou de ir em busca, também dos significados da ação humana que constrói a história. É um desafio na busca de caminhos”.

Procurei levantar dados relativos a sexo, idade, escolaridade, procedência, trabalho e local de permanência, nos censos realizados, aliando-os a outras características investigadas com o intuito de aumentar a compreensão da população estudada, como: fontes de renda não convencionais como sexo e tráfico de drogas, níveis de sociabilidade, manifestações de agressividade e solidariedade, relações de gênero, facilidade em sobreviver em locais extremamente insalubres, resistência ao uso continuado de bebidas alcoólicas, resistência física para se locomover por grandes percursos, predisposição para transitar entre cidades vizinhas e nível de aceitação de regras institucionais.

De maneira geral as questões investigadas se dividem em:

- inserção na rua,
- estratégias de sobrevivência,
- universo relacional do sujeito e
- caráter das ações de intervenção.

A investigação da inserção na rua qualifica cada um dos sujeitos pesquisados valorizando sua história de vida e circunstâncias relacionadas às mudanças que o levaram para a rua. A inserção na rua não é vista como um fato acidental, mas como um processo, quase sempre longo, determinado por fatores externos, mas que também incorpora uma postura ativa do indivíduo. Será ele quem vai determinar o seu grau de dependência institucional, na medida em que a opção por esta ou aquela instituição onde buscará apoio reflete aspectos pessoais ou relacionados à sua origem. Suas escolhas pessoais determinarão o grupo de moradores de rua ao qual se vinculará por questões étnicas, de saúde, procedência e também pela sua relação com a bebida e drogas.

Vivendo em condições precárias, a maior parte desta população, usa dos poucos recursos que lhes resta para viver de forma minimamente autônoma. A identificação de diferentes formas de sobrevivência procura remeter a uma

tipificação de elementos fundamentais que caracterizem este tipo de vida e que implicam na sua saúde, como *dormida*, alimentação, sexualidade, lazer e ganhos financeiros.

Isto nos remete a uma caracterização que tem como pressuposto a existência de diferentes segmentos dentro da população de rua. A completa caracterização de cada um destes segmentos demandaria um trabalho etnográfico mais amplo com abordagens quantitativas ainda não realizadas para a cidade de São Paulo e que não foi contemplado neste trabalho.

Seria desejável conhecer os diferentes circuitos na rua para uma completa caracterização territorial ou dos movimentos de indivíduos ou agrupamentos. Isto permitiria uma caracterização mais ampla do universo relacional da população de rua, mas também extrapola os objetivos deste trabalho. Nos limitamos a levantar questões quanto ao pernoite e locais de permanência de alguns moradores de rua, como eles relacionam entre si, como se relacionam com as outras pessoas e instituições, tendo como referência:

- **lugares de pernoite** - marquises ou viadutos, *mocós* ou *malocas* que se caracterizam por relações de pertencimento a determinado grupo, albergues públicos, que por sua vez podem ser mais ou menos estáveis, ou mais ou menos rígidos, ou ainda quartos alugados em *ocupações*;
- **locais de permanência durante o dia** – que podem ser o ziguezaguear pelas ruas, os *mocós/malocas* que aglutinam moradores de rua em torno da bebida e eventualmente drogas, ou as Casas de Convivência ou comunidades religiosas, onde as pessoas “descansam” ou participam de alguma atividade desenvolvida;
- **locais e formas de adquirirem alimentos, roupas e banho** – que podem ser na própria rua, com alguns comerciantes, nos equipamentos públicos que tem esta finalidade, ou mesmo comprando o que necessitam;

Tem-se como pressuposto, que as pessoas que vão parar nas ruas preservam suas características pessoais e de sociabilidade, que diante das novas situações de adversidades e confrontação com as experiências de outras pessoas vão compondo uma cultura ou sub-cultura de rua. Para Sanchis, “cada um monta, na sua cabeça, na sua sensibilidade, no seu coração, na sua vontade e no seu sonho um certo tipo de mundo. É este “jeito de ser gente”, diferente de grupo para grupo, que constitui a “cultura” de cada um (1998, p.16). Estas pessoas estabelecem relações de sobrevivência entre si e buscam a reconstituição de um universo social que interage com o meio circundante das mais diversas formas,

numa luta permanente pela sobrevivência. As estratégias de sobrevivência determinam as relações com as instituições que apóiam ou prestam serviços à população de rua e com a sociedade em geral.

Finalmente, esta pesquisa também recorreu a dados macrossociais como os censos da população de rua e particularmente da cidade de São Paulo, para a sua adequada caracterização e contextualização e entendimento de alguns fatores preponderantes na sua constituição como a elevação do nível de desemprego, mudança nas relações de trabalho e trânsito de trabalhadores com baixa qualificação entre as cidades do interior e as grandes metrópoles.

### ***Estruturação dos capítulos***

Esta introdução apresentada como primeiro capítulo trata do objeto de estudo, do percurso da pesquisa, das considerações conceituais e das questões metodológicas. O segundo capítulo é dedicado a uma maior aproximação com o tema, contextualizando-o historicamente e estabelecendo os recortes necessários para o seu entendimento no cenário das relações sociais urbanas, utilizando-se de elementos que apontam para complexidade do assunto.

O terceiro capítulo explora o viver na rua no espaço urbano, buscando os elementos constitutivos de uma etnografia da população de rua e uma caracterização de estratégias de sobrevivência desta população. O quarto capítulo analisa reações ao processo de exclusão social e situações de vulnerabilidade, procurando entender seus significados.

Procuramos, no quinto capítulo, resgatar elementos norteadores para a implementação de políticas de saúde pública no que tange à população de rua, na perspectiva dos direitos inerentes à vida, dos direitos constitucionais e legislação que prevê a atenção às populações com necessidades especiais.

No capítulo destinado às considerações finais, a visão da miserabilidade, acidental, catastrófica e fatalista, que isenta a sociedade de ações enérgicas para a sua contenção, é contraposta com os desafios de se pensar a saúde nas fronteiras sociais, dentro do princípio de universalização da saúde, equidade e integralidade, preconizados pelo SUS, visando a diminuição dos riscos sociais.

O último capítulo é dedicado a uma apresentação do ponto de partida do pesquisador, onde se apresenta sua trajetória, perspectiva e motivações para que se estabelecesse o contato com a população pesquisada.

## 2 UMA INCÔMODA HERANÇA DO SÉCULO XX (ou frutos indesejáveis do desenvolvimento)

*“Eu nasci para gritar;  
e o meu grito será cada vez mais forte e lícido.”  
Elisabete<sup>10</sup>*

Os anos setenta trouxeram uma mudança no perfil demográfico da cidade de São Paulo com a identificação do segmento de pessoas que, junto aos tradicionais mendigos, perambulavam pelas ruas à procura de oportunidades de trabalho e na falta de alternativas para a moradia começavam a usar a rua como espaço privado. Rosa (1999) pesquisou reportagens sobre as “Vidas de Rua” em jornais da cidade e a primeira notícia encontrada, que relaciona vadiagem, delinqüência e desemprego, abordando a marginalização em relação ao mercado de trabalho, é datada de 1972. A partir daí começaram a aparecer cada vez com mais freqüência o registro de pessoas vivendo nas ruas da cidade sem “ganho definido” (Stoffels, 1977) e cuja identificação foi sendo substituída de mendigos por *moradores de rua* ou *população de rua*.

Escorel (1999) situa o crescimento do número de pessoas e o surgimento de grupos morando nas ruas, a partir do final da década de 80 (tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro), quando “sua presença passou a ser percebida como inoportuna mas, principalmente, ameaçadora” (p.238).

O primeiro levantamento da população de rua na cidade de São Paulo foi feito em maio de 1991, realizado com uma criteriosa metodologia por profissionais da prefeitura e organizações não governamentais na gestão da prefeita Luiza Erundina. Abrangeu as regionais administrativas: Sé, Pinheiros, Mooca, Lapa, Vila Mariana, Ipiranga, Penha, Santana contabilizando 3.392 pessoas, na sua maioria vivendo na região central da cidade (Vieira et al., 1994). No censo da população de rua encomendado pela prefeitura à FIPE em 2000, abrangendo toda a cidade, este número saltou para 8.706 pessoas, com 53,7 % na região central<sup>11</sup>, sendo identificados 42 % do total fazendo uso dos albergues públicos para o pernoite e 58

---

<sup>10</sup> Mota, Maria Elisabete Lima (1987, p.124). Ex-moradora de rua.

<sup>11</sup> Abrangendo os bairros Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé.

% dormindo em logradouros e lugares públicos (SAS/FIPE, 2000). Os dados preliminares da contagem em 2003<sup>12</sup> revelam o total de 10.394 pessoas com 59,5 % fazendo uso da rede de 33 albergues mantidos pela prefeitura 40,5 % dormindo nas ruas. A análise divulgada pela Folha de São Paulo compara o aumento de 20% em relação ao censo de 2000, com o incremento da população da cidade no mesmo período de cerca de 2 % ao ano.

O quadro abaixo mostra o seu crescimento na última década, salvaguardadas as diferenças entre os critérios metodológicos adotados, especialmente entre os levantamentos de 1991, 2000 e 2003 e as contagens de 94, 96 e 98 com menor rigor estatístico, mas que igualmente refletem uma ordem de grandeza coerente dos valores encontrados, segundo relatórios da SAS ou FIPE.

#### **CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO**

<b>ano</b>	<b>população de rua</b>	<b>albergues</b>	<b>logradouros</b>
1991	3.852	460	3.392
1994	4.449	1.749	2.800
1996	5.334	1.913	3.421
1998	6.453	3.416	3.037
2000	8.706	3.693	5.013
2003	10.394	6.186	4.208

Estes números são bem menores para outras cidades brasileiras. Apesar de não termos estatísticas atualizadas, as pesquisas existentes apontam uma maior concentração de moradores de rua nas metrópoles como Rio de Janeiro com 3.535 em 1999 (Bursztyn, 2000), Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, havendo também registros de população de rua nas outras capitais e cidades do interior.

A comparação com outros países é facilitada por um lado, devido à existência de estatísticas oficiais que também comprovam o crescimento desta população em países mais desenvolvidos, mas é dificultada por outro, devido às diferenças conceituais e metodológicas usadas nas pesquisas, como diferenças terminológicas para a identificação deste segmento populacional e de seus subgrupos. Isto afeta principalmente a análise de uma tipologia de moradores de

<sup>12</sup> A contagem realizada pela FIPE, para a prefeitura de São Paulo, em outubro de 2003, contabilizou os moradores de rua de 29 distritos da cidade com incidência relevante de moradores de rua, baseado na distribuição censitária encontrada nas ruas em 2000. As informações preliminares foram divulgadas pela Folha de São Paulo de 05/11/03.



rua que se relaciona diferentemente com variáveis como nível de escolaridade, qualificação profissional, etnia, situação familiar, renda e recursos de abrigamento. Ao estudar o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio, Santos (2003), trabalha com as quantidades aproximadas de 9.000, 35.000 e 10.000, respectivamente.

As diferentes concepções das *necessidades* e dos *direitos* humanos fundamentais, aliadas aos recursos nem sempre suficientes para a implementação das políticas sociais determinaram não somente as diferentes formas de entendimento, mas também diferentes posturas quanto ao enfrentamento deste problema na última década, notoriamente marcada pela ausência de políticas públicas capazes de reverter o agravamento desta situação.

Os profissionais da prefeitura de São Paulo que visitaram Toronto – Canadá, no início da década de 90, quando se planejava a implantação dos primeiros albergues públicos em São Paulo já relatavam a “existência de mais de 25 mil pessoas que usavam os serviços de habitação de emergência (albergues)” naquela cidade (Vieira et Rosa, 1991).

Nos Estados Unidos, um estudo considerando leitos de abrigos públicos em 182 cidades com mais de 100.000 habitantes mostrou que a taxa de desabrigo - *homelessness* havia triplicado entre 1981 e 1989. Uma revisão das pesquisas ao longo da década compreendida entre 1987 e 1997, em 11 comunidades e 4 estados norte-americanos, indicou um aumento maior que 100% na quantidade de leitos de abrigos (National Coalition for the Homeless, 1997). As estimativas para todo os estados Norte Americanos indicam que mais de 3,5 milhões de pessoas passam por alguma situação de desabrigo ao longo de um ano. *Homelessness* que foi traduzido aqui por desabrigo e tal como é usado nas pesquisas nos Estados Unidos, implica no uso eventual ou permanente de alguma forma de habitação emergencial<sup>13</sup> e compreende um segmento mais extenso do que aquele considerado como população de rua em São Paulo.

O crescimento deste fenômeno nas grandes cidades mundiais (Santos, 1999) tem mobilizado pesquisadores em vários países buscando-se a sua compreensão à luz das experiências desestruturantes<sup>14</sup> acumuladas pelo indivíduo,

---

<sup>13</sup> O termo desabrigado também poderia traduzir um outro termo em inglês: *unsheltered* (NCH,2002), usado para indicar aquelas pessoas que estão fora dos abrigos públicos ou “escondidas” em lugares não acessados nas pesquisas realizadas. Quando nos referirmos a estas pessoas usaremos o termo “não albergados”.

<sup>14</sup> O termo “experiências desestruturantes” é usado neste trabalho para se referir às experiências individuais que ao invés de fortalecer os recursos pessoais que capacitam o indivíduo para enfrentar os

mudanças nas realidades locais em cada país e grandes transformações mundiais, como repercussões sociais do fenômeno da globalização, como foi apontado no seminário internacional Rompendo as Barreiras da Exclusão: Populações de Rua e Políticas Públicas (USP/agosto-2003)<sup>15</sup>.

### **A trajetória da situação de pobreza para a situação de rua**

As particularidades das experiências de cada um e de como cada pessoa reage aos seus efeitos na sua trajetória para a rua e depois que aí se instala, impede generalizações, todavia não se pode restringir esta trajetória ao universo subjetivo e à individualidade dos processos de fragilização destas pessoas. É possível observar, a partir dos dados macro estruturais e conjunturais pertinentes às três últimas décadas alguma relação entre as transformações sócio-econômicas deste período com o surgimento do fenômeno população de rua, tal como se configura hoje e que tem sido associados a um amplo processo de exclusão social (Ver também Bursztyrn e Araújo, 1997, Escorel, 1999).

Em cenários de impasses políticos e catástrofes econômicas que afetam países inteiros, os movimentos sociais denunciam os mecanismos de opressão e exclusão social fundamentados na isenção da responsabilidade social do poder público e sociedade civil, apontando fatores diretamente relacionados ao desemprego, precarização do trabalho e degradação da qualidade de vida, como a valorização especulativa do capital, a tecnologização do processo produtivo, o desenvolvimentismo dos centros urbanos e a supervalorização dos processos de industrialização e distribuição de alimentos em detrimento do trabalhador rural.

As polarizações econômicas, a reestruturação demográfica e as novas dinâmicas do trabalho criam uma tessitura propícia para a concentração de riqueza no mundo e particularmente no Brasil, deixando graves seqüelas sociais sem a

---

desafios que a vida lhe oferece, minam seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua auto-imagem, auto-estima e sua identidade dentro do grupo social.

<sup>15</sup> Este seminário foi realizado na Faculdade de Saúde Pública-USP, sob a coordenação da Prof. Dra. Maria Cecília Losquiavo dos Santos e Prof. Dr. Rubens de Camargo Ferreira Adorno com a participação de pesquisadores de São Paulo, Los Angeles, Tóquio e Paris, secretários da Assistência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Trabalho da cidade de São Paulo, senador Setsuya Kagita - autor da lei de suporte aos moradores de rua do Japão, numa perspectiva global e local, analisando a pertinência do tema População de rua em relação à Saúde, Arquitetura, Urbanismo, Cultura, Meio Ambiente, Direito e Políticas Públicas.

contrapartida do estado diante da miserabilidade crônica da população (Dowbor, 1998).

A “dissolução do consenso do welfare” (Giddens, 1999), não deixa ao indivíduo muitas alternativas diante da perda de poder aquisitivo gerado pela precarização do trabalho ou mesmo desemprego. Mesmo que no Brasil existam soluções informais e às vezes ilícitas para se enfrentar os problemas da moradia – através da ocupação de áreas de mananciais e ocupação de prédios públicos, ou ainda para enfrentar o desemprego – através do trabalho informal, como é o caso dos ambulantes, um grande número de pessoas acaba nas ruas com a ausência de políticas públicas de apoio.

ML saiu de São Paulo com a família, deixou a mulher e filhos na casa do sogro em outra cidade e retornou a São Paulo para “procurar trabalho”. O dinheiro acabou, ele conheceu a rua e “esqueceu” a família. Em sua trajetória de saída da rua ele passou a trabalhar com outra atividade profissional, hoje mora com outra mulher e se mantém à distância dos familiares.

A, era o filho adotivo que fazia os trabalhos mais difíceis dos quais os “irmãos” eram poupados. Não estudou, mas poderia continuar como um agregado para trabalhar nos negócios da família. “Resolveu” tentar a sorte longe de sua cidade. Trabalhou algum tempo como vendedor em lojas, mas hoje, vive a procura de trabalho, morando em albergues e recorrendo à bebida quando experimenta situações de maior stress emocional.

RG conviveu com a família numa situação de pobreza extrema. Narra sua revolta contra os professores, quando estava na escola primária, com os monitores da Febem, quando ficou interno e com os trabalhadores sociais das instituições que freqüenta hoje. Na sua juventude aderiu à criminalidade, hoje vive nas ruas, se esforçando para manter um padrão de moralidade à qual aderiu por via religiosa, mas mesmo assim ainda se mantém distante das exigências do mercado de trabalho.

As mudanças nas relações de trabalho e o aumento da pobreza podem não ser fatores determinantes para se chegar às ruas, mas está intimamente relacionado com as rupturas sucessivas no universo afetivo, que culmina com a situação de rua. Segundo STDS, conforme palestra proferida no curso de capacitação, “a cidade tem hoje 970 mil desempregados e perdeu, entre 1991 e 2000, 570 mil postos de trabalho na indústria”. A pobreza aumentou 20 % no mesmo período. Ainda que a relação entre o empobrecimento da população e o

aumento da população de rua seja hipotética, raciocínio análogo tem sido utilizado para explicar outros problemas sociais. Não se pode afirmar, por exemplo, que o desemprego seja um fator determinante em relação à violência urbana, mas sabe-se que, “na última década, o número de mortes violentas cresceu 15 % no município” (ibdem).

A partir da ótica urbanista, Renato Cymbalista e Raquel Rolnik, repensam o problema da segregação social a partir da formação da cidade de São Paulo (capacitação - 30.10.02). Apontaram que a cidade cresceu com um planejamento urbanístico orientado ora horizontalmente, ora verticalmente, conforme períodos de sua história, mas sempre comportou bolsões de pobreza confinados ora pela concentração espacial das atividades econômicas, ora pela distribuição espacial segundo a geografia das enchentes e da distribuição de renda. A instalação da malha ferroviária nas regiões de várzeas e margem dos rios fortaleceu o trânsito de mercadorias do interior para o litoral e permitiu a instalação dos grandes fazendeiros na capital. Enquanto a elite econômica se instalava nas partes altas, mais arejadas e livre de inundações, a população mais pobre se concentrava nas regiões de várzeas e zonas de embarque da produção. Com o advento da industrialização a classe operária foi sendo atraída para os arredores da cidade, em torno das fábricas e a partir daí para os bairros de periferia. Com as soluções de infra-estrutura e sistema de transporte urbano restritos às regiões centrais e bairros criados dentro de planejamentos ordenados, os bairros pobres nasceram sem infra-estrutura que, ainda que prevista era implementada muito depois de sua ocupação ao contrário dos bairros nobres.

A verticalização nas décadas mais recentes foi um outro fator de seleção das famílias com maior poder aquisitivo com acesso mais fácil às regiões mais urbanizadas próximas ao centro. Salvo exceções pontuais, os estudos de ocupação do solo demonstram que as áreas mais adensadas são menos verticalizadas. A demanda pelo acesso ao trabalho e às facilidades urbanas disponibilizadas na área central atrai a população de baixa renda para as *ocupações* clandestinas, cortiços, favelas nas beiras dos rios ou morros que circundam as áreas urbanizadas.

Algumas pessoas em situação de rua transitaram por estas regiões de pobreza, alternando diversas situações de moradia, mas sem se fixarem nelas por muito tempo. No relato de DA, referente à sua experiência anterior à chegada nas ruas, ela fala da moradia num cortiço da Mooca e das facilidades de conseguir

doações, alimentos e trabalhos temporários. Ela vivia com o marido que nesta época tinha emprego fixo numa padaria:

“... nós fumo morar num lugar por nome de inferninho, óia bem, já se chama inferninho; óia, mais tinha tanta criança, tinha 50 criança lá; (...) era uma putaria pior que na albergue... a maconha lá rolava... putz; as puta querendo ganhar com as porta assim aberta; a mulher só queria saber do aluguel, e num queria saber de porra nenhuma (...); o quarto era maior do que esse, era um quarto e cozinha, cozinha que nem essa aqui<sup>16</sup>, um quartão grande; (...) eu botava as meninas assim (...) ganhei um tapetão da igreja, forava aquele tapetão bonito, botava as meninas sentadas, ... metia brinquedo para elas brincarem; enquanto isso eu lavava flaudas... (...); eu trabalhava, arrumei um serviço na feira, prá vender flores (...) e para ajudar a carregar caminhão; eu ganhava trinta reais, vinte eu dava pra ele ajudar a pagar o aluguel e dez eu ficava guardando pra se acontecesse qualquer coisa com as crianças; aí levei elas lá no posto, sabe daonde? da rua Tapaí, aí chegô lá, ganhava ... chego lá eu falava eu quero... eu quero passar pelo médico eu quero leite pra minhas fia, eu quero o que eu tenho direito, quero macarrão, quero feijão, as meninas só num tomava leite não... eu fazia... ganhei um liquidificador da igreja, véio, todo dia eu passava feijão no liquidificador; era feijão misturado com arroz; era aquela vitamina; as vezes era arroz com leite; dava prá menina, as menina passava até de uma hora, era três mamadeiras que eu dava por dia pra elas, eu pegava mamão na feira, abria assim o mamãozinho, sabe? tirava cimento, botava na boca delas, sabe?; elas enchia a pancinha, dava água, acabava, elas ia brincar; num chorava de jeito nenhum, dava tempo deu limpar a casa, o quartinho; só vivia arrumadinho minhas coisas; (...) depois eu mudei dessa feira... ele quis mudar, eu mudei desta feira pá, pá ... eu mudei desta casa ... desse quintal... .”

As questões da moradia e pobreza se entrecruzam com a convivência com os *circuitos de marginalidade* (Adorno, 1999) e com a dependência institucional. A saída do aluguel e da vida dos cortiços passa a justificar o distanciamento das facilidades que o centro da cidade oferece. A alternativa encontrada por DA, através de um movimento popular de moradia implicou numa militância,

---

<sup>16</sup> Compara o quarto e cozinha onde morava com o marido e mais 3 filhos com o lugar onde a entrevista se realizava, que tinha um cômodo e cozinha de aproximadamente 15 e 8 metros quadrados respectivamente.

compromissos e persistência difícil de serem mantidos e assim frustrada nos confrontos pela apropriação do solo urbano:

“(...) eu fui num lugar, aí me deram a ficha pedindo minha profissional e mais quatrocentos real; eu não tinha dinheiro nem pra comer, não tinha dinheiro pra dá pra ficha, aí mandaram eu levar o registro delas tudinho, eu levei, botaram na ficha; aí falaram assim oh, vai abrir um terreno lá no Colorado (...); a lama dava aqui oh, no meio da canela; no dia que eu trabalhava eu tinha dinheiro... eu ia com as crianças, no dia que eu num ia, alguém ia por ele e marcava lá a reunião, aí eu ganhei um barraco, aí eles davam a lona lá, dava os pau, pra gente botá e cada um tinha que fazer uma atividade; ia lá no mercado da Penha... aquelas que tinha coragem de arria, batalhar, batalhava, aquelas que não tinha coragem ficava em casa de bunda pra cima esperando a morte chegar, esperando Deus descer do céu pra dá; aí eu não tava nem aí pro ( ) tomava umas cachaça, botava as meninas nas costas e ia embora, debaixo de chuva, debaixo de sol; chegava lá, elas ficava com as minha fia no terreno e eu ia pro supermercado que tem lá no pro lado da Penha, má um puta dum mercadão que tem tudo, eu ia com aquela fichinha que eles me dava no terreno; aqueles que ficava tocava o barraco de quem ia, num sabe? aí ... reunião, reunião, reunião reunião, reunião, reunião, até que eu ganhei este barraco, (...); a lama, meu filho, quando dava aquela chuvada, num tinha dinheiro pra pegar ônibus, tava com a cara lisa de tanto passar por debaixo da roleta; (...) quando foi um dia (...) deu um tiroteio, deu uma briga nesta fazenda, a polícia chegou com um tal de canhão, umas tal de... bala de ... bala de plástico, a única que não apanhou lá era eu que tava de buchão; falou desocupe que é pra desocupá; (...) aí chega o batalhão de choque: arreda daí que esta fazenda tem dono (...) dando tiro pra cima... rasgando as barraca, botando os pau no chão (...), e aquela chuva e eu com menino e tudo, com buchão debaixo da chuva (...) aí que a polícia tirou todo mundo, meteu o cacete, (...) as mulheres correndo com os filho assim no braço, correndo com aquelas trouxa de roupa (...) até destruir tudo”.

O confronto dos movimentos organizados com a sociedade civil e poder público redundam em dividendos para os militantes, mas por outro lado a desvinculação das propostas apresentadas e das soluções reativas do poder público com políticas públicas consistentes, resultam em saídas frágeis,

principalmente no caso de pessoas que já apresentam vínculos sociais enfraquecidos. Paugam (1999), trata deste assunto dentro do “conceito de *desqualificação social*, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho (...) e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante diferentes fases deste processo (p.68).” Numa análise linear deste processo ele identificou três fases: a de *fragilidade*, relacionada à perda do emprego, a de *dependência* dos serviços sociais (entendida no contexto dos países europeus) e aquela caracterizada pela *ruptura* dos vínculos sociais, “com um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização (p.76)”.

Esta desqualificação social gradativa atinge igualmente trabalhadores brasileiros que saíram do mercado de trabalho e não encontraram uma rede de apoio que impedisse sua inserção no universo das ruas, entretanto a realidade brasileira revela pessoas como DA, que já nasceram num contexto familiar cujos membros estavam fora do mercado de trabalho. Ela própria chegou a trabalhar como doméstica, mas vivia na maior parte do tempo de bicos desqualificados abaixo do emprego doméstico, dependendo da ajuda dos vizinhos para sobreviver. Pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecerem ou se romperem de acordo com as dificuldades que a realidade se lhes apresenta e o próprio acúmulo de experiências desestruturantes ao longo da vida.

Tais experiências desestruturantes também são encontradas por Bursztyn & Araújo (1997), ao confrontarem os efeitos da migração e construção de Brasília com a “insustentabilidade da sobrevivência” para pessoas que vivem das sobras da cidade, identificadas por eles como a “população do lixo”. Ao tratar da exclusão, Escorel (1999) se refere ao “processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana” (p.259).

No relato de DA, a solução apresentada para o seu problema de moradia (gestão da prefeita Erundina), foi pela transferência dos moradores para a fazenda da Juta: “... nós fomos a primeira vez, foi três ônibus lotados, longe, longe, longe que só tinha matagal, lá perto de São Mateus; o Jardim Ana Maria fica lá perto; aquilo era só mato de premeiro, não era? era só matagal? dava um bandido da

febre ali”. Suas experiências num circuito permanente de pobreza e pauperização progressiva se alia à proximidade constante com a marginalidade.

A alternativa das construções aproveitando grandes espaços públicos em áreas próximas ao centro, sem o acompanhamento destes grupos num processo de organização que resulte na regulação das regras de ocupação e permanência nestes espaços ocupados coletivamente, potencializa os problemas já conhecidos dos cortiços e áreas de maior carência, e pode resultar num aumento do grau de vulnerabilidade da pessoa. O que impediria sua inserção na rua seria uma trajetória no sentido da emancipação em relação à tutela dos serviços públicos, portanto contrário ao processo de *desqualificação* apresentado por Paugam. A relação institucional pregressa na vida de muitas pessoas em situação de rua revela por um lado o nível de vulnerabilidade em que sempre estiveram, mas também o efeito que identifico como *desestruturante* por atuar na fragilidade da pessoa ao invés de buscar o fortalecimento de seus próprios recursos para o enfrentamento das situações adversas. Dentro deste conceito, o relato de DA vai revelando a intensidade e o caráter cumulativo de *experiências desestruturantes* no nível familiar, religioso, em relação às intervenções do poder público e finalmente no contexto das relações sociais nos meios mais afetados pela violência:

“... aí a Erundina pôs a gente num cinema véio, (...) os quartinho era assim que nem esse teu aqui, tinha quarto sala cozinha e banheiro, outros tinham o quarto com sol, outros tinha o banheiro do lado de fora; não pagava água, não pagava luz, (...) não pagava aluguel, (...) a Igreja Nossa Senhora do Bom ( ) ficava perto, eu ficava lá, lá mesmo eu tirava a cesta básica (...); mas fechava de maconheiro, a rota todo dia chegava lá, mataram um nos meus pés; (...) os cara saía da Celso Garcia para vim roubar (...), pra vim acertar contas com os cara; os cara do cinema véio ia pra Celso Garcia; cara de Febem saía da Febem para vim pra cá pro cinema véio da rua da Mooca; (...) tinha um bar suprido de um tudo, mas o bar... era tanto bandido que dava, que o cara não conseguia vender; ele só vendia as coisas lá - guaraná, cerveja... se fosse a moeda e os bandido vendesse fumo lá dentro e vendesse pedrinha lá dentro; só dava briga, todo dia tinha briga; enchia assim oh, as putas da Celso Garcia vinha parar tudo lá nesse cinema véio; olha se tu visse os quarto, era cada quartinho bonitinho, com luz tudo direitinho; os cara roubava lâmpada; passava de noite, tudo emacanhado, roubava lâmpada; os ladrão se escondia nos quartos vazio; precisa ver que



desgraça que era lá, quando eles matava três hoje nos seus pés, achava quatro, cinco para amarrar amanhã; falava assim, fulano tá na minha mira oh; quem mudou para lá, aquelas que tinha coragem, era obrigado guardar revolver dos ladrão, mas quando a rota baixava lá, aquelas que guardava revólver pros ladrão e a rota pegava, não ficava mais aí, perdia o quarto; maconha, maconha, maconha, os baseado era cinco pau, vinte pau, tudo maluco, ninguém dormia naquele quintal, ninguém dormia, só se via os tiro; quando os bandido estava assim dentro dos mocó dele que via a rota chegar, a rota já chegava assim, chegava, não, ainda chega; mão pra cabeça, horda de bandido!; os caras pegava os pano de bunda deles e oh, por cima da cama e os bobo...; e eu morando lá; (...) em meu quarto nunca ia, nunca foram, mas na frente do meu quarto morava uma mulher que fumava um baseado, tinha duas filhas, mas batia nas meninas, ela não tinha coragem de pedir comida, e sabe como as meninas fazia pra comê? eu ia na igreja, pegava a cesta básica, ia no posto da rua Taquari, pegava dez quilo de leite, pegava dez quilo de macarrão, pegava dez quilo de feijão, pegava dez quilo de arroz, aí eu chegava e em cada quarto eu deixava um pouco (...); eu saia perguntando, quer? eu peguei demais e eu não vou comê tudo e se vocês quiser... à vontade (...) a janela dela era assim pro meu quarto, quando eles tavam brigando dentro de casa, eu batia a janela e ligava a televisão, pra ninguém ver barulho, eu fechava a minha porta e o resto que se fudesse pra lá; (...) nós saimo daqui e fomo morá sabe aonde? na rua Jaboticabral, lá num dava não, os bandidos se escondia dentro do meu barraco (...) nós num tinha sossego”.

A convivência com as situações de carência, de instabilidade nas relações sociais e familiares, define um nível de desamparo tal que a transição para a rua pode ir acontecendo de forma gradual. A vizinhança com a criminalidade pode ser um elemento dificultador na relação de pertencimento ao meio em que se vive gerando uma lacuna nos referenciais do indivíduo que vai se desvinculando não somente dos familiares, mas também do seu grupo social. No caso de DA, que já se encontrava distante da mãe, tios e irmãos, restavam os vínculos com o marido e filhos (quando ela se refere a *nós*, nos relatos anteriores). Mas quando o marido ficou desempregado, ambos começaram a beber mais e a brigar mais, até que ela

começou a morar sem o marido numa *ocupação*<sup>17</sup> clandestina. Passou a trabalhar com a coleta de materiais recicláveis e estreitar o contato com crianças que moravam na rua e freqüentavam sua casa. Perdeu a guarda dos filhos, e alternou a permanência em *ocupações* clandestinas, com albergues, instituições de saúde e moradia nas ruas, onde se mantêm até hoje.

Dowbor (1999, p.409), afirma que “hoje, nenhuma pessoa em sã consciência fala de “bolsões” de pobreza, quando os bolsões se referem a cerca de 3,5 bilhões de pessoas, 60% da humanidade, que sobrevivem com uma média de 350 dólares por ano, (...) quando o mundo produz 4.200 dólares de bens e serviços por pessoa e por ano (...)”. Dowbor privilegia cinco “tendências estruturadoras” do futuro: a tecnologia, a globalização, a polarização econômica, a urbanização e a transformação do trabalho (p.413).” A “dramática diferença entre a rapidez do avanço das técnicas e a lentidão do avanço das instituições”, identificada por ele como “uma *disritmia* letal no desenvolvimento da nossa sociedade (p.408)”, se alia à “transformação estrutural do trabalho”, para produzir desemprego e mais do que isto, acelera a precarização do trabalho através da redução de ganhos e da minimização dos benefícios e garantias do trabalhador. “O desemprego já não resulta da ausência de crescimento econômico, mas do próprio crescimento econômico (p.412)”.

Dos 10.406.000 habitantes da cidade de São Paulo, contados pelo IBGE em 2000, 311.000 chefes de família não tinham rendimentos e 600.000 estavam na faixa de renda até 1,5 salários mínimos – “o que equivale a menos de um dólar/dia por membro familiar (considerando 04 pessoas/família)” (PLAS 2002-2003, apresentação da SDTS no curso de capacitação da FSP, 2002). Estas pessoas não estão na rua, bem como a grande maioria da população que vive abaixo da linha de pobreza esparramadas por todo o país. Estão sobrevivendo de relações econômicas paralelas ao mercado formal de trabalho, seja através do trabalho doméstico, serviços de manutenção, ambulantes e outras atividades informais, e distribuindo os custos das despesas familiares com todos os membros da família, inclusive os filhos.

Paugam (1999), identifica no processo de *desclassificação social*, a desestabilização das relações com o outro, a situação de fragilidade (diminuição de

---

<sup>17</sup> Ocupação neste caso, em itálico, se diferencia do ato de ocupar, por se referir ao espaço ocupado e apropriado pelos seus moradores como forma de conquistar o direito de moradia. Esta palavra também é usada em outras partes do texto para se referir a atividades de geração de renda não reconhecidas como profissão.

renda e degradação das condições de vida), e finalmente a ruptura dos vínculos sociais, quando as pessoas “saem das malhas da proteção social e deparam-se com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dessocialização” (p.76). Em pesquisas realizadas com moradores de rua na França, “os indivíduos que responderam em 1994 à questão “o que faltou em sua vida?”, apontavam freqüentemente dois fatores: de um lado, os problemas de emprego (46%) e, de outro, problemas de relacionamento na família (55%) – más relações com os pais (29%) e más relações com o cônjuge (26%)” (p.77).

No Brasil, onde a família faz o papel da rede de proteção social, a desvinculação sociofamiliar se mostra relevante no processo de ida para as ruas. Como analisa Escorel (1999), as “vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos”, também estavam associadas a “outras fragilidades de ordem habitacional, afetiva, de aumento da exposição à discriminação e à violência” (p.262).

### **Migração, trecheiros e a situação de rua**

O migrante, que por sua vez é expulso de sua cidade de origem pela situação de miséria ou pelo sonho do emprego fácil, é um outro tipo de pessoa que chega à cidade e que, se não tem a referência de parentes ou amigos para onde se encaminhar acaba aportando na “rua” em busca de ajuda. “Representam cerca de 81 % da população de rua que pernoita nos logradouros da cidade. Vindos do interior do estado paulista<sup>18</sup>, de outras regiões do país, da área rural ou urbana, integram o contingente de pessoas que aqui chegaram em busca de melhores condições de vida (SAS/FIPE, 2000, p.14)”.

Mesmo que chegue à cidade com referências de apoio para uma nova fase na sua vida, este apoio dificilmente coincidirá com as suas expectativas. Em muitos casos ele sequer localiza estas pessoas de referência numa área metropolitana tão densamente povoada (18,5 milhões de habitantes em 8.051 km<sup>2</sup> e 37 municípios – Emplasa, 2003). A expectativa de ajuda de quem chega, inevitavelmente se confronta com uma realidade social, normalmente bem diferente daquela de sua origem, que impõe exigências, por exemplo, de uma ocupação remunerada

---

<sup>18</sup> Os estados de origem com maiores percentuais encontrados foram: São Paulo – 34,9%, Bahia – 13,2%, Pernambuco – 12,1%, Minas Gerais – 8,9% e Ceará – 4,8%. Vindos do exterior foram encontrados 1,1%.

bastante dificultada pelo mercado de trabalho. Nos segmentos sociais mais empobrecidos, a moradia paupérrima é, muitas vezes, incapaz de absorver uma nova pessoa que chega.

A boa vontade de quem já está aqui, nem sempre é suficiente para acomodar mais um, como no caso de dois homens, tio e sobrinho (38 e 36 anos respectivamente) que procuraram o projeto de moradia da OAF/AMRMC em outubro de 2002, solicitando um quarto para os dois. O tio havia passado por vários albergues, mas no momento já estava trabalhando e morava em um quarto de pensão há algum tempo, quando recebeu o sobrinho recém chegado a São Paulo, que sem trabalho passou a morar com ele. O dono da pensão exigiu um aluguel adicional pela presença do sobrinho, que eles não podiam pagar (um total que ultrapassava 200 reais em fins de 2002). Inicialmente foram instalados num quarto para quatro pessoas. Como havia um quarto menor para duas pessoas, eles insistiram em se mudar para este quarto por serem parentes. Dois meses depois pararam de conversar entre si e o tio solicitou sua transferência individualmente para outra casa do mesmo projeto. As dificuldades econômicas acirram as dificuldades da convivência confinada aos pequenos espaços. A rua por outro lado não têm portas, paredes e janelas que obriguem os anfitriões a suportar os parentes ou amigos nos momentos mais críticos, ou que confinem estes ao desconforto de uma hospedagem indesejada.

Quando se tem algum dinheiro no bolso, as pessoas que não tem onde ficar procuram as pensões e hotéis baratos no centro da cidade. As vagas em quartos que comportam até 6 pessoas ou quartos em casas ocupadas ilegalmente são as alternativas mais baratas, raramente inferiores a 100 reais. J. diz ter recusado uma vaga por 90 reais ao lado da estação de metrô Bresser, porque o quarto tinha 6 beliches, portanto com 12 moradores e as condições de higiene eram precárias. Segundo ele, havia também quartos para duas pessoas por 150 reais. A pensão tinha um fogão e geladeira que os moradores podiam usar e um bagageiro que um empregado tomava conta. “O que me desanimou foi o cheiro de álcool, quando eu não estou bebendo não suporto o cheiro de álcool nem de cigarro” (maio 2003). Este tipo de moradia é relatado freqüentemente como a penúltima estação antes de se aportar na rua.

Um outro tipo de trabalhador que também figura neste cenário, porém já sem a referência da moradia fixa é o *trecheiro*. A mobilidade de trabalhadores entre as cidades, seguindo a disposição sazonal de oportunidades de trabalho, gerou a

figura do trabalhador que não fixa residência em lugar nenhum. Carregam pouca bagagem, e na falta de oportunidades nas cidades por onde normalmente circulam acabam por se dirigir aos centros urbanos mais acolhedores, por não oferecerem restrições à sua permanência na cidade ou mesmo pela existência de mais serviços assistenciais.

O trecheiro foi uma modalidade de trabalhador típica do período desenvolvimentista no Brasil nos meados do século passado, que proporcionava o trabalho com alojamento. Esta *facilidade* era bastante difundida na construção civil, mas se constituía num modelo sustentado pelos grandes empreendimentos de construção de usinas siderúrgicas, hidrelétricas, infra-estrutura portuária e rodovias. Era endossado pelo paternalismo das relações de trabalho e coerente com os ideais do *welfare state*. Ainda hoje é possível encontrar moradores de rua acalentando o sonho do trabalho com alojamento como uma solução para seus problemas de moradia, numa referência explícita a experiências anteriores de suas vidas (comum nos anos 70). Os períodos de plantio e colheita de determinadas regiões agrícolas (como cana, laranja, café), e canteiros de obras que se abrem eventualmente, ainda indicam a existência de frentes de trabalho que mobilizam estes trabalhadores itinerantes, também preferidos pelos agenciadores de mão-de-obra barata para os serviços menos qualificados:

“Para conseguir trabalho os trecheiros geralmente procuram nas cidades a “Pedra”: *Pedra* é uma espécie de mercado de trabalho ao vivo existente em algumas cidades, onde se oferece trabalho e se procura trabalhadores. Trata-se de um local, geralmente próximo de uma rodoviária ou estação ferroviária, onde se encontram *trecheiros* e os *gatos* - como são conhecidos os empreiteiros de mão de obra. A contratação é feita sem formalidades, sendo que muitas vezes os trabalhadores são levados dali diretamente para os locais de trabalho (Vieira, 1999)”.

Na “expedição *Trecheiros e Pardais*”, a análise feita por Vieira (1999) também relaciona a inserção na rua, ou no *trecho*, com a busca de um horizonte diferente do passado em suas vidas:

“Um sinal que os identifica é o galo - é como chamam a sacola em que levam sua bagagem. Se poderia dizer que ali o trecheiro carrega também o mundo que deixou para trás e que parece querer esquecer. Geralmente suas histórias de vida são povoadas de perdas, desacertos, onde são recorrentes os conflitos familiares, muitas vezes acompanhados da luta,

quase sempre perdida, travada com a bebida. Um trecheiro sintetiza assim as razões da vida no trecho. Diz ele: Pode pegar a vida de qualquer trecheiro: porque tá aqui? Mulher! E você perdeu essa mulher por causa de quê? Cachaça! Tem essas duas coisas. Teve uma desilusão amorosa e essa desilusão amorosa foi causada pela cachaça (Nelson).

Seria possível dizer que, de um ponto de vista subjetivo, os trecheiros procurariam nos deslocamentos viver uma outra história, utilizando recursos variados para compô-la como por exemplo, usar um nome falso no albergue e dizer que não tem documento, ou ainda que está à procura de trabalho ou tentando voltar para casa, enfim, dizer o que seja mais adequado e oportuno para o momento como estratégia para sobreviver no trecho. É o que parece significar este outro depoimento: No trecho, você não tem lei, quem faz a lei é você mesmo, você e a sua cabeça (Luis Ângelo) (Vieira, 1999)".

Vivendo longe da família, estas pessoas passam a se relacionar muito mais com os colegas, que na maioria das vezes também são transitórios. Ao transitarem entre as cidades procurando melhores ofertas de trabalho, acabam por conhecer os melhores lugares de pernoite nas cidades por onde circulam e ainda contam com as informações de colegas que também "fazem o trecho".

### **Nem mendigo nem louco**

A análise da *exclusão social* e de todos os aspectos da pobreza estrutural também nos leva ao reconhecimento de que "um enorme contingente de pessoas não foi sequer incluído ou teve a oportunidade de viver os benefícios de uma economia de mercado aberta" (Bursztyn & Araújo, 1997, p.104). O empobrecimento que empurra pessoas para a situação de *liminaridade* da rua, não é exclusivo da população de rua nem descarta o papel reativo das pessoas neste processo. Esta é a razão pela qual também tratamos de circunstâncias de *inserção* modos de *viver na rua* buscando, sob esta ótica, a participação ativa do sujeito neste processo.

Esta análise também servirá para evitarmos impropriedades como a da identificação da população de rua como mendigos ou loucos de rua, ainda que estes tipos de pessoas apareçam minoritariamente dentro do universo da

população de rua, apesar de serem facilmente reconhecidos nos cruzamentos e em lugares movimentados de metrópoles como São Paulo.

O crescimento do universo de pedintes nas ruas da cidade, pode ser visto como uma consequência imediata do empobrecimento generalizado da população e do distanciamento crescente entre ricos e pobres, associado à redução de ofertas de trabalho. “Na literatura sociológica, o *mendigo* aparece quando se trata das condições sociais de vida da classe trabalhadora, especialmente nos momentos históricos de formação do proletariado. É visto como o rebotinho da classe operária, o “lumpemproletariado”, o refugo expulso ou não absorvido pelo mercado de trabalho (Neves, 1983, p.30)”. São pedintes que buscam a alimentação e vestuário, mas são, todavia, pessoas que tem suas famílias e bem ou mal moram em algum lugar. Por outro lado o que mais caracteriza a população de rua é a desvinculação e o desabrigo, como já foi abordado.

As cidades pequenas ou as micro-regiões dentro da cidade grande sempre teve no meio de seus habitantes, um outro tipo de pedinte, muito mais conhecido pelo comportamento bizarro ou deficiência mental: o *louco de rua* (Ferraz, 2000) e que normalmente perambula sozinho pela cidade. Estes “doidos”, que adotam padrões pouco convencionais para sobreviverem, são marcados principalmente pela dependência da caridade alheia. Mesmo considerando os tipos mais desajustados socialmente, é possível relacionar a permanência continuada nas ruas com formas de inserção na comunidade local e adaptação às regras sociais, o que amplia os elementos pertinentes a uma cultura de rua, mas não afasta a possibilidade do “maluco” ser facilmente identificado pelos demais moradores de rua (Escorel, 1999).

Na análise feita por Ferraz, que pesquisou os *loucos de rua* numa ótica psicossocial (Ferraz, 2000), tanto os sujeitos de sua pesquisa como os personagens que figuram a literatura regionalista aparecem com papéis razoavelmente determinados e integrados na malha social. A loucura propicia várias modalidades de “relacionamento entre o louco de rua e a cidade (...) sempre impregnadas de uma carga emocional com diversos vetores: encantamento, repugnância, curiosidade, pena, medo, condenação, diversão, enfim, uma enorme gama de afetos” (p.226). Entretanto, como afirma Maria Tavares (apostila e curso de capacitação da FSP/2002), “há toda uma sociabilidade nas ruas, toda uma produção nas ruas e das ruas, das quais também estão excluídos os doentes mentais, sobretudo os esquizofrênicos”.

A *estigmatização* e a *rejeição* do louco devido sua *recusa ao trabalho* ou sua “rebeldia em relação a outros traços civilizatórios (...) - vida desregrada pelas ruas, falta de determinados pudores, a prodigalidade e a falta de limpeza, entre outras” (p.240), determinantes de sua condição de pedinte, assumem novas feições nas situações de extrema pobreza e ao se estender à população de rua.

A população de rua, dentro da concepção que adotamos, e tal como foi se constituindo nas últimas três décadas, traz no seu meio, pessoas com transtornos psicológicos de diferentes níveis, mas na sua maioria são pessoas que chegam nas ruas por outras portas de entrada que não o transtorno mental, se agrupam por diferentes motivações e desenvolvem estratégias próprias para a sua sobrevivência.

Na apresentação do livro de poesias da ex-moradora de rua Elisabete, Marta Suplicy retrata a interseção com a loucura com as próprias palavras de Elisabete:

“Ela, filha de militar, colégio de freiras, é estuprada e expulsa de casa. Tinha 17 anos. Vem para São Paulo trabalhar de doméstica, o patrão abusa, acaba indo para a rua. Na rua não consegue emprego. Casa com um tuberculoso, depois com um doente mental... tem três filhas, todas hoje na Febem. Chora pelas filhas, diz que o seu grande sonho é poder viver com elas. Aí começa o relato do que é “rolar degrau abaixo pela vida”. O marido a abandona: “Foi comprar leite e nunca mais voltou.” Não conseguia manter as filhas e, como milhares de outros seres humanos aqui no Brasil, conta: “A fome chega e eu fico louca. Fico louca e me levam para o hospital psiquiátrico. Aí, na mesma horinha, eu sarô” (Mota, p.12).



### 3 NOS PORÕES DA CIDADE

“A fome é mais doída  
porque surgem na lembrança os dias comidos.”  
Elisabete<sup>19</sup>

A abordagem até aqui apresentada aponta para a complexidade do problema população de rua no contexto das *populações com necessidades especiais*<sup>20</sup>, na sua relação com outros segmentos socialmente integrados e para uma redefinição da relação necessidades-direitos-políticas sociais. Neste capítulo abordamos algumas questões em relação às estratégias de sobrevivência adotadas, buscando a compreensão da perda progressiva da saúde e qualidade de vida.

Para Escorel (1999), a exclusão social é um “processo no qual - no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana”. Paugam (1999) associa a miséria da população de rua à *dessocialização*, onde se verifica a ruptura dos vínculos sociais. Castel (1998) também evita o modelo estático de análise da exclusão social, que fixam os indivíduos em áreas de destituição, mas salienta o processo dinâmico que os fazem transitar, por exemplo, “da integração à vulnerabilidade ou deslizar da vulnerabilidade para a inexistência social” (p.25). Ele prefere, inclusive o termo “*desfiliação* para designar o desfecho deste processo”, a tratar dos “estados de privação” (p.26).

As pessoas que se encontram em situação de rua freqüentemente associam o fato de estarem nas ruas a processos, às vezes longos, que resultam na perda de rendimentos e de moradia. Conseqüentemente, dentro desta

---

<sup>19</sup> Mota, Maria Elisabete Lima (1987, p.68). Ex-moradora de rua.

<sup>20</sup> Este termo vem sendo utilizado juntamente com outros como Portadores de Necessidades Especiais e Cidadãos com Necessidades Especiais e é aqui empregado para se referir ao conjunto de pessoas que apresentam características que requeiram atenção diferenciada nas áreas da saúde, educação, trabalho e moradia. A maneira como os serviços nesta área são constituídos e a forma como são oferecidos ao conjunto da população resultam em diferentes graus de dificuldades e eventualmente na impossibilidade de acesso por segmentos minoritários da sociedade e nem sempre contemplam necessidades específicas como as dos portadores de deficiências, portadores de HIV, pessoas com baixa escolaridade e baixa qualificação profissional e pessoas que vivem em situações de grande precariedade.

dinâmica, entrar na rua significa começar a usar outros recursos, até então ignorados, na busca de compensação por estas perdas e para desenvolver ou assimilar novas formas de organização que permitem a satisfação das *necessidades* e superação dos obstáculos que a cidade apresenta. Entretanto o que as tornam visíveis é justamente a situação de carência e deficiências que caracterizam um novo modo de se vincularem ao contexto urbano.

As perdas acumuladas e as deficiências encontradas são classificadas por Snow & Anderson (1998), em quatro categorias de déficits que (de)limitam a vida dos moradores de rua: *deficiências físicas e mentais, falta de capital humano, falta de recursos materiais e falta de margem social* (p.442). Estas deficiências, entendidas desta forma por comparação com a população domiciliada, podem estar associadas tanto a causas como a conseqüências por estarem vivendo nas ruas, mas são fatores determinantes nas alternativas de sobrevivência encontradas.

Ao observamos o comportamento das pessoas em situação de rua verificamos que este comportamento pode oscilar entre a simples manifestação de uma carência, como a falta de alimentação, abrigo e recursos de higiene ou apresentar um quadro desviante dos padrões de comportamento aceitos socialmente. O primeiro caso coincide com as categorizações construídas a partir da falta de recursos humanos, sociais ou materiais, onde encontramos situações passíveis de serem revertidas. As estratégias de sobrevivência, neste caso se constituem na busca de meios para o acesso aos recursos faltantes. Como relata AE, um usuário da AMRMC a respeito do atendimento diário da instituição: “Isto aqui não é para mim não, isto aqui é para estas pessoas que tem deficiência física, para aqueles de mais idade (...) eu só queria entrar para tomar um banho e pá... e tal..., eu fiquei revoltado porque não quiseram me deixar entrar, mas veio a (...) e liberou o meu banho.”

O segundo caso, do comportamento desviante, se aproxima mais dos quadros de deficiências físicas ou mentais, que poderiam também ser exemplificado pelos casos de pessoas cujo estado foi se cronificando depois de muitos anos de permanência na situação de rua. A falta de capital humano pode também, estar contida em categorias construídas a partir da deficiência do sujeito. Algumas dificuldades como a falta de escolaridade e capacitação para o trabalho em pessoas com mais de 40 anos, pobres, que acumulam muitas frustrações e rupturas ao longo da vida, que fazem o uso do álcool freqüentemente, dificilmente

serão revertidas (considerando as afirmações de profissionais que trabalham com este propósito).

Do ponto de vista dos agentes sociais que trabalham com a população de rua, a perspectiva analítica da carência e impossibilidade de acesso a oportunidades de trabalho se confunde freqüentemente com a identificação de diversos tipos e graus de deficiências de seus usuários. Isto resulta numa rede de prestação de serviços que interfere nas estratégias adotadas pelos moradores de rua e freqüentemente eles assumem os papéis que lhe são conferidos quando isto se torna conveniente.

## Sustentabilidade

A mendicância que sempre foi mais tolerada socialmente como um recurso para as pessoas que apresentam comprometimentos de saúde física ou mental, exige novas roupagens mais aceitas pelo universo metropolitano e quando o pedinte não tem este perfil, por exemplo, vinculadas à prestação de pequenos serviços, ou justificadas pela aparência desleixada dos bêbados. MS, um sujeito de aproximadamente 40 anos, afirmava que era humilhante pedir *de cara limpa*, mas alcoolizado ele conseguia dinheiro facilmente nos faróis. JU tomava conta de carros em frente a uma unidade de saúde da Mooca. Quando estive no local, o primeiro pensamento que me ocorreu foi que este tipo de serviço era completamente desnecessário. Enquanto algumas pessoas se acostumam facilmente a pedir, outros têm no trabalho a única fonte monetária. Na interseção entre estas duas situações encontramos aqueles que demonstram algum tipo de trabalho para *merecer* o dinheiro que recebem.

Uma outra questão que aponta para a inexistência de uma linha divisória clara que defina quando e quem está na situação de mendicância é a referência ao conceito de *acharque*<sup>21</sup>. Na rua usa-se o termo *acharcar* como o ato em si de pedir alguma coisa de valor a um estranho, ou à estratégia de consegui-la através da simulação de uma situação de necessidade mais comovente do que a situação

---

<sup>21</sup> O Novo Dicionário da Língua Portuguesa traz o verbete *achacar* como extorquir dinheiro de. Este tipo de estratégia costuma ser referida também como “171”, numa referência ao código penal. Este artigo, que trata do crime de estelionato, se refere em seu caput a “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”.

real em que o indivíduo se encontra. Este recurso é visto ora como qualidade, como uma capacidade que nem todos desenvolveram e que poucos conseguem usar com maestria e ora como uma atitude vergonhosa, reprovada pelos colegas. Os trabalhadores que conseguem poucos recursos com o seu trabalho aceitam de bom grado as gorjetas, as doações e alimentos que são distribuídos nas ruas ou simplesmente recolhem as sobras das lojas, feiras e mercados e às vezes criam situações para se ganhar um pouco mais. Mesmo não sendo mendigo, aprende-se que eventualmente pode não haver outra forma de conseguir alimentação, roupas ou satisfazer o vício do cigarro ou bebida e quando estas doações não acontecem espontaneamente, resta a estratégia do achaque.

Esta é uma das formas de se conseguir dinheiro sem a correspondente contrapartida de um produto ou serviço, dentro do que é considerado lícito segundo referenciais subjetivos do sujeito. Ao relatar como se arranja quando não está trabalhando e quando não passa nenhum grupo que distribua roupas e alimentos onde dorme, na rua, NA afirma: “quando falta... corre atrás, corre atrás né, chega num bar, conta a situação, um paga, outro ali paga, mas eu nunca acharquei, eu nunca pedi nada a ninguém pra beber, eu digo eu não quero dinheiro, eu quero que o senhor pague...”.

Nesta mesma entrevista ele explica o que é o *acharque*: “O cara prá conseguir dinheiro na rua? (...) ele passa num posto médico pra pegar o que? pegar receita!. Com aquela receita ele sai, entendeu. Quando é no fim da tarde o cara tá com mais de que quando tá trabalhando. (...) Tem canto que é fácil, tem canto que não é muito fácil não, mas a gente vai indo, vai indo, cada um intera, daqui a pouco ele tá é oh! (...). Enfaixa o braço, chora pro médico. É a única solução... ou é catar latinha (...). Quando é no fim da tarde o cara tá com sessenta, setenta, oitenta conto, aí vai pra maloca”. Diante da pergunta: Você usa estes recursos também? Ele responde: “Só se for o caso de emergência, e minha mulher tiver junto, (...) precisando, ou uma passagem, tudo bem”.

Quando a autocensura dificulta a aceitação desta situação, a bebida pode tornar este processo menos doloroso. A incompatibilidade dos termos mendicância e mendigo com estas situações e a dificuldade de se estabelecer demarcações claras neste contexto são razões que determinaram o uso dos termos população de rua, povo da rua, ou similares para identificar o desempregado, o sem teto, ou qualquer pessoa que se encontrava na situação de rua por não possuir meios mais adequados de sobrevivência.

O trabalho formal passou a ser uma possibilidade condicionada à idade, à escolaridade, ao tempo de experiência registrada em carteira profissional e ao período decorrente desde o último emprego. Os relatos de moradores de rua com pouca qualificação que procuram as agências de trabalho na região central da cidade indicam que é necessário pelo menos um ano de experiência comprovada, primeiro grau completo, tempo de desemprego inferior a dois anos e idade entre 18 a 30 anos, para se conseguir emprego com certa facilidade. No caso dos homens ou conforme a área de atuação pode haver tolerância em relação a alguns destes requisitos. O grau de vulnerabilidade devido ao uso de bebidas alcoólicas é, além disso, um outro critério de avaliação da capacidade para o trabalho. À medida que isto passou a se tornar uma regra, as regiões centrais da cidade passaram a ser palco de ação de pessoas que foram se vinculando cada vez mais à rua através das possibilidades de trabalho informal, regulares ou não. Algumas ocupações como é o caso dos ambulantes e catadores de materiais recicláveis, são executadas com regularidade por alguns trabalhadores, noutros casos observa-se menor constância da ocupação remunerada, como é o caso dos descarregadores de caminhões, guardadores de carros, carregadores de feiras e bicos para pequenos serviços de manutenção. Para certos tipos de trabalhos braçais, como o dos catadores e carregadores, o uso da bebida chega a ser estimulado pelo empregador, o que facilita a identificação deste tipo de trabalho com o circuito marginal e afasta o trabalhador de outras possibilidades de inserção social.

Em relação ao trabalho, a pesquisa da FIPE (2000), revelou que “60,4 % dos moradores de rua encontrados nos logradouros afirmaram que esta é a fonte exclusiva de seus rendimentos”. Uma parcela de 24,9 % declarou pedir esmola e 7,7 % “utilizam simultaneamente as duas fontes, esmola e trabalho”. Esta realidade não tem mudado muito nos últimos anos, a pesquisa realizada na cidade quase dez anos antes (Vieira et al., 1994), mostrava que 69% dos usuários de Casas de Convivência e 62% dos usuários de albergues realizam atividades para ganhar dinheiro. Considerando também atividades mais esporádicas para a obtenção de dinheiro, mediante o “desempenho de alguma atividade”, este índice chegava a 80% nos diferentes grupos pesquisados (p.81). O trabalho das mulheres era basicamente de faxineira, lavadeira e outros serviços domésticos e como ambulantes, enquanto as atividades masculinas dividiam-se entre “serviços de limpeza e conservação, construção civil e funções de catador de papelão, carregador e encartador de jornais e guardador de carros”. A pesquisa de 2000

revelou que 48,6 % são catadores, 15,4 % guardam carros e 10,6 % são vendedores ambulantes.

As mulheres que hoje trabalham no serviço doméstico como diaristas relatam a possibilidade de ganhar até 50 reais por dia de trabalho, entretanto de seis mulheres que procuraram o projeto de moradia provisória nos dois primeiros meses de 2003 e que procuravam este tipo de trabalho, apenas três trabalhavam como diaristas. Informaram que recebiam remunerações entre 20 e 40 reais, mas também que não conseguiam trabalho todos os dias e que este valor diminuía quando trabalhavam vários dias da semana no mesmo local (as outras relataram dificuldades em conseguir este tipo de trabalho). Ao observar a dificuldade de algumas mulheres conseguirem trabalho, verificamos que o trabalho, de maneira geral, está limitado a mulheres jovens, que têm experiência, referências e registro em carteira.

O fato de estas pessoas buscarem a rede pública de assistência indica que já entraram em situação de precarização, sendo comum no caso de todas elas, a ausência de suporte familiar que pudesse apoiá-las eventualmente nos intervalos em que se encontraram sem trabalho.

Os homens contratados por *gatos*<sup>22</sup>, dentro dos centros de referência para moradores de rua para atividades de baixa qualificação, dificilmente conseguem trabalho por mais de vinte reais ao dia e quase sempre sem nenhum benefício de alimentação ou saúde. Aqueles que conseguem registro em carteira costumam serem registrados por períodos de poucos meses, que não lhes garante nenhuma estabilidade. Durante a inscrição para as frentes de trabalho da prefeitura municipal nas duas últimas gestões municipais, cujos critérios incluía a exigência de estar desempregado por no mínimo 2 anos, muitos moradores de rua apresentaram carteira profissional com registros de um ou dois meses de trabalho em períodos esparsos.

As cooperativas de prestação de serviços mais freqüentemente utilizadas pelos moradores de rua, são referidas pelas pessoas que as utilizaram como meras agências de emprego temporário<sup>23</sup>. Uma cooperativa desta natureza, na região central fornecia mão de obra complementar para transportadoras de laticínios,

---

<sup>22</sup> Assim são chamados os agenciadores de trabalhadores, que não oferecem vínculos contratuais formais e freqüentemente são associados à exploração da força de trabalho, por não oferecerem condições de trabalho adequadas e nem sempre cumprirem com o combinado com os trabalhadores.

<sup>23</sup> Opinião unânime colhida em grupos de discussão sobre o trabalho, realizadas na AMRMC em 2003.

quando havia mais serviço do que os seus próprios funcionários conseguiam dar conta. Pessoas que as utilizavam diziam: “Lá é bom, eles já me conhecem e sempre que eu vou lá arranjo um serviço”; “Tem dia que eu tenho que ficar com a bunda no banco o dia inteiro sem ganhar nada”; “Quando a gente trabalha na [empresa x] é bom, porque se a gente tá com fome, pode comer iogurte a vontade”; “Dá para tirar uns vinte reais por dia, quando tem caminhão grande para descarregar, mas o serviço é pesado, às vezes a gente vara a noite”; “Eles pagam 15 reais e se descontam o marmitex, sobra 12 reais” (moradores do projeto de moradia).

I, em situação de rua, que deu o seu depoimento no curso de capacitação promovido pela FSP (2002), declara a forma em que a precarização do trabalho se manifesta mesmo em grandes empresas. Ele trabalhou numa empresa ligada a Goodyear, porém era contratado de uma empresa terceirizada. Sua compleição física o habilitava a carregar pesos acima do recomendável, acabou ficando com seqüelas físicas que se manifestaram em graves danos à coluna.

Sem o trabalho fixo, estável, resta o trabalho temporário. As agências de emprego no centro contratam os melhores profissionais por períodos temporários e aqueles menos qualificados ficam indefinidamente no aguardo de serem chamados. O *bico*, como ajudante, como executor de pequenas manutenções domésticas ou para o comércio local também é uma possibilidade de renda eventual para aqueles que tem alguma qualificação, mas a eventualidade faz com que na maior parte do tempo estas pessoas estejam sem dinheiro.

## **O rolo e as economias paralelas**

Em paralelo com um grande comércio de materiais recicláveis, existe na região do Glicério, a *feira do rolo*. É uma forma de comercialização de materiais reaproveitáveis encontrados nas ruas. Esta feira agrega vendedores que compram objetos que não tem mais serventia aos moradores da região ou mesmo ambulantes que comercializam mercadorias de baixo custo, adquiridas no comércio atacadista. Objetos roubados, achados e aqueles que são utilizados como moeda de troca no comércio de drogas, também acabam indo parar na *feira do rolo*. A maioria são objetos usados e até com pequenos defeitos como peças decorativas, ferramentas, lanternas, vasos sanitários, liquidificadores, rádios, relógios, ferros de

passar, discos de vinil, bolsas usadas, bijuterias, botijões de gás, revistas, roupas, sapatos, capacetes, móveis usados, etc. Estes objetos são expostos permanentemente na calçada da rua Teixeira Leite, sob o Viaduto do Glicério, com mais ofertas e movimentação nos fins de semana.

Tanto na rua como dentro das instituições, são relatados casos de furtos de objetos pessoais como roupas, relógios, sapatos, cobertores e objetos de maior valor como rádio, relógios, ferramentas e utensílios de cozinha. Alguns objetos são furtados para o uso pessoal, mas qualquer objeto que seja comercializável nos depósitos de materiais recicláveis, na *feira do rolo* e por *receptadores de objetos roubados* se transforma em fonte de renda para pessoas que adotam esta prática. Uma das vezes que foi feita uma solicitação à Eletropaulo para o reparo da iluminação pública de um dos lados do Viaduto do Glicério, foi obtida a resposta de que isto não seria feito porque os cabos elétricos que ficam expostos no lado inferior do Viaduto estavam sendo arrancados para serem vendidos nos depósitos de ferro velho.

Ao mencionar *receptadores de objetos roubados*, me refiro a esquemas de escoamento de produtos de roubos, furtos ou qualquer outra ação criminosa dos quais não encontrei evidências de nenhuma ramificação organizada entre a população de rua, entretanto atinge a rua através de intermediários do tráfico de drogas, que aceitam qualquer mercadoria de valor para a quitação de dívidas. No furto de uma bolsa de uma voluntária que se dedica ao trabalho com a população de rua, na rua dos Estudantes, o vidro da porta direita do seu carro foi quebrado, a bolsa foi retirada do banco do passageiro e com ela vários objetos pessoais e de valor foram levados. A polícia esteve no local e sem apresentar nenhuma solução para o caso. A intermediação de um empregado do estacionamento vizinho fez com que vários objetos fossem devolvidos ao dono. Num outro furto a um escritório na mesma rua, recebi informações sobre o local onde alguns equipamentos como computadores, máquinas de datilografia e telefones foram parar. Informaram-me inclusive os preços destes equipamentos caso eu quisesse comprá-los. Vários talões de cheques também foram roubados, conforme o registro em boletim de ocorrência policial. G, que esteve em situação de rua algumas vezes, morava num apartamento na região e nesta época tinha envolvimento com estelionato, era um informante da pesquisa. Quando ficou sabendo do ocorrido, ele mesmo se encarregou de recuperar alguns talões de cheque que estariam escondidos num



lugar que era de seu conhecimento. Segundo ele os ladrões não eram da sua turma.

Os alcoolistas relatam que a bebida não justifica furtos, é muita barata e pode ser encontrada em qualquer lugar. Bastam alguns centavos para a *intéra* de uma garrafa que pode ser compartilhada por um grupo de várias pessoas. A *pinga do Japonês*, segundo Romildo (2003), custa 80 centavos a garrafa de 900 ml. Isto não ocorre com a droga, que mesmo sendo barata, exige mais dinheiro e um esforço adicional para consegui-lo. MB, um usuário de crack que furtou um serra circular de uso doméstico, havia trabalhado com ela durante muito tempo, num serviço que havia feito voluntariamente para a instituição que freqüentava. O mesmo aconteceu com botijões, ferros de passar roupa, e outros pequenos objetos furtados das casas de moradias provisórias, na maioria das vezes, para o pagamento de dívidas ou aquisição de mais drogas.

Ainda que esta relação entre o furto e o tráfico esteja permanentemente presente nas ruas e dentro das instituições para moradores de rua, normalmente associadas a pessoas com histórico de delinqüência ou uso de drogas anterior à situação de rua, as pessoas envolvidas nesta situação não permanecem por muito tempo no mesmo local. MB, acima citado, deixou de freqüentar a instituição e a região. Quando conversei com ele, alguns meses após o ocorrido, dizia que pretendia pagar o prejuízo, ao mesmo tempo em que relatava outros casos de furtos que havia praticado para obter drogas. Dizia também que não podia ficar na região porque estava jurado de morte. Depois disso o vi com a mulher com a qual morava num bairro de periferia, no mesmo quintal que a família dela morava. Dizia que precisava de dinheiro para a passagem. Noutra ocasião disse que tinha saído de lá temporariamente porque havia atirado num parente da mulher. A violência vinculada ao uso abusivo de drogas, por pessoas que não tem como pagar por este uso, se encarrega de levar pessoas para as ruas bem como de tirá-las das ruas. MB ficou na região do Glicério alguns meses, freqüentava os albergues e outros serviços de referência da região. Tão logo voltou ao uso e comércio de drogas, saiu da região. S, foi assassinado. Seus colegas afirmaram que ele estava competindo com traficantes. JU também foi morto na rua. O Perninha era assim era chamado porque tinha uma perna defeituosa, que apesar disso não o impedia de andar normalmente. Entretanto costumava andar de muletas para pedir dinheiro no centro da cidade. Quando voltava dessa “ocupação”, trazia as muletas nos ombros. Também sumiu da região. Os comentários que se ouvia a seu respeito é

que ele estava preso. C, uma mulher com os três filhos em instituições de amparo a menores, esteve vários períodos na “detenção”, mas sempre que está em liberdade fica na região do Glicério. Tem um histórico de roubo e comercialização de drogas, mas o máximo que conseguia com isto era alugar um quarto numa *ocupação*, na região. Mesmo para visitar os filhos, dependia do vale transporte que as instituições lhe forneciam.

Outra forma de obtenção de bebida, drogas ou algum dinheiro é o comércio ou troca pelo sexo, como é o caso das usuárias de crack, que circulam pelas ruas, mas não necessariamente moram nas ruas. Os relatos indicam é mais comum que elas se disponham ao sexo mais facilmente, se comparadas com outras mulheres e homens, como afirma RS: “Ali é a pedrinha, a pedra. Aí pede um cigarro, eu também não fumo, não tem. Tem cachaça, aí ela senta. Senta, toma uma cachacinha, aí meu... o bicho pega. Porque o homem é fraco não é (...). Aí não tem como”.

### **Itinerância e desabrigo**

Com o surgimento dos albergues públicos e escasseamento de sua renda, o trecheiro passou a utilizar o albergamento gratuito e aos poucos foi conhecendo a rua como recurso na falta de alternativas de pernoite. É difícil precisar quando este tipo de trabalhador começou a engrossar as fileiras dos mendigos, bêbados e loucos que até então caracterizavam os moradores de rua, uma vez que esta realidade também é variável de cidade para cidade. As primeiras notícias sobre população de rua na imprensa coincidem com os relatos de pessoas reconhecidas como dos mais antigos moradores de rua que circulam pela região do Glicério, como N.:

“Saí pra trabalhar fora, trabalhei em Brasília, trabalhei em Mato Grosso, Campo Grande, (...) bacia do Amazonas... esse negócio de derrubada em fazenda... Belo Horizonte, Rio de Janeiro... Brasília mesmo, eu fiquei muito tempo tomando conta de uma chácara, passei um ano e pouco, mas eu me enjoiei e falei: vou embora; mas antes de eu ir embora pra Pernambuco eu vim pra cá; aí começou, aí começou o desemprego ... fui prá albergue, arrumei serviço aqui, mas temporário num dá futuro, trabalhava em temporário (...).

Cheguei aqui no final de 81 prá começo de 82 (...), de Recife eu vim pra cá, daqui que eu me instrui pra fora... fazenda, cheguei até a pegar passe de trem pela... aqui perto da São Bento, onde era a..., aquele albergue que dá passagem pra pessoa (...).

(...) Primeiro... perdi minha mãe, segundo a traição que minha mulher me traiu. Isso me deixou... deixei a casa... deixei a minha filha com a ... com a mãe da minha filha e vim embora pra São Paulo (...); o primeiro albergue que eu vim, me trouxeram para cá, foi a Igreja da Paz (...); no guichê, lá onde fica a assistente social, ... na rodoviária, ... aí me botaram dentro da perua e me trouxeram para cá, pra Igreja da Paz (...); eu ia pra o Mato Grosso, passava uns quatro, cinco mês por lá, numa fazenda, e voltava pra São Paulo de novo (...); de vez em quando era difícil arrumar uma fazenda, ficava em Mato Grosso, em albergue, essas coisas, era só nesses albergue assim..., feira, essas coisas, você sabe, tomando conta (...); ...era obrigatório, que eu não ia dormir na rua, né, e o medo, a violência. Depois eu me acostumei”.

Na falta de trabalho e com restrições explícitas de poderes locais que não toleram a permanência de moradores de rua por muitos dias, muitas cidades forçam a migração destas pessoas para os grandes centros, fornecendo passes de viagem sob a justificativa de ajudarem-nos a chegar no seu destino ou ao local de origem. A distribuição de passes e a implantação de albergues interferem no nomadismo desta população, estimulando ainda mais a sua mobilidade. Os diferentes circuitos<sup>24</sup> adotados, recebem desta forma, ainda que indiretamente, o reconhecimento e a anuência do estado e da sociedade civil. A rede pública de albergamento e de assistência que se instalou nos últimos anos vem definindo os contornos dos circuitos mais adotados pelo segmento da população de rua que circula entre as cidades.

Algumas cidades menores começaram a adotar procedimentos para o encaminhamento das pessoas que aí chegavam para outros lugares tão logo desembarcassem nas rodoviárias. Nas cidades maiores, este tipo de ação não se consolidou. Por oferecer mais recursos de sobrevivência, seja para conseguir algum dinheiro, através da ação solidária ou caritativa, muitas pessoas que deixam a cidade grande acabam voltando. A Prefeitura (SAS) que em vários períodos disponibilizou recursos para a passagem de quem estivesse voltando para sua

---

<sup>24</sup> Tratado por Adorno ao analisar a movimentação de crianças e jovens entre a casa e a rua (1997).

cidade de origem (no caso de migrantes) passou a exigir uma carta de parentes do beneficiário atestando que ele está sendo convidado a voltar e que tem como se fixar na sua cidade, antes liberar o recurso para passagens.

Apesar do aumento da quantidade de vagas em albergues públicos na cidade de São Paulo nos últimos anos, este recurso atende aproximadamente 60 % do total da população de rua, portanto, mais de 4.000 pessoas estão hoje<sup>25</sup> esparramadas pelas calçadas, praças e viadutos da cidade.

Usando indicadores como cor, idade, tempo na rua, porte de documentos e atividades remuneradas, as pesquisas realizadas na cidade apontam nitidamente para uma diferenciação entre quem dorme nos albergues e quem dorme nas ruas, tendência esta que vem se mantendo ao longo dos anos. Usando os dados de 2000 (SAS/FIPE), verifica-se, por exemplo, que enquanto 5,9 % dos albergados não possuíam documentos, este número chegava a 46,8 % para os não albergados. Enquanto nos albergues foram encontrados 74,6 % que trabalhavam e 4,5 % que pediam esmola, entre os não albergados estes números são respectivamente 60,4 % e 24,9 %. Estes dados são importantes quando se analisa o nível de fragilidade imposto pela situação de rua e na explicitação de certas estratégias adotadas na constituição de uma cultura de rua.

Os centros comerciais, livre do trânsito de pedestres à noite, com amplas marquises para a proteção da chuva, próximos a bares e restaurantes que oferecem as sobras de comida e até banheiro (caso se esteja com uma boa apresentação), com farto papelão para se improvisar uma cama foi se tornando uma boa opção para passar a noite na falta de dinheiro e de albergues. Fora dos horários comerciais, oferecem os melhores locais para o pernoite sem o incômodo de residências cujos moradores poderiam acionar a polícia ou os serviços de resgate da prefeitura. Em alguns casos a presença de moradores de rua na porta de estabelecimentos comerciais pode servir como uma segurança adicional contra a violência urbana. Alguns relatos mencionam a autorização para que dois ou três moradores de rua dormiam em entradas de casas comerciais ou nas proximidades de residências, como cita E: *“tem aqueles homens dormindo na porta de sua loja, aí sabe que se o cara for mexer ali alguém vai ver e alguém vai falar, entendeu... nós não vamos arrombar a loja (...). Se o porteiro está sozinho no prédio e aí tem os cara dormindo na rua vizinho ali, se acontecer alguma coisa ali os cara dormindo ali*

---

<sup>25</sup> Segundo informações preliminares da pesquisa realizada pela FIPE em outubro de 2003 divulgadas pela Folha de São Paulo de 05/11/03.

*viram também, então o cara é uma testemunha para alguma coisa que acontecer*”. Já outros relatos acrescentam que alguém tinha permissão para usar uma garagem, algum terreno privado ou mesmo marquises, mas que com a chegada de outros moradores de rua o local passou a ficar mais sujo ou servir para rodas de pinga e por este motivo, foram desautorizados a dormir no local. A *arquitetura antimendigo*, como passou a ser denominada pela imprensa desde a década de 80, inclui artefatos que impedem a permanência de moradores de rua em certos locais dificultando o pernoite em locais mais abrigados e isoladamente. Estes artefatos incluem tubos de água que mantêm as calçadas molhadas, ferragens pontiagudas, gradis que cercam espaços desocupados sob marquises, pisos irregulares, superfícies inclinadas, luzes fortes que se aliam a estratégias menos camufladas como guardas noturnos e ameaças explícitas. A solução encontrada passou a ser o garimpo de lugares mais retirados do centro, por aqueles que preferem dormir sozinhos ou com poucos amigos ou a aglomeração em grupos que ocupam os poucos lugares disponíveis na região central. A formação destes grupos está associada a uma certa pertinência a um local específico, mas somente os lugares mais ermos como os baixios de viadutos ou canteiros e praças pouco freqüentadas oferecem a possibilidade de permanência noturna e diurna.

A região observada no período desta pesquisa se restringe ao Viaduto do Glicério. Este lugar comporta vários espaços que são ocupados individualmente por pequenos grupos. Devido à grande extensão do viaduto, existem espaços mais iluminados e espaços com pouca ou nenhuma iluminação. Estes espaços também são escolhidos em função da ventilação, da proximidade das colunas ou paredes do viaduto, da maior proximidade ou afastamento da rua e áreas de circulação de pedestres, proximidade do portão de acesso da AMRMC ou ser suficientemente retirado para que se faça fogueira para o preparo de alimentos, sem ser importunado. Outras vantagens de áreas sob os viadutos incluem o fato de serem cobertas, de se ter acesso à água de serviços públicos ou de casas vizinhas ocupadas clandestinamente, de alguns cantos poderem ser reservados para se urinar e defecar e a facilidade de acesso a madeira e plásticos que podem ser usados para a improvisação de um abrigo no frio, na chuva ou para delimitar espaços considerados privados pelos seus ocupantes.

Cada um destes lugares que se configura como o espaço de moradia de um grupo de pessoas é identificado como uma *maloca*, construídas através do que diversos autores identificam como *bricolages* (Santos, 2003). A *maloca* pode ser

construída simplesmente com colchões velhos e cobertores (os colchões podem ser substituídos por papelões, mais facilmente encontrados nas ruas), mas comumente tem alguns utensílios usados para a alimentação, para a água de beber e para a pinga. Quando se prepara algum alimento no local, um canto é reservado para se instalar um fogareiro construído com uma lata de 18 litros ou tijolos, neste caso encontram-se também panelas, talheres e reservatórios de água para cozinhar e lavar os utensílios de cozinha. Estes utensílios são normalmente provenientes da rua mesmo, são vasilhas descartadas nos lixos ou latas adaptadas. Quando a *maloca* é instalada num canto, ou seja, quando é protegido em um ou dois lados por alguma parede ou coluna mais larga do viaduto, algumas pessoas costumam estender plásticos ou cobertores tendo um de seus lados fixados a um ou dois metros numa destas paredes e o lado oposto fixado no chão por pedras ou barbantes. Ao lado destas tendas podem-se encontrar cadeiras ou poltronas velhas ou ainda caixas que servem de assento ou mesinhas. A presença de catadores se faz notar quando a *maloca* tem carrinhos de feira, carrinhos de supermercado ou carroça para a coleta de papelão, que freqüentemente contem materiais recicláveis coletados e ainda não comercializados. Estes carrinhos ou carroças também servem para guardar pertences pessoais como roupas, documentos, remédios e objetos de maior valor que se encontram na rua. As mulheres acumulam mais objetos que os homens. Entre os objetos guardados pelas mulheres, encontram-se objetos decorativos, bonecas, perfumes, batons, bijuterias e maiores quantidades de roupas. Os homens guardam poucas peças de roupas, e costumam acumular materiais que podem ser comercializados nos ferros velhos, mas sempre por poucos dias, como peças de motores, cabos elétricos e papelão.

O preço deste tipo de *ocupação* parece não ser muito barato. Como não passam despercebidos aos olhos do poder público, são grupos que vivem em permanente conflito com o *rapa*, que é um serviço de limpeza urbana encarregado de retirar os artefatos que delimitam o espaço utilizado, colchões, cobertores e objetos pessoais dos moradores de rua.

A ação do *rapa* tem como objetivo desestimular a fixação de moradores de rua, o que poderia dar origem agrupamentos difíceis de serem removidos. Mesmo assim, em 2002, um grupo identificado como ex-usuários do albergue do Glicério acabou se instalando sob um viaduto em frente à construção da sede da Igreja Deus é Amor, construindo mais de cem barracos de madeira, latarias, plásticos e

papelão, na expectativa de receber uma indenização para deixar o local. Este aglomerado de barracos era habitado por solteiros e pequenas famílias e passou a ser controlado por pessoas envolvidas com o tráfico de drogas em pequena escala, segundo o depoimento de pessoas que ali moravam e também freqüentavam outros serviços para moradores de rua. Para remover este grupo a prefeitura cadastrou seus moradores e indenizou a maioria deles com a quantia de 3000 reais. Um outro agrupamento de moradores vindo de um bairro da periferia, que havia se instalado, em frente em prédio da Companhia de Engenharia do Tráfego, nesta região, um ano antes, também reunia pessoas que freqüentavam os serviços de apoio para a população de rua, usando principalmente de benefícios como banho e alimentação. Este grupo também só deixou o local depois de receberem uma indenização por parte da prefeitura.

Alguns moradores de rua se aproximaram destes grupos, na expectativa de receberem os benefícios que eles estavam reivindicando. Daqueles que eu tive oportunidade de acompanhar, a maioria desistiu de permanecer no local, alegando a resistência do grupo em receber moradores de rua da região ou alegando as situações de violência com as quais teriam que conviver.

BS, que vive em situação de rua e conseguiu se manter dentro de um destes grupos relata que recebeu 3000 reais para deixar o local e confirmou a presença de um grupo de moradores organizados, que negociou com a prefeitura sua indenização e saída do local. Seu relato também menciona a presença do tráfico de drogas no local com a presença constante de policiais e vários casos de pessoas assassinadas, uma delas informante nesta pesquisa.

Estas situações indicam que a ação do *rapa* tem pouca eficácia diante de grupos mais articulados, mas atinge frontalmente aqueles moradores de rua que não tem como objetivo a reivindicação de benefícios ou direitos. As denúncias dos médicos Sem Fronteiras do Rio de Janeiro<sup>26</sup> atestam que as ações de recolhimentos dos pertences de moradores de rua naquela cidade, identificadas como *cata tralha* são responsáveis pelo extravio de documentos das pessoas e recolhimento de medicamentos e receitas que eles não têm onde guardar. O grau de organização dos grupos que moram nas ruas pode ser verificado pelo estilo de moradia que adotam: as pessoas que não se encaixam no perfil atribuído aos moradores de rua tendem a se articular espontaneamente na construção de

---

<sup>26</sup> Palestras no seminário sobre saúde e população de rua promovidas pelo Centro de Saúde Escola Barra Funda em agosto/2003.

barracos de madeira, latarias ou plástico e “puxar” ligações de eletricidade da rede pública.

Para muitos, a questão financeira se mantém como o fator determinante para a manutenção da situação de rua, a ponto de oscilarem entre a rua e situações de moradia provisória nos períodos que têm recursos para o aluguel de quartos ou pensões. Muitos moradores de rua que entraram nas frentes de trabalho da prefeitura saíram da condição de rua temporariamente, alugando quartos, morando sozinhos, em casais ou duplas. Os depoimentos de educadores que acompanharam estes moradores, nas reuniões do Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua, atestaram que muitos beneficiários destas instituições estavam alugando vagas em pensões ou quartos em *ocupações* nos bairros próximos ao centro da cidade. Estas *ocupações* são casas que se encontram em péssimo estado de conservação, às vezes sem água e luz ou são casas que não são utilizadas pelos seus proprietários e começaram a serem usadas clandestinamente. Quando os primeiros moradores transferem o “direito” de uso de um quarto ou “sublocam” algum quarto para novos moradores, costumam cobrar pequenos aluguéis ou ainda “vendem” o quarto. Há aproximadamente 3 anos, PM “comprou” um quarto numa destas casas por 300,00, dentro de alguns meses, permitiu que uma mulher passasse a dormir no seu quarto, descobriu que ela estava guardando drogas no quarto. Ele acabou deixando o local para estas mulheres, pressionado pelo envolvimento delas com o tráfico e indo morar num terreno que ganhou numa favela recém-criada na Barra Funda, onde construiu seu barraco. Segundo ele houve uma *ocupação* num terreno na região e logo depois uma favela havia se instalado no local. Hoje os moradores já contam com água e luz.

Tão logo acabaram os períodos das frentes de trabalho, as pessoas que estavam morando em vagas e quartos alugados voltaram aos albergues, na impossibilidade de manter as despesas com os aluguéis e alimentação (a proporção de usuários das frentes de trabalhos que usaram esta forma de moradia não chegou a ser pesquisada, uma vez que muitos moradores de rua que entraram nas frentes de trabalho não eram acompanhados por nenhum educador ou eram acompanhados por educadores que não participavam das reuniões).

Alguns usuários de instituições que atendem moradores de rua são recrutados para trabalhos como zeladoria, cozinha e serviços de limpeza na própria instituição. V foi contratado pela AMRMC, numa função de zeladoria, ficou um



tempo morando numa *República* para moradores de rua e contribuindo com um fundo de moradia, portando numa casa compartilhada com outros moradores num processo de co-gestão. Quando foi solicitado a deixar a casa por já ter ganhos regulares, alugou um quarto na região. Mesmo depois de ter perdido o emprego, ainda permaneceu neste quarto por mais seis meses, mas logo em seguida, acabou voltando para as ruas. A, passou por um processo semelhante. Com o dinheiro do fundo de garantia deixou o quarto que alugava e “comprou” um barraco na Favela da Barra Funda. Depois de algum tempo, vendeu o barraco e voltou para o albergue Jacareí, voltando à condição de usuário destas instituições. PM, que inaugurou este roteiro rua-instituição-quarto alugado-barraco de favela, continua morando no seu barraco até o momento.

Também encontramos pessoas que estão estabilizadas em alguma forma de moradia, mas passaram a usar a rua para sobreviver e engrossam as fileiras dos moradores de rua. Com a escassez e *precariedade* do trabalho (diminuição de salários, instabilidade e perda de benefícios associados ao emprego), um certo número de pessoas com referência familiar estável ou moradores de favelas e cortiços assumem atividades próprias dos moradores de rua e eventualmente usam os serviços públicos a eles destinados. Um caso típico são as mulheres e filhos que passam alguns dias, às vésperas do natal, morando em ruas onde possam obter doações.

Ao entrar na questão da moradia, encontramos pessoas que se vinculam à rua porque trabalham em períodos noturnos e em atividades tradicionalmente tidas como alternativas a esta população como os encartadores de jornais e catadores. No caso dos catadores, por exemplo, é à noite que, quando as lojas e bares fecham, o papel reciclável e as latinhas ficam disponíveis nas ruas.

### **Violência e interseção com circuitos de criminalidade**

A violência na rua configura diferentes circuitos que se entrecruzam, mas que apresentam particularidades que permitem a diferenciação dos fatores causadores, do perfil das pessoas envolvidas e na própria forma de manifestação da violência em si.

As situações de violência existentes entre os próprios moradores de rua são motivadas quase sempre por motivos banais, como xingamentos, pequenos furtos,

pequenas dívidas e freqüentemente induzida pelo uso de bebidas alcoólicas. São agressões que às vezes não passam de discursos exacerbados, mas que também podem incluir violência física e até o uso de facas, comumente mantidas como arma de defesa.

Não temos informações suficientes que permitam avaliar até que ponto a violência doméstica determine a desvinculação de pessoas do núcleo familiar até a situação limite de viver na rua. Entretanto ao cruzarmos os relatos e históricos de vida permeados de situações de violência doméstica com a situação de rua observamos que muitas pessoas em situação de rua apresentam profunda intolerância com a rigidez dos padrões comportamentais exigidos socialmente.

Os casos de agressividade incontida entre as pessoas, quase sempre estavam associados ao uso álcool e outras drogas. Observamos também uma estreita relação entre a manifestação de comportamentos violentos e um histórico de violência familiar ou violência institucional no caso de adultos que passaram por longos períodos em instituições disciplinadoras e autoritárias. Resultados de acompanhamentos psicológicos na AMRMC demonstram que há uma reprodução de comportamentos agressivos aprendidos durante períodos de formação da personalidade. Outro resultado observado é que a contenção advinda dos mecanismos de controle comportamental adotados institucionalmente ou mesmo a contenção que estes sujeitos se impõem é rompida com o uso de substâncias alteradoras da consciência, como a bebida alcoólica.

A *maloca* quase sempre tem um morador mais forte, agressivo ou violento, que defende os demais, ou que impõe uma certa ordem, de acordo com os seus próprios valores, ao restante do grupo. Existe uma grande rotatividade de lugares ocupados que podem se dar através de mudanças de apenas alguns metros, para que se tenha uma nova configuração de grupo, para se aproveitar uma coluna do viaduto, ou inversamente para ser menos visado pelo *rapa*. As configurações dos grupos também vão mudando continuamente, com a chegada de alguém mais ou menos simpático ao grupo, conforme a facilidade que alguém tem para se conseguir o dinheiro da bebida ou com a saída de alguém porque deixou de beber, porque passou a usar algum albergue ou porque passou a freqüentar outra *maloca*.

A maior dificuldade relatada tem sido em relação ao perigo da proximidade com os *nóia*. Os locais mais escuros, menos freqüentados e mais protegidos dos olhares alheios são os preferidos pelos usuários de crack. A maconha já é usada mais livremente e não se associa tanto à violência, mas o tráfico de drogas impõe

severas penas para os não pagadores, e esta violência acaba resvalando para aqueles que circulam na mesma região. São freqüentes os relatos de ameaças de morte, brigas e tiros, chegando mais esporadicamente a execuções, como foi o caso de JU, assassinado a tiros. M, um jovem de pouco mais de vinte anos, morava num dos barracos construídos sob o Viaduto da Moóca, teve uma experiência com o tráfico e uso de drogas durante a adolescência, mas vem procurando fazer o que é “certo” e “se afastar dos erros cometidos no passado” (sic). Depois de afirmar ter medo de permanecer no local devido à violência, acabou se mudando, saindo de São Paulo por alguns meses. Ao retornar voltou a freqüentar albergues da rede pública. S, também com um histórico de envolvimento com o tráfico na adolescência, relatava usar maconha e segundo os amigos, traficava eventualmente, não teve a mesma sorte, foi assassinado no mesmo local, alguns dias depois de tecer comentários sobre seus planos de mudança de vida. Com este tipo de ameaça permanente, a ação policial reage sem condições de distinguir o nível de periculosidade das pessoas abordadas: *“passar ali, pelo amor de Deus! (...) eu tava deitado, eu e o R, não tinha entrado no albergue lá, passou uma viatura lá: levanta vagabundo, levanta! Olhou assim, o cara com um, desse tamanho, na nossa cara, quer dizer, mas ele tava procurando outras pessoas, (...) mas já imaginou ...o cara é um armário, dois armário, dois policial, com um revólver daquele na nossa cara. Nós dá um passo, ele dá tiro na gente” (RS)*. Testemunhei cenas de tapas, chutes, uso de cassetete contra pessoas alcoolizadas, mas os relatos e observações mais recentes indicam sensíveis mudanças do tratamento dado pela força policial a moradores de rua nos últimos dois anos. A postura adotada pelo poder público tem sido acompanhada pelo comportamento de policiais, que os tem tratado de forma mais respeitosa: *“Eles estão fazendo a parte deles... se não mexer com eles, eles não mexe com ninguém” (RS)*.

Numa situação que presenciei, que envolveu violência e a ação de policiais, a polícia foi acionada depois de uma agressão física envolvendo dois usuários de um serviço de moradia para a população de rua. PA manifestava um comportamento agressivo, induzido pelo uso de drogas. Segundo ele, havia “cheirado umas”. Num momento que estava visivelmente alterado, atingiu um vizinho com uma paulada nas costas, sem nenhum motivo aparentemente, ou simplesmente porque uma terceira pessoa “mandou” ele bater no vizinho (sic). RM, que foi atingido fez menção de reagir, mas como os colegas presentes o

impediram, ele acionou a polícia pelo orelhão mais próximo. Quando a polícia chegou PA, visivelmente alterado, reconheceu ter batido em RM sem nenhum motivo. Os policiais que estiveram no local explicaram que poderiam fazer a ocorrência, mas que isto implicaria em exame de corpo e delito e que seria trabalhoso e inconveniente para os dois, explicaram todo o processo de registro da queixa e apuração do caso. Os policiais apaziguaram conflito e finalmente deram uma carona para PA deixar o local naquele dia. É possível que houvesse algum revide por parte de outras pessoas, caso PA continuasse no local, uma vez que ele era o agressor e não tinha nenhum motivo explícito. A carona no carro de polícia funcionou como uma escolta para ele deixar o local. No dia seguinte ele retornou dizendo estar arrependido, deixou o serviço e embarcou para sua cidade de origem, esperando encontrar ajuda por lá. Alguns meses depois ele enviou uma carta dizendo estar fazendo um tratamento e estar longe do álcool e drogas desde que saiu de São Paulo (2003).

A violência aparece freqüentemente vinculada ao uso de drogas ou álcool: *“graças a Deus os albergue que eu sempre freqüentei nunca dei trabalho, porque quando eu sabia que ia pro albergue eu num bebia, ou bebia pouco”* (NA). As pessoas que praticam a violência na rua provocam reações violentas de outras, como no caso de NA, 43 anos, que relata uma situação em que foi agredido tão violentamente que passou mais de um mês em estado de coma: *“eu não sei nem como começou, só recebi só foi a pancada. Quem podia falar foi... era quem chamou a viatura para me socorrer... acho que era o finado maranhão (...) ali debaixo, ali (...) tá com dois anos ou mais. Isto aqui, meu, é um buraco, aqui você vê [convidando a apalpar-lhe uma depressão numa parte do cabeça] aí eu fiquei no hospital do Vergueiro. Depois que falaram que foi a F., a E., eu não estava conhecendo ninguém... num conhecia ninguém”*.

A solidariedade prestada a ele, ele também manifesta em relação aos demais: *“e espancou o Luizão né... chutou o Luizão... por causa de uma carroça né, e andou perdendo a vista e quem correu atrás para levar ele pro hospital foi eu. Isto na época que eu dormia lá”*, se referindo ao período em que dormia sob uma marquise na rua Conselheiro Furtado.

Os padrões de conduta na rua têm uma forte influência de outras situações de marginalidade das quais a violência e a solidariedade andam juntas. JU, que tomava conta de carros na Mooca, acabou perdendo o *ponto* para um adolescente, depois de ter “faltado ao trabalho alguns dias” e de ter sido ameaçado caso

tentasse recuperar os “fregueses”. Verifica-se aqui o que também pode ser observado em relação à criminalidade, onde existe a necessidade de vigilância e perseverança num *ponto* para a demarcação de territórios sob o domínio de uma pessoa ou grupo.

Outras situações de violência são associadas aos jovens com histórico de delinqüência juvenil, que chegam às ruas depois da experiência muito próxima ou mesmo comprometida com a criminalidade nos lugares de origem. Isto está freqüentemente associado ao uso de drogas e a população mais jovem, até por volta de 25 anos de idade, apesar de eventualmente se encontrar casos de adultos que já passaram dos trinta anos com histórico de delinqüência juvenil. Segundo seus próprios relatos, a associação entre delinqüência e tráfico de drogas impede que passem dos trinta anos, a não ser que mudem o rumo de suas vidas. Suas histórias são recheadas de exemplos de colegas assassinados. A experiência de marginalidade abre as portas para a participação em pequenos delitos e tal acesso pode resultar em dívidas, juras de morte e situações de pressão sobre a família a tal ponto que a saída é o distanciamento da família ou comunidade de origem.

A possibilidade de uso dos serviços destinados à população de rua acaba, desta forma sendo uma forma para sua inserção na rua, como foram observados também no caso de outros jovens que passaram pela AMRMC, nos últimos anos: S. já citado, veio para a rua porque estava jurado de morte, começou no tráfico por volta dos 13 anos. M. veio de Belo Horizonte, não podia voltar para lá porque tinha dívidas com o tráfico. JA. relata passagem pela Febem aos oito anos. Para enfrentar o pai que batia muito na mãe quando alcoolizado, comprou um revólver calibre 22 quando tinha por volta de treze anos. Deu dois tiros na direção do pai (intencionalmente não quis acertá-lo, segundo afirma). Passou pela cadeia e ainda tem um “BO em outra cidade”<sup>27</sup>. PE cometeu vários delitos, passou pela cadeia devido a furtos e assaltos. Ele relata que com as drogas tinha “coragem” para participar de delitos organizados e comandados por outras pessoas. L. começou a usar drogas depois da adolescência e acabou se embrenhado no tráfico, mas tem o histórico da violência familiar envolvendo conflito de terras durante sua adolescência.

Observamos a interseção com os circuitos da criminalidade quando detectamos a rua e os serviços públicos existentes como uma possibilidade para

---

<sup>27</sup> BO se refere ao termo Boletim de Ocorrência, para registrar ocorrências policiais. Na gíria da rua, este termo pode se referir a pendências judiciais.

egressos do sistema prisional que se mantêm vinculados à criminalidade e ainda não têm outros recursos para a sobrevivência; no entrecruzamento com o tráfico de drogas em pequena escala que envolve usuários de baixo poder aquisitivo que moram na rua em nas proximidades dos serviços destinados à população de rua; e nas situações em que a rua se constitui num circuito de refúgio para pessoas que estavam ameaçadas nos lugares que moravam anteriormente devido envolvimento com a criminalidade.

Ao observar a inclusão de crianças e adolescentes no circuito da pobreza e criminalidade Adorno (1997) conclui que isto “significa muitas vezes a reprodução de formas de violência presentes nas figuras masculinas dentro e fora dos grupos familiares, da periferia e existentes no cotidiano”, e “uma construção bastante ambígua e violenta de um determinado ideário de masculinidade” (1999, p.95).

Estas situações parecem se referir a uma pequena parcela da população de rua, entretanto as situações que envolvem o uso de armas, o tráfico, assaltos e assassinatos assumem grande proporção no imaginário de violência associada aos moradores de rua e se manifesta numa linguagem permeada de ameaças ou risco de violência no entrecruzamento dos diferentes circuitos da exclusão social e econômica.

### **Configurações de liminaridade**

A dependência das relações institucionais ou a situação de desabrigo para aproximadamente 40 % da população de rua na cidade que continua dormindo nas ruas (meados de 2003), apontam para recursos e estratégias particulares num estado de pleno afastamento das estruturas sociais existentes.

Como demonstrado anteriormente observamos neste fenômeno o cruzamento de duas matrizes: a apartação social e econômica, determinada pela exclusão e impossibilidade de acesso aos meios de produção e bens de consumo e a quebra de vínculos afetivos e de proteção familiar com uma agudização do processo de vulnerabilidade pessoal. O espaço individualizante da rua se contrapõe à visão tradicional da família e do corpo social onde o todo é mais importante do que o indivíduo. Indo para a rua, o indivíduo perde o seu espaço, suas conexões e fica à deriva.

Esta situação de *liminaridade* se assemelha ao que é encontrado por Victor Turner, quando analisa os processos rituais de passagem (Turner, 1974). *Liminaridade* caracteriza a fase após a separação “que significa a afastamento do indivíduo de um grupo, quer do ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um “estado”) ou ainda ambos” (p.116). “Estado”, segundo ele inclui os conceitos de “status” ou “função”, referindo-se a “qualquer tipo de condição estável ou recorrente, culturalmente reconhecida”. Os indivíduos, enquanto *entidades liminares*, “não possuem *status*, propriedade, insígnias, roupa mundana indicativa de classe ou papel social, posição em um sistema de parentesco, em suma, nada que as possa distinguir de seus colegas neófitos ou em processo de iniciação” (p.117).

A falta de perspectivas para a “reagregação” a um estado relativamente estável novamente deixa os moradores de rua numa situação de liminaridade permanente. Segundo Turner,

“o que parece ter acontecido é que, com o incremento da especialização da sociedade e da cultura, com a progressiva complexidade na divisão social do trabalho, aquilo que era na sociedade tribal principalmente um conjunto de qualidades transitórias “entre” estados definidos da cultura e da sociedade, transformou-se num estado institucionalizado” (p.131).

Enquanto nas sociedades analisadas por Turner, os rituais de transição criavam situações de liminaridade entre status sociais definidos, a situação de rua parece requerer também um contexto ritualístico que a contenha. O uso de substâncias psicoativas, que tradicionalmente foram usadas ritualisticamente para a alteração voluntária dos estados de consciência, pode estar substituindo o próprio ritual transicional entre status sociais e no caso da população de rua assumindo um outro papel. Sendo permanente a situação de liminaridade da rua, também o é o uso de álcool e de outras drogas. Não havendo controle social externo quanto ao seu uso, a bebida vai minando as resistências da pessoa e transformando a rua numa “*prisão difícil de sair*” (Alvarez, 2003), tornando a possibilidade de saída das ruas cada vez mais remota.

“Do ponto de vista social, o morador de rua se encontra numa dupla solidão: em relação ao seu passado e em relação ao seu grupo social. Neste contexto, a garrafa de pinga, a *branquinha*, é uma companheira inseparável. Ela ajuda a suavizar o desconforto, a solidão e permite o estabelecimento de laços com os companheiros de rua. (...) Na verdade, a cachaça revela uma

história de perdas sucessivas: laços familiares, emprego, condição física; aliada a uma auto-avaliação severa do desempenho, cria a imagem do *caído*, reforçada pelas instituições assistenciais, que produzem a figura do *indigente, do carente*, e pelas policiais, do *vadio* e do *maloqueiro*” (Vieira et al., 1994, p.101).

A busca da sobrevivência nestes espaços de pobreza faz surgir estratégias e uma *economia paralela* à parte da organização social instituída. O morador de rua AD, costuma dizer “lá é um outro planeta, às vezes eu estou aqui, às vezes eu estou lá”. A despeito do desespero freqüentemente relatado nos primeiros dias na “rua”, como mostram os depoimentos no filme *À Margem da Imagem*<sup>28</sup>, ao longo do tempo<sup>29</sup> aprende-se a sobreviver no solo urbano, mesmo sem dinheiro no bolso, sem a alimentação diária garantida e sem lugares adequados para guardar os poucos pertences acumulados.

Alguns elementos levantados neste estudo permitem a identificação de uma “cultura de rua”. A reflexão conjunta que Educadores Sociais da Pastoral de Rua e da Prefeitura de Belo Horizonte (1998), também concluiu pela constatação desta cultura, a partir de três eixos indicadores: a identidade da População de Rua; a articulação do tempo, considerando estratégias de sobrevivência e comunicação; e a organização espacial da casa na rua.

Neste capítulo nos limitamos ao levantamento de algumas estratégias de sobrevivência e questões relativas à vida nas ruas, que apontam para a sua precariedade. No próximo capítulo procuramos ressaltar vulnerabilidades e a busca de uma significação para algumas questões como o uso da bebida, gênero e vínculos.

---

<sup>28</sup> Referência em nota anterior.

<sup>29</sup> O censo realizado em 2000 (SAS/FIPE), revelou que 32,9 % dos entrevistados tinham entre 2 e 5 anos na rua e 28,8 % entre 5 e 10 anos na rua.



## 4 VULNERABILIDADES E A BUSCA DE SANIDADE

*“Quando no vazio da noite a solidão bater,  
diga: “Eu vivo, eu quero viver!””*

*Elisabete<sup>30</sup>*

Contraditoriamente com a realidade das vulnerabilidades cumulativas e perdas sucessivas, o cruzamento de histórias de vida de pessoas em situação de rua também revela a rua com um espaço de busca de soluções ou alternativo ao encadeamento de experiências desestruturantes ao longo da vida.

Sob esta ótica, a rua também pode se percebida como um espaço de oposição aos mecanismos de exclusão no meio do trabalho e acesso aos bens de consumo ou como oposição à organização sócio-familiar que lhe é exigida. O maior indicador desta oposição é a própria subversão do uso do espaço público e subversão das relações que se estabelece a partir da rua.

A intolerância com as exigências autoritárias comuns nas relações de trabalho em setores de mão de obra menos qualificadas ou com lideranças e chefias despreparadas para a função e a intolerância com exigências familiares, que se tornam insuportáveis nas situações de dependência financeira, têm sido, segundo depoimentos ouvidos, fatores que justificam a chegada e a manutenção de muitas pessoas na situação de rua. Da mesma forma o comportamento intolerante também se manifesta em relação aos serviços institucionais que garantem os benefícios mínimos como abrigo e alimentação, mas que impõem regras tanto mais inflexíveis quanto maior o número de usuários com que lida. Neste caso, se explica a resistência de muitas pessoas em usar os albergues públicos e se manterem literalmente nas ruas.

Vista por este lado, a dificuldade de convivência com outras pessoas e segundo os modelos sociais regulatórios existentes aponta para um tipo de vulnerabilidade pessoal que vai na contra mão de algumas propostas de reintegração social preconizada pelos programas sociais. Muitos moradores de rua entram e saem de empregos, vão e voltam do convívio com familiares ou ainda sem deixar a situação de rua, entram e saem dos albergues, numa clara manifestação

---

<sup>30</sup> Mota, Maria Elisabete Lima (1987, p.72). Ex-moradora de rua.

de resistência às alternativas que se lhes apresentam, normalmente tidas como reintegradoras. Dizer que existem indivíduos mais vulneráveis que outros, equivale a afirmar que os modelos de organização social não correspondem às características pessoais ou expectativas dos indivíduos que não se adaptam a eles ou não os aceitam.

A partir da visão de uma população de rua multi-segmentada, é possível ainda, identificar pessoas com grandes dificuldades de sociabilidade, o que inclui pessoas extremamente individualistas, que não aprenderam ou não tem perfil para conviver com as exigências da coletividade, até os casos de transtornos mentais crônicos, mas sem dúvida, estes casos não podem ser generalizados.

## **Funcionalidade da bebida**

A bebida é, segundo o depoimento de muitos moradores de rua a grande responsável por todas as desgraças de suas vidas, mas na maioria dos casos observados, ela aparece muito mais como um meio de expressão de elementos pertinentes ao universo subjetivo do que propriamente como causa objetiva para a ida para as ruas. Os relatos colhidos demonstram que o uso continuado de álcool fragiliza o usuário ao ponto dele se afastar espontaneamente do convívio com amigos, familiares e conhecidos e ir parar nas ruas, portanto o uso de bebidas alcoólicas e drogas são pertinentes ao processo de inserção na rua tal como foi apresentado até aqui. Baseado nos indícios levantados a partir do programa voltado para o alcoolismo entre moradores de rua da AMRMC, acreditamos que ao procurar identificar os elementos causadores do próprio alcoolismo, nos depararíamos com as mesmas questões causadoras da situação de rua.

Na apresentação de Maria Tavares, dentro do curso de capacitação, o uso de álcool e drogas foi trazido dentro de uma pesquisa dos transtornos mentais na população de rua da cidade do Rio de Janeiro, acolhida pela Fundação Leão XIII entre 01/07/2000 a 18/04/2001. Tomou-se como referência a classificação de transtornos mentais de acordo com o CID 10<sup>31</sup>. Foram pesquisados 1222 usuários sendo 982 homens e 240 mulheres. Encontrou-se 35,2 % de alcoolismo, com uma incidência de 41,2 % entre os homens e 10,4 % entre as mulheres e 8,4 % de usuários de drogas, com uma incidência de 9,2 % entre os homens e 5,0 % entre

---

<sup>31</sup> Classificação Internacional das Doenças.

as mulheres. Estes dados coincidem com os 34 % de dependentes de álcool ou drogas, entre homeless nos Estados Unidos (NLCHP, 2002), também referente à população usuária de abrigos.

A população que dorme nas ruas, se distingue por ter uma maior concentração de alcoolistas crônicos, que fazem uso da bebida alcoólica mais freqüentemente. Permanecem mais tempo ociosos e possuem menos disposição para os programas coletivos orientados institucionalmente. Ainda que bebida assuma diferentes significados entre a população albergada e aquelas pessoas que dormem nas ruas, a incidência do alcoolismo entre os usuários de albergues depende do rigor de cada uma destas instituições como atestam os relatos de 26 históricos de uso de bebidas alcoólicas entre 28 entrevistados num estudo sobre população albergada, em um dos albergues da cidade de São Paulo (Nasser, 2001, p.186).

A existência de uma cultura da rua (Sanchis, 1998), que se constitui a partir da identidade da população de rua, da articulação do tempo e da organização espacial da casa na rua (Negrão, 1998), implica em padrões de conduta, que também se estendem ao uso da pinga. Para Nasser, “a bebida se introduziu na vida de todos eles como um hábito familiar cultivado desde a tenra idade, e que, com o passar dos anos, foi se intensificando, até intermediar, na fase adulta, a relação entre o trabalho e a vida doméstica, estabelecendo uma forma de lazer que podia se realizar em curto tempo, com poucos recursos financeiros” (p.186).

Esta posição indica a imersão no uso da bebida como fator causal para se chegar à situação de rua, entretanto uma outra linha de pensamento que se desenvolve no esteio da psicanálise apresenta o uso da bebida como consequência (Schnitmann, 1995). Desta forma os mesmos fatores causais do alcoolismo também poderiam ser atribuídos a rupturas que levam as pessoas para as ruas. O mesmo se verifica em relação ao uso de outras drogas. Numa fase de sua vida, Benedito se identificava como “o osso, prisioneiro do crack”. Neste caso tanto *osso* pode ser uma referência à experiência do *descarte social* (Santos, 2003) que começou com a separação dos irmãos e internação numa instituição de menores, e *prisioneiro* pode estar relacionado com os 16 anos em que permaneceu como interno nesta instituição e com a experiência de passagens pela cadeia (Ocas, 2002, p 10). O processo de superação do padrão de descarte e de aprisionamento se reflete nas músicas que compôs (uma delas transcrita no item “O *rapa* e as limitações de abrigo institucionalizado”). Os serviços sociais nesta área são

unânicos ao falar em baixa auto-estima e perda da identidade, quando se tenta generalizar características da população de rua.

Nas rodas de pinga que se formam nas ruas, a bebida assume uma funcionalidade diversificada e se insere numa rede de relações sociais, justificando-as e mediando-as. Um dos fatores que determina a aceitação no grupo é a *intéra* - a contribuição de alguns centavos de cada um até que se totalize o suficiente para comprar pelo menos uma garrafa de pinga (mais barato que a garrafa de refrigerante). Em alguns lugares compra-se somente o líquido, geralmente de pior qualidade na avaliação de alguns usuários, que custa atualmente por volta de R\$ 0,90, a garrafa. Outra contribuição é a de quem faz o *avião*, que é quem vai comprá-la. Quem sempre participa da roda, ou tem algum poder dentro do *mocó / maloca* - o lugar onde o grupo se reúne, dorme e eventualmente se alimenta, é convidado para beber mesmo sem contribuir financeiramente.

As relações de amizade, a tolerância com os demais, a capacidade de apaziguamento quando há conflitos ou a força física para se impor no grupo ou para defendê-lo, é bastante considerada na atribuição de valores àqueles que tem lugar cativo nas rodas de pinga. Quem bebe freqüentemente, é sempre convidado para partilhar a bebida, quando alguém chega com uma nova garrafa. Isto lhe confere um certo status dentro do grupo.

As relações de poder e as relações interpessoais estão reproduzidas nestes grupos como em qualquer outro, entretanto o poder econômico, o jogo de influências, a liderança e as conversas se canalizam através da bebida, tornando-a o grande mediador e indispensável no setting dos grupos de rua que vivem fora das instituições sociais.

*“Quem está na rua, bebe”. “Se eu não bebo, a bebida vem até mim”. “Não tem jeito de ficar na rua, sem beber”.* São frases comuns à população de rua que indicam a inerência da bebida à situação de rua, como suporte vital para enfrentar as dificuldades cotidianas, as contradições deste estilo de sobrevivência e como mecanismo compensatório às perdas afetivas e materiais ou pela função anestésicas e imunizadoras.

A análise de casos de alcoolistas crônicos revela que a função da bebida como facilitadora para enfrentar situações adversas ou mesmo estando incorporada no cotidiano pode ter sido aprendida como um valor na infância ou adolescência e ter sido reativada com a precariedade da vida nas ruas.

A avó e a mãe de MO bebiam muito, nunca deixaram de beber. A avó associava a bebida à religiosidade e sempre oferecia um gole para ela, mesmo quando ainda tinha por volta de oito anos. A bebida é, portanto, algo incorporado à sua vida, desde a infância, quando experimentava a discriminação nos primeiros anos da escola por ser mais pobre que os outros alunos, assédio sexual de um irmão mais velho, violência física do padrasto e da própria mãe que entre outros castigos, a deixava sem comer. Era ela quem devia pedir comida à vizinhança e levar para casa, quando a alimentação faltava.

“... *minha vó queria que eu fosse freira (...) minha mãe queria que eu fosse puta de zona*”. Não se tornou nem uma coisa nem outra, mas com os conhecimentos da avó aprendeu “todo tipo” de simpatias e desenvolveu sua mediunidade, aprendendo a usar os poderes da sua “pombagira” e de outras entidades espirituais. A utilização de bebidas alcoólicas como indutor de estados alterados de consciência em cultos religiosos, lhe confere uma certa sacralidade, tal como MO se recorda da avó. Entretanto sua mãe lhe trazia a experiência de cabarés, segundo seus relatos, usando a bebida num outro contexto. Segundo sua própria história de vida, MO só começa a beber compulsivamente depois que se aproxima da rua, usando-a para compor um estilo de vida que a ajudava a suportar a ausência dos filhos (que perdeu por determinação judicial), a dificuldade de relacionamento com seus companheiros, o trabalho braçal extenuante como catadora de papelão e a moradia precária de quartos de imóveis deteriorados.

A incorporação do uso da bebida com algo salutar aparece nas lembranças do passado de muitos moradores de rua. J, que hoje faz um grande esforço para permanecer abstinente, perdeu o pai aos oito anos. Vivia com a mãe e mais oito irmãos, mas “*o pai era o esteio da família*”. Relata que começou a beber ainda criança, quando trabalhava em arrozais, colhendo arroz com as pernas dentro d’água. Os adultos incentivavam o uso da bebida para não pegar resfriado.

Na rua, usa-se a bebida ajuda a suportar o frio, para aumentar a imunidade, para se ter mais disposição para “*puxar carroça*” (no caso de catadores), como calmante, como anestésico para dor de dente e para outras dores para as quais não se conhece outro remédio, as “*dores do coração*”.

Outras drogas também têm uma funcionalidade diversificada. Com a chegada dos mais jovens à rua, chegou também a maconha. Ainda se tem pouco conhecimento da disseminação e como ocorre o seu uso entre moradores de rua, por ser uma droga ilícita, mais cara, de acesso um pouco mais difícil e que gera

maior discriminação – o que faz com que o seu uso seja mais velado do que a bebida. Alguns usuários se qualificam como dependentes químicos, mas normalmente o seu uso é referido como um recurso para se manter tranqüilo, para obter momentos de prazer eventualmente, para satisfazer os amigos que convidam para usar, sem se admitir que o seu uso possa configurar um vício. Alguns também atribuem a ela a qualidade de deixar o sujeito mais “*antenado*”, ou seja, em condições de perceber as situações de ameaça que o cerca.

O uso de substâncias químicas, em particular, aponta para a complexidade da questão da saúde no que se refere à significação do seu uso abusivo e outras questões daí decorrentes. As alterações comportamentais com o uso da bebida, por exemplo, podem estar conferindo uma identidade masculina positiva e estar ocupando lacunas na estrutura de personalidade dos homens que deixaram ou perderam seu espaço junto à família ou grupo social. Tratar o alcoolismo, que é um dos maiores obstáculos à manutenção de saúde nas ruas, como fracasso pessoal e impeditivo para o acesso do sujeito em programas sociais equivale, em alguns casos, a condená-lo a permanecer à margem da rede de assistência, negando a significação que a bebida pode estar assumindo na condição de liminaridade da rua.

### **Gênero: sexualidade e sustentabilidade**

Cabe ainda salientar a relação entre as práticas sexuais e o uso de bebidas alcoólicas. Se culturalmente a bebida afrouxa o moralismo e estimula a libido, na rua a bebida atua na censura, quando é necessário ignorar o desconforto, a sujeira, a proximidade de outras pessoas, a possibilidade de contrair doenças ou para compensar a dificuldade de escolher o parceiro/parceira. Neste sentido, U, afirma: *“quando a gente bebe fica mais fácil pegar mulher”* ou *“quando tá bêbado dorme com qualquer maloqueira (...) até com homem tem gente que vai”*. RS fala o mesmo: *“é como eu estou falando pro senhor, quando a pessoa bebe, ele já perde completamente o equilíbrio. Aparece mulher ali adoidado. Se o sr. me perguntar se eu já tive mulher ali, várias mulheres. Por causa de um golinho de cachaça ela deita. Deitou... acabou”* (...) *“tem coisa ali, que vou falar... Depois você olha assim. No outro dia acorda e fala: meu Deus, o que aconteceu. Coisa triste”*.

Sem a bebida, a prevenção é mais comum: *“Quem não bebe tem o comportamento diferente como..., vou dar um exemplo: o JC tá lá, o JC tá sem beber, o comportamento dele é completamente diferente. (...) Ele está com uma mulher lá, mas tá sabendo o que está fazendo. O cara quando bebe, ele perde o rumo”* (RS).

Algumas mulheres usam o sexo para obter proteção ou mesmo um mínimo amparo financeiro para a sobrevivência, mas ainda assim a prostituição aparece nas ruas de maneiras diferentes. Em primeiro lugar este artifício não é exclusivo das mulheres. Não se comenta abertamente sobre o caso de homens que se prostituem. Encontrei comentários sobre dois jovens que freqüentavam casas noturnas e se prostituíam, mesmo assim raramente. Durante um certo tempo mantiveram quartos alugados na região, voltando a depender das instituições públicas num momento seguinte. Não obstante à prática utilitarista da sexualidade, é bastante comum a manutenção de relações duradouras entre casais. Mesmo em relacionamentos de curta duração, alguns relatos, comportamentos e cuidados em relação ao companheiro ou companheira indicam fortes vínculos afetivos.

Alguns lugares são mais propícios às práticas sexuais que outros, assim como um dos albergues da cidade é lembrado pela presença marcante de homossexuais: *“... porque o [albergue X] tem muito travesti lá dentro. O [X] é a forma fatal, aparece entendeu? (...) é o ponto lá... eu fiquei lá, lá é demais. Você tá dormindo, o cara tá passando a mão procurando... Se você marcar touca...”*. Três outros homens eram conhecidos por freqüentarem uma casa na qual moravam homossexuais. Um deles narrou sua experiência. Disse que eram convidados a fazer pequenos serviços domésticos pelos quais recebiam um pagamento compatível (em torno de 20 reais) e que eram convidados a ter relações sexuais com eles. Ao relatar o seu caso, mencionou que aceitou o convite e mesmo alertando que era *“soropositivo”*, o uso de preservativos foi dispensado. No seu relato, demonstrou certo desconhecimento das possibilidades de contágio do HIV, dizendo que possivelmente o parceiro sexual também teria HIV e, portanto isto não seria um problema.

O grau de exposição das mulheres que vivem nas ruas não permite que elas possam ora dizer sim e ora dizer não a parceiros sexuais na própria rua, com a mesma facilidade que isto acontece entre a população domiciliada. Algumas delas não conseguem se defender quando são forçadas a praticar sexo, outras usam a bebida ou assumem comportamentos bastante agressivos para se defenderem e

enfrentar os homens que insistem em ter relações sexuais, entretanto o uso da bebida pode deixá-las ainda mais vulneráveis. Possivelmente algumas mulheres que freqüentam albergues, eventualmente praticam a prostituição com parceiros que não estejam nesta situação, mas esta realidade é pouca conhecida na cidade de São Paulo. MO já teve diversos parceiros que lhe davam dinheiro eventualmente e ela fazia questão de dizer que queria o pagamento por seus serviços sexuais, mas não tinha outros parceiros no período que estava com um deles. Na época desta pesquisa ela estava com um *catador* e catava materiais recicláveis com ele, mas reclamava que ele é quem pegava o dinheiro dela para comprar pinga. No seu relato também aparece a questão do HIV. Ela é soropositiva, sintomática e ele não sabe se é ou não, mas não usam preservativos: *“ele não quer, se ele se ferrar o problema é dele”*. Relata que outras mulheres na rua cobram 5, 10 ou 15 reais por programa. *“Quando tem dinheiro vai para um hotel, quando não tem é na rua mesmo”*. Ela diz que já encontrou gente tendo relações sexuais na *maloca* dela, porque lá tem colchão e uma cobertura de plástico.

São bastante freqüentes os relatos de procura por mulheres e hotéis baratos quando se tem dinheiro: *“é o seguinte, se quando tá no albergue o sr. tem um dinheirinho, aí você não procura aí, vai procurar em outro lugar. (...) Vai procurar lá pro centro da cidade. (...) Se não tem dinheiro, vai procurar o quê? Não tem jeito”* (RS).

*“A pessoa ela arruma dinheiro, tem namorada, vai para um hotel, ...barato, tem gente que faz sexo na rua também, entendeu, com lona, faz barraca. Barraco tipo favela aí. Faz sexo na rua, e... outros transa com prostituta mesmo, entendeu. Vai lá e paga. Hoje vou sair com uma mulher! (...) Toma banho, chega no depósito de papelão troca de roupa, tá com um dinheirinho no bolso, vai lá com aquela mulher, usa ela, transa com ela e pronto, sai e volta”* (E).

O dinheiro viabiliza a transição entre os diferentes circuitos percorridos pelos moradores de rua. A falta de recursos restringe o comportamento dos moradores de rua ao universo da rua e também o condiciona à vida segundo as regras e padrões de sociabilidade e sexualidade construídos por esta população. Quando toma banho, troca de roupa e coloca um *dinheirinho* no bolso, o indivíduo se habilita a freqüentar outros espaços, mesmo consciente das limitações que determina o seu retorno à condição de morador de rua ou albergado.



A exercício da sexualidade entre a população de rua é marcado pela grande desproporção entre homens e mulheres nesta situação. A presença de apenas 15% de mulheres entre os moradores de rua, na cidade de São Paulo, não muito diferente de outras capitais, aponta para os diferentes caminhos que levam à rua, bem como as diferentes de formas de se encontrar abrigo e o amparo de outras pessoas e como isto se relaciona com outras questões de gênero. As reivindicações feministas para equiparação de direitos salientam diferenças de tratamento dadas às mulheres, que contraditoriamente concorrem para a sua proteção nos casos extremos de perda do lar, mesmo que isto só seja possível em troca de serviços sexuais ou da exploração do trabalho doméstico.

Passaro (1999), radicada em Manhattam, publicou sua pesquisa “The Unequal Homeless: Men on the Streets, women in their place”, depois de entrevistar 202 homens e 178 mulheres (p.45). Ela afirma que o problema da rua é uma questão de lar (home), de imperativos culturais que são criados e reforçados pela ideologia da família nuclear.

Ao homem, tradicionalmente, cabe o papel de chefe de família, ou no mínimo de provedor. Mesmo os homens solteiros têm suas obrigações motivadas por imposições de ganhar o seu sustento através do próprio trabalho, entendendo-se aqui o trabalho remunerado. A impossibilidade de manter seus papéis na família pode ser uma das principais causas que levam mais homens para as ruas do que as mulheres. Numa cultura machista que afirma, nem sempre explicitamente, “que lugar de mulher é em casa e de homem é na rua”, agrega-se diferentes níveis de tolerância em relação a uma indisciplina comportamental por parte da população masculina. Aos homens é “permitida” a aventura longe dos olhos da família, daí decorrendo a cultura do “trecho” (aqui entendida como o trânsito permanente de trabalhadores de um lugar para outro sem a fixação de residência).

No caso de S., a ausência do pai, que havia abandonado a família o colocou como provedor desde criança, condição facilitada pelo dinheiro fácil oriundo de sua inserção cada vez maior na criminalidade. Com treze anos, já conseguia dinheiro suficiente para suprir as necessidades da casa (sic).

Procurou a rua quando já era adulto, fugindo de perseguidores que o haviam jurado de morte e aos poucos começou a se comportar como quem realmente estava fugindo da vida criminal. Insistentemente procurou trabalho em diversas ocupações, mas sem uma boa qualificação o seu currículo não passava da primeira página. Ele, que se orgulhava de sua aparência, com roupas sempre limpas,

cabelo sempre bem aparado, costumava se vestir com paletó e gravata quando saía para alguma entrevista de trabalho. Isto não era suficiente para dar-lhe mais do que empregos como office-boy, cuja remuneração passava ao largo da quantidade de dinheiro que ele manipulava alguns anos antes quando estava dentro de uma quadrilha. O seu acesso à criminalidade ainda se manteve por algum tempo de forma eventual e era suficiente para lhe garantir recursos financeiros para circular no universo das pessoas domiciliadas também eventualmente. Namorava mulheres fora da rua, visitava parentes, mas sempre que lhe faltava dinheiro, recorria à rede de assistência que atende a população de rua.

A crise no mercado formal de trabalho deixa de ser apenas uma referência estatística para quem não encontra outros meios para sobreviver. Para os desempregados de longa data, o problema social do desemprego se transforma em atestado da própria incompetência e da inutilidade do título de cidadania, interferindo na construção subjetiva da identidade do sujeito. Mesmo considerando a precariedade das opções de sustentabilidade na rua, as estratégias de sobrevivência adotadas nesta situação podem ser mais facilmente incorporadas para o homem do que a situação de dependência familiar.

A perda do papel de provedor, culturalmente atribuído ao homem, pode ser insustentável diante das exigências familiares, de vizinhos e amigos. Mesmo para os filhos adolescentes ou que começam a entrar na fase adulta, a dificuldade em atender às exigências de contribuição financeira numa época de crise econômica no país, empurraram muitos deles para fora de casa antes mesmo de estarem preparados profissionalmente para enfrentar o mercado de trabalho. No caso de E., quando a pai começou a beber com mais frequência, o peso da família recaiu sobre os seus ombros e imediatamente ele saiu de casa. Outras pessoas são procuradas por parentes, mas resistem em voltar para o ambiente familiar. Outros ainda omitem a situação em que se encontram, se escondendo da família, com receio de serem encontrados. Nem sempre a questão financeira é apontada como razão para terem ido parar nas ruas, mas mesmo nos relatos de pessoas que saíram de casa com uma situação financeira aparentemente estável, atribuída principalmente à casa própria, é comum observar a grande importância aos bens que “deixaram” para a família, ou que assim que arrumaram algum dinheiro “mandavam-lhes” uma porcentagem do salário. As significações do ambiente

familiar e da casa própria, bem como as figuras de gênero neles inseridos, também são tratadas por Freyre (1979).

## Relações vinculares

Sem dinheiro, as pessoas vão se distanciando dos familiares e amigos. “E eu vou voltar de mãos abanando?” - é o que respondem aqueles que têm para onde voltar, quando existe esta possibilidade. Alguns que se esforçam para voltar, muitas vezes motivados pelo desejo de reencontrarem parentes, acabam retornando a São Paulo na mesma condição de rua. Este foi o caso de DA. Segundo ela a mãe não a deixou ficar em casa porque não havia levado dinheiro. Ela montou uma barraca no quintal da casa da mãe, no estilo que se faz na rua e dormia lá (sic). Sarti (2003), encontrou o mesmo referencial de rejeição de meninas nas classes pobres por questões econômicas. No seu estudo, a moral sexual ou mesmo a gravidez não era o principal motivo de rompimento com a família.

DA acabou voltando muito debilitada devido a AIDS, dizendo não ter conseguido tratamento na sua cidade e que a mãe faleceu neste período de poucos meses que permaneceu na sua cidade. Evandro deu um depoimento para a TV Globo e mencionou que gostaria muito de voltar para perto de sua mãe. Apareceram 3 pessoas que se prontificaram a pagar sua passagem para Olinda. Ele mudou de idéia, falando que só iria se tivesse a passagem de volta, apresentando uma série de razões que o impedia de ficar por lá. Uma das pessoas que se prontificaram em ajudá-lo pagou sua passagem para ele ver a mãe e ele assim o fez, mas retornou para São Paulo poucos dias depois.

Pessoas que estavam há muitos anos fora de casa, depois de entrar nas frentes de trabalho do governo (prefeitura e estado), mandavam parte de suas remunerações para os familiares. Muitos usuários da AMRMC guardavam suas economias com os técnicos e na maioria das vezes eu mesmo fiz este papel, registrando os depósitos e as retiradas num livro *conta corrente*. Era um grande orgulho para algumas pessoas poder juntar algum dinheiro e enviar para parentes quando solicitados. Periodicamente PM remetia de 50 a 100 reais para sua irmã mais nova para ajudar nas despesas da escola. Outro usuário juntou mais de 1.000 reais que foi enviado para sua mãe que cuidava de um filho seu. F e RG gostavam de presentear seus filhos, que moram próximo a São Paulo. Outros dois usuários

trouxeram suas esposas para que as conhecessemos, numa fase que, recebendo uma remuneração constante por alguns meses, planejavam voltar a viver com suas ex-mulheres.

MA, com pouco mais de 20 anos, manifestava seu desejo de voltar para perto da família, mas dizia que sem dinheiro não voltaria. Se conseguisse juntar o suficiente para comprar um pedacinho de terra, ele voltaria para lá. Seus olhos lacrimejavam quando falava da possibilidade de voltar a “caçar passarinhos com um estilingue”, rememorando os tempos de adolescente na zona rural. Depois de pouco mais de um ano depois que o conheci, ele começou a ser acusado pelos colegas de pequenos furtos. Pouco depois me mandou um recado que estava preso na sua primeira tentativa de assalto (sic), razão pela qual sua pena seria mínima. Antes que retornássemos o contato na cadeia, ele apareceu, dizendo ter sido obrigado a fugir da prisão quando houve um resgate de outros presos mais perigosos. Havia tido um tiroteio e um soldado foi morto durante a fuga. Procurou ajuda da AMRMC para se entregar à polícia e terminar de cumprir sua pena, mas queria a intermediação de um advogado, com medo de sofrer represálias pela morte do soldado durante a fuga que o beneficiou. Contraditoriamente se afastou por alguns meses. Recebemos outra notícia, desta vez que ele havia sido morto em um assalto. Falamos com sua namorada. Estava grávida. Dentro de um programa de acompanhamento psicológico na instituição que freqüentávamos ficou evidente que sua mudança de comportamento coincidia com o período da gravidez da namorada que morava nas imediações de São Paulo.

A preocupação com a manutenção dos filhos aparece de forma diferente conforme a idade destas pessoas. O grupo de jovens, com pouco mais vinte anos que compunha o grupo de debate do uso de drogas na AMRMC tinha em comum uma grande ligação afetiva com filhos que eram cuidados por ex-mulheres. A dificuldade de sustentar seus filhos era uma preocupação constante em suas vidas.

Os homens e mulheres com idade em torno dos quarenta anos, cuja incidência é maior na rua, relatam muitas saudades de filhos que normalmente são cuidados por outras pessoas. Relatam a saudade destes filhos, a esperança em reencontrá-los. Mantém fotos dos filhos em suas carteiras e fazem questão de exibi-las espontaneamente quando o assunto tangencia as relações afetivas. É comum guardarem bilhetes, cartas, números de telefone e endereços (a maior parte dos casos que endereços e números telefônicos de pessoas que não mantinham

contato regular com a família, que foram verificados pelos serviços de correio<sup>32</sup> da AMRMC, resultaram em destinos desconhecidos, porém algumas pessoas mantinham o endereço ou telefone correto na memória, mesmo depois de anos sem contato familiar). No caso de usuários mais jovens, este sentimento em relação aos filhos é acompanhado da preocupação com a subsistência e educação. S, que alternava períodos em empregos com baixa remuneração e períodos que recorria ao tráfico de pequenas quantidades de drogas, relatava freqüentemente a preocupação de seu filho ter o mesmo destino seu, ou seja, entrar para a criminalidade ainda criança. A favela que o filho morava era a mesma na qual tinha sido criado. Queria tirar o filho de lá.

A falta de dinheiro e brigas conjugais perpassa os conflitos familiares envolvendo pais que estão na rua e filhos adolescentes ou adultos, mas não são suficientes para afastar completamente uns dos outros. Sempre se dá um jeito para um telefonema e para visitas eventuais. É bastante comum o relato de homens com idade em torno de 40 anos dizerem ter deixado casa e bens para as ex-mulheres e para os filhos, apesar da dificuldade em voltar a viver juntos. Isto já não acontece no caso de usuários compulsivos de bebidas alcoólicas, onde são mais freqüentes relatos de brigas conjugais e situações vexatórias que os afastam da família. Há casos de filhos que ignoram ou mesmo pedem para que os pais alcoolistas que estão na situação de rua não voltem a procurá-los. S atribui o descaso de seu filho à influência da mãe *“que fica colocando minhoca na cabeça dele”*. MS elogia a ex-mulher que valoriza a figura do pai para a filha adolescente, mas diz que foi a própria filha que lhe mandou uma carta dizendo *“pai, vê se esquece a gente”*. No caso de RS, certa vez que esteve na porta de sua casa, teria ouvido do filho que estava com 20 anos o pedido que ele não entrasse porque sua namorada estava lá dentro. ML deixou sua família de muitos filhos, alguns já adultos, em outro estado e nunca os procurou nos últimos seis anos. Tem algumas notícias através de seus irmãos com os quais falou recentemente.

O relacionamento com irmãos, tios e primos, parece ser menos conturbado e menos influenciado por emoções fortes, mesmo assim uma certa distância é mantida tanto de um lado como do outro, ou seja, entre aquele que está na rua e aqueles que se encontram domiciliados. E, cita seus parentes que moram na zona oeste da cidade. Vai lá *“de vez em quando”*. Fala que seus parentes já lhe

---

<sup>32</sup> Duas vezes por semana um(a) voluntário(a) abre um serviço que durante duas horas oferece ao usuário a possibilidade de escrever cartas ditadas por ele, devolvendo-lhe as cartas respondidas ou devolvidas pelos correios devido endereço incompleto ou não encontrado.

*“jogaram na cara”* que ele não podia ficar lá *“sem trabalhar, só dando despesa”*: *“Eu já fui colocado pra rua da casa de parentes. Hoje, os que me colocaram pra rua, se arrepende dentro deles, que eu tenho certeza, e me acolhem. Só que eu não concordo, vou lá, visito eles, converso com eles, descanso na casa deles, mas volto pra rua.* SP, perdeu a vaga num serviço social de moradia por causa da bebida, disse que iria morar com a irmã, duas semanas depois, anunciou que o *“lugarzinho”* que iria ocupar na casa da irmã estaria sendo usado por seu sobrinho que tinha encerrado o tempo de serviço militar e estava voltando para casa. RE, visitava sua irmã, que morava na zona Leste, com certa frequência, porém evitava o contato com o cunhado porque não se relacionava bem com ele. Ao entrar num estado delirante numa crise de abstinência alcoólica, RS se viu perdido e com delírios persecutórios, procurou a polícia de uma cidade vizinha, onde estava e se lembrou de dois telefones, o da irmã e o da AMRMC, mais tarde ele confirmou que tinha a telefone da irmã *“de cabeça”*, mesmo depois de mais de um ano sem manter contato com ela.

As relações com irmãos, parentes de segundo grau ou amigos, nem sempre dão o respaldo necessário para uma ajuda direta que implique na saída das ruas, mas são referidas como importantes nas suas vidas. Eventualmente emprestam algum dinheiro, mas mesmo que residam na região metropolitana de São Paulo, o deslocamento exige duas ou mais conduções e recados telefônicos só são possíveis através das instituições, o que também dificulta este contato (a grande maioria não usa estes contatos com frequência e tampouco pedem ajuda financeira a eles). A posição de maior estabilidade financeira destas pessoas de referência são lembradas com certa dose de orgulho: *“minha irmã tem um bom emprego”*, *“tem casa, ...carro na garagem...”*, *“moram numa casa grande com x quartos e x banheiros”*, *“ele ganha bem”*, *“ela disse, que quando eu precisar é só ligar para ela”*.

A distância dos familiares e amigos alimenta relações imaginárias construídas pelo desejo de ser respeitado e reconhecido frente a situações reais de carência, isolamento e anonimato, que o morador de rua vive. Diante do incentivo de outras pessoas ou instituições para a retomada destas relações, principalmente quando elas são apresentadas como uma possibilidade concreta, é comum que estas pessoas retornem com uma negativa de seus familiares, comumente justificada pelas limitações econômicas da família. Em outros casos, esta negativa da família se deve especificamente à intolerância de algum membro da família em

relação ao alcoolismo, deficiência física, deficiência psíquica ou dificuldades de sociabilidade do indivíduo que deseja ser acolhido, o que também resultaria em despesas adicionais de custeio para o grupo que a recebesse.

Para VN, que apresenta déficit cognitivo, o impedimento é seu padrasto que não o aceita em casa. Para LL, o derrame que sofrera algum tempo atrás o impossibilitava para o trabalho, mas gostava de visitar a irmã, poder conversar com ela mais freqüentemente, mas como bebia freqüentemente o cunhado não aceitava a sua proximidade. O, tem uma deficiência visual, poderia recorrer à família do irmão que mora em São Paulo e tem boas condições financeiras, como já fez em outras ocasiões, mas relata que *“não quer dar trabalho”*. Pelos seus relatos este irmão sempre o procura para ter notícias e parece já tê-lo convidado para ir para a sua casa. R, relata que depois que a mãe morreu não conseguiu se estabelecer em nenhum lugar. Tentou o retorno à região onde moram vários familiares, mas acabou se desentendendo com alguns deles. Ele é alcoolista e apresenta um comportamento bastante agressivo quando é contrariado. Já se envolveu em muitas brigas, numa delas foi esfaqueado, deixando-lhe um defeito físico, noutra briga deslocou um dedo, deixando-o com a mão defeituosa. Ele sempre se refere a uma irmã de maneira diferenciada em relação aos outros irmãos, mas o uso da bebida parece deixá-lo incapaz de administrar os vínculos que são importantes para ele.

### **O *rapa* e as limitações de abrigo institucionalizado**

O poder público proporciona diferentes serviços de atenção ao morador de rua, e por outro lado executa ações de contenção do número de moradores de rua acampados em determinados locais da cidade, através de operações de limpeza pública conhecidas como *rapa*, marcando as relações cotidianas com moradores de rua pelo confronto permanente.

O *rapa* é uma operação conduzida por coordenações das subprefeituras, que se inicia com a pressão de comerciantes, cidadãos que solicitam a retirada de moradores de rua de certos locais, reclamações apresentadas nas reuniões dos

Conseg's<sup>33</sup>, ou através da própria fiscalização pública na tentativa de impedir a formação de favelas ou a aglutinação de grande número de moradores de rua em pontos de pernoite tradicionais. São operações feitas de surpresa com um caminhão de carroceria aberta e trabalhadores da prefeitura, com o suporte da força policial que permanece presente no local durante a operação, quando isto se faz necessário. Normalmente a força policial poderia ser dispensada, uma vez que os moradores de rua raramente oferecem algum tipo de resistência. Ao chegarem ao local, começam a recolher todos os pertences dos moradores de rua do local e artefatos usados para improvisar abrigos, que são jogados no caminhão. Desta forma, podem perder roupas, documentos, remédios, principalmente se o morador do local não está presente. Conforme a equipe que executa esta operação, ela pode ser mais ou menos agressiva, na maioria dos casos o morador do local tem tempo para separar os pertences que ele pode carregar consigo. Nos lugares onde a permanência de moradores de rua é mais persistente, a operação costuma acontecer até duas vezes por semana. Após o *rapa*, poucas horas são suficientes para se remontar uma *maloca* simples com algumas tábuas e às vezes lona plástica. Este tipo de operação coloca o morador de rua na situação permanente de infrator, na condição de perdedor e vítima, ou ainda atesta o sobressalto pelas perdas do mínimo que se tem e que é o seu *barraco*. Na sua música *O Rapa Meu Barraco*, Benedito ainda encontra neste tipo de ação um estímulo para prosseguir na sua caminhada:

“Olha o Rapa, olha o rapa aí, sujou geral,  
O Rapa tá levando as coisas e o meu barraco,  
pode ter certeza vou sair do lixo,  
isso é verdade não é brincadeira,  
chega de sujeira, chega de conflito.  
Não pago imposto, estou desempregado,  
os albergues estão lotados que posso fazer,  
se estou no sossego, tô no meu barraco,  
de repente esta gente me surpreendeu.  
Levando qualquer tipo de madeira inteira,  
colchão, meu cobertor e ainda algo mais,  
de verdade quero viver minha vida,

---

<sup>33</sup> Conselho de Segurança da comunidade local, formado por representantes da polícia, subprefeitura, comerciantes e moradores da comunidade, que se reúnem periodicamente para discutir os problemas de segurança locais.



novamente tou pronto pra correr atrás.”<sup>34</sup>

Benedito de Oliveira, que perdeu os pais ainda criança, passou pelo juizado de menores, foi separado de seus três irmãos, aprendeu a “ler, escrever, apanhar e cantar” num orfanato, roubou, foi para a cadeia, passou pela fase das drogas e do álcool, morou em *malocas* no Rio de Janeiro e em São Paulo, gravou um CD caseiro com 11 músicas das mais de 70 que compôs (Ocas, 2002) e hoje, com o seu jeito gentil e educado, toma conta de um estacionamento no Glicério e não dorme mais nas ruas.

Em outros casos observados, a ação do rapa reforça a cultura do impermanente. As pessoas só mantêm os objetos e roupas de uso imediato. O colchão, cobertor e peças de roupa adicionais que serão necessários na noite seguinte são colocados em buracos dos viadutos, galhos de árvores, gradis de jardins, de forma a dificultar a recolha dos seus pertences. Enquanto algumas pessoas se esforçam para lavar as próprias roupas e mantê-las limpa, outras só tiram as roupas para jogar fora. Tudo passa a ser descartável. Neste caso, enquanto a doação de novas roupas não chega, fica-se com a mesma roupa, durante dias.

A truculência de ações de remoção de moradores de rua de certos lugares, principalmente onde provocam maior incômodo à vizinhança poderia ser questionada pelo direito de permanecerem onde se encontram. A Constituição<sup>35</sup> prevê a liberdade de locomoção a qualquer pessoa, incluindo nessa liberdade o direito de ir, vir e permanecer, prevendo inclusive medida judicial contra quem violar ou ameaçar violar tal liberdade. Uma vez que a constituição federal prevê normas de caráter geral, cabe à legislação estadual e municipal especificar e adequar tais normas dentro do território de cada estado e município, respectivamente. No caso da cidade de São Paulo, a lei orgânica do município<sup>36</sup> prevê o ordenamento “das funções sociais da cidade, propiciar a realização da função social da propriedade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, entretanto esta mesma lei prevê a garantia de acesso de todos os seus cidadãos às condições adequadas de moradia.

---

<sup>34</sup> Letra extraída do CD Chega de Sofrer, de sua autoria e também publicada pela revista OCAS, número 1.

<sup>35</sup> Constituição Federal, Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres individuais e coletivos, Art. 5º.

<sup>36</sup> Lei Orgânica do Município de São Paulo, Título V, Capítulo I, Art. 148 e 167.

Havendo a impossibilidade ou omissão do poder executivo municipal, seja direta, em não oferecer moradias populares, seja indiretamente, em não garantir o trabalho como direito social, também garantido por lei não se poderia exigir do indivíduo que ele deixe de montar a sua *maloca* em espaços desabitados, principalmente quando esta exigência implica em ações discriminatórias. Uma análise mais aprofundada desta questão implicaria na consideração de outros elementos pertinentes, como por exemplo, a exposição do sujeito a situações de risco à sua saúde nos locais onde porventura ele se encontre, mas qualquer forma de penalização implica na consideração do cumprimento das obrigações da Administração Pública, visando o bem estar do cidadão independentemente de sua condição social, mas principalmente em decorrência dela. Se a falta de moradia for escolha do indivíduo, não há porque deixar de aplicar a legislação transferindo-o de lugar ou impedindo sua permanência em locais públicos, mas não parece ser legítimo cobrar uma atitude de quem é impossível exigir uma conduta diversa.

A reação do poder público à presença de pessoas na rua se dá pela oferta de abrigo coletivo pela Secretaria da Assistência Social, Secretaria da Habitação e por instituições conveniadas com a prefeitura com o propósito de prestar serviços a esta população. A quantidade de vagas existentes nos albergues públicos e outros espaços de acolhida para adultos em out/2002 somava 4.459 vagas, ou 6.258, se considerados crianças, adolescentes e adultos (PLAS, 2002-2003, p.73), entretanto, este mesmo documento estimava a população de rua em, no mínimo, 10.000 pessoas (p.13).

Salientamos a seguir alguns elementos de vulnerabilidade quanto a questões étnicas, de idade (baseado nos dados das pesquisas da SAS (FIPE, 2000) e informações preliminares da pesquisa de out/2003) e controle institucional em relação aos albergues públicos.

As quantidades de brancos, pardos e negros que dormiam nas ruas em 2000, eram relativamente próximas entre si, 1703, 1482 e 1494, respectivamente, mas enquanto os brancos albergados totalizavam 1697, muito próximo da quantidade de brancos não albergados, a diferença subia para os pardos, 1087 albergados e 1482 não albergados e chegava ao dobro para os negros, 714 albergados e 1494 não albergados. Isto pode indicar um acúmulo de fatores de vulnerabilização que afetava muito mais a população negra das ruas do que a população branca.

Em 2003, com a ampliação das vagas em albergues, os negros albergados, 1275, passou a ser aproximadamente 20 % maior que os não albergados, 1070. Entretanto as vagas de albergue ocupadas pelos brancos, 2591, passa de 100 % maior que os brancos não albergados, 1241. Além disso, as vagas ocupadas por brancos é o dobro das vagas ocupadas por negros. Entre a população identificada com a cor parda foram encontrados 1564 nas ruas e 2184 nos albergues. Considerando que 32 % da população usuária dos albergues, ou seja, 1980 pessoas declararam que nunca dormiram nas ruas, o abrigo institucionalizado pode estar beneficiando uma população recém migrada dos circuitos da pobreza para a situação de rua e não necessariamente os segmentos mais pauperizados pela situação de vida nas ruas.

Considerando o censo de 2000, a faixa etária onde ocorre maior distanciamento entre albergados e não albergados é de 18 a 25 anos (279 para 453 pessoas). Quanto maior o tempo na situação de rua, maior a probabilidade de se estar dormindo nas ruas do que em albergues: com tempo de rua de até um ano, foram encontradas mais pessoas nos albergues do que nas ruas, entretanto, a partir daí a quantidade de pessoas nas ruas vai aumentando em relação à quantidade de albergados até a última faixa pesquisada, com mais de 10 anos na situação de rua com 459 dormindo nas ruas, contra 93 nos albergues. Mais da metade de albergados têm entre 6 meses e 10 anos de rua, o que indica, por outro lado que a possibilidade de albergamento não é restringida para aqueles que estão na situação de rua por muito tempo.

É muito presente a reclamação de que não se encontra vaga e para aqueles que têm vaga garantida por alguns meses a reclamação recai sobre a fila de entrada. “Tem muito roubo, ameaça de morte nas filas do albergue... ninguém dá jeito... tinha que colocar polícia na porta do albergue”, afirma T, uma mulher com mais de cinquenta anos de vida, e alguns de rua. As filas para entrar, para tomar banho, para comer é sempre uma zona de conflitos, independente da instituição, seja albergue ou casa de convivência (com atendimento diurno). Aqueles que não toleram a disciplina e o enquadramento institucional, mas não prescindem deste tipo de ajuda (alimentação, banho e dormida), usam da força física, da ascendência sobre os outros para garantir privilégios de ficar na frente, burlar os sistemas de senhas existentes ou simplesmente para obter alimentação mais de uma vez. Os demais que também dependem da ajuda institucional se rendem duas vezes,

primeiro a esta *lei do mais forte*, com receio da ameaça do tipo “te pego lá fora”, e segundo, à ordem institucional.

Desta forma verifica-se na relação com instituições que representam o poder público, a revolta por um lado e a submissão por outro. Nos dois casos, pode haver o desencadeamento de comportamentos agressivos ou violência que se manifesta entre as próprias pessoas que estão em situação de rua. Nas observações efetuadas, parece inexistir qualquer tipo de reação contra o sistema institucional. As insatisfações são direcionadas aos profissionais destas instituições e assumem conotações pessoais na esfera emocional. Pessoas que assumem comportamentos cordatos e se mostram ajustadas ao sistema institucional podem fazê-lo simplesmente em troca de benefícios. Quando é este o caso, a perda destes benefícios implica em reações descontroladas e às vezes violentas. A polícia é o último recurso para resolver estas pendências e não muito raro é acionada. Com isto o poder institucional cresce ainda mais diante dos usuários, implicando num grau de passividade cada vez maior para aqueles que não tem outros recursos que não o de aceitar as regras e condições de atendimento instituídas.

Apesar das dificuldades de sociabilidade, os vínculos de amizade e cumplicidade são também muito presentes. A convivência dentro das instituições ou fora delas, proporciona a criação de grupos que se apóiam em todos os sentidos: para emprestar dinheiro, roupas e outros objetos, para andar juntos pela cidade, para procurar emprego, para se protegerem, para acionar o resgate de amigos feridos ou doentes, para formar as rodas de pinga e principalmente para dar ou receber conselhos.

A rede de proteção social se estende aos grupos religiosos e caritativos que distribuem alimentação e roupas nas ruas. Estes grupos são esperados ansiosamente em dias e locais determinados. São lembrados pela benemerência, pela educação, mas principalmente pelo produto que oferecem: “*Se eu falar que passei 3 dias sem comer nada, o sr. acredita... ontem eu comi o quê? ontem eu comi um pão, um pão com mortadela, hoje passou um pão com mortadela e suco, que tá lá, mas hoje é sábado não sei se vai passar, deve passar porque hoje é aniversário de São Paulo...*” (RS).

## A rua como espaço de perdas e ganhos

RG, com 7 anos de idade morava na zona leste da cidade e ajudava o pai no *ferro velho*. J na sua cidade de origem, fora de São Paulo, terminou a infância ajudando na colheita de arroz, com água pela cintura. Aos 11 anos de idade Edmilson “abandonou o trabalho nos canaviais, e embarcou num caminhão de banana, direto do interior de Alagoas para os bananais de Santos” (Nasser, 2001, p.143). As primeiras tarefas de DA, na sua infância era pedir comida aos vizinhos para levar para a mãe e os irmãos. E, adolescente, deixou os pais quando estes começam a ter dificuldades na manutenção da casa.

Estas pessoas não foram para a rua simplesmente porque tiveram uma infância pobre, tampouco porque eram mais frágeis. Pelo contrário, tiveram em comum um papel ativo na obtenção de recursos para a família. Foram expostos à informalidade da rua desde cedo. Outros só chegaram às ruas depois de adultos, quando perderam o emprego, quando se entregaram à bebida ou quando romperam com a família. No encontro com a rua descobriram a informalidade, aprenderam a viver somente o imediato sem se preocupar com o tempo ou com a acumulação de reservas para o amanhã, a reduzir todos os bens ao conteúdo de uma sacola – o *galo* que acompanha o morador de rua para onde ele vai. Não pagam impostos, taxas ou acompanham a moda. Aprenderam a driblar as lembranças e as preocupações através da bebida. Aprenderam a viver longe das cobranças de familiares, a experimentar a liberdade de ir ou ficar sem se preocupar com as conseqüências, a não ter que dar o exemplo nem ser referência de moralidade para os outros. Aprenderam que é possível viver com muito pouco, com mais liberdade e com menos esforço.

Na rua aprende-se a usar diferentes estratégias de sobrevivência, nem sempre conhecidas quando se estava domiciliado. O grande problema para muitos que conseguem trabalho, por exemplo, é a perda da alimentação gratuita e outras benesses institucionais que um salário precário não consegue cobrir.

Na rua também se aprende a ver sem ser visto – enquanto o cidadão domiciliado procurar desviar o olhar para evitar o confronto com o morador de rua, este tem tempo e oportunidade para *filmar*<sup>37</sup> tudo e todos que passam à sua volta; aprende-se a distinguir quem não é morador de rua pelo vestuário - as roupas

---

<sup>37</sup> Gíria usada para designar a atividade de observar uma situação e registrá-la mentalmente.

retiradas do cabide e não da sacola, pela determinação no jeito de andar - que indica que se vai a algum lugar, que é diferente do andar de quem está perambulando, pelas idéias e pelo modo que expressam o desconhecimento ou o medo do submundo da rua. Na rua toma-se consciência que mesmo na mais absoluta miséria, a sua simples presença pode significar uma ameaça para o cidadão domiciliado, que atravessa a rua ao vê-lo, segura mais firme na mão do filho e acelera o passo ou simplesmente fecha o vidro do carro.

Também se aprende sobre os significados das sobras e doações dos mais beneméritos. Aprende-se que um “Deus lhe pague”, um “Deus lhe dê em dobro” é um bom preço que se paga por uma roupa velha ou sobra de comida. Aprende-se, que na ausência de oportunidades de trabalho, sobreviver é um direito, mesmo que não reivindique condições de sobrevivência digna ou lute pela equidade social. Aprende-se que quem tem mais, divide o que não lhe faz falta e isto não implica em compromisso com a retribuição, o “Deus lhe pague” torna-se uma mera cortesia de quem recebe. Aprende-se a ver os desperdícios do dinheiro público. Quem passa vinte e quatro horas, dias seguidos numa praça pública, sabe quantos empregados, quanto tempo foi gasto às expensas do erário público para limpar, consertar, colocar uma cerca, retirar a cerca, plantar, replantar, abrir um buraco, fechar o buraco, reabrir o mesmo buraco com outra finalidade. Lê-se jornal, revista, assiste-se televisão no albergue, ouve-se as conversas dos outros que passam. São várias as vias de informação e as maneiras de ir entendendo a dinâmica da cidade.

Aprende-se que sempre existe um último recurso, pedindo, ajudando numa feira, tomando conta de carros, catando latinhas, caso a ajuda não chegue. Aprende-se que as sobras dos outros, que os benefícios do poder público, que a ajuda alheia é suficiente para satisfazer as necessidades básicas. Aprende-se enfim que a rua é uma alternativa viável de sobrevivência, e pode ser a melhor opção diante das dificuldades de obtenção de renda e moradia e diante das exigências que a constelação familiar impõe.

Sob esta ótica de aprendizados e possibilidades que a rua oferece<sup>38</sup>, a rua pode ser lida como um espaço de sanidade. Tanto pela impossibilidade de manutenção de uma situação que envolve renda, moradia e relações domiciliares estáveis, quanto pela descoberta que é possível viver no imponderável, à sombra

---

<sup>38</sup> Alvarez (2003) também se refere aos processos de “transformação dos seres humanos” e ao “despertar de suas potencialidades” (p.303), considerando a experiência de rua e o *encontro transformador* com educadores portadores de “ações afirmativas” em relação a moradores de rua na pesquisa: Resiliência e Encontro transformador em Moradores de Rua da Cidade de São Paulo.

da cidade e da cidadania. O *não espaço* da rua permite o movimento de “sair para o mundo”, como afirma Nasser. Ao analisar o rompimento dos laços familiares, ela conclui que “eles migraram da casa para o mundo, em busca de relações de trabalho que os tornassem independentes (no caso dos solteiros) ou livres da família (no caso dos casados) – tanto porque seus laços familiares já se haviam rompido, ou para que se rompessem definitivamente” (Nasser, 2001, p.163).

## 5 DIREITO À VIDA

*“Tanta promessa, tanta falta de pressa.”  
 “...mas na mente que parou, nasceu um pensamento  
 e surgiu a lembrança da mão da esperança.  
 E se ela for forte, ele poderá se agarrar e a vida sem vida poderá voltar... a viver.”  
 Elisabete<sup>39</sup>*

Apesar das situações adversas vividas pelos moradores de rua, e dos pedidos dirigidos aos serviços assistenciais por eles próprios, um fator preponderante na implantação dos serviços públicos assistenciais (conforme relatos informais de profissionais da prefeitura), é a pressão do “eleitor” que freqüentemente liga diretamente para órgãos públicos reclamando do incômodo de um ou outro morador de rua na sua vizinhança, ou ainda a pressão da imprensa, neste sentido. Um bando de gente esparramada pelos jardins no centro da cidade, dormindo sob as marquises dos Bancos da rua Boa Vista<sup>40</sup> e nas portas dos grandes magazines, praticando sexo nas praças públicas ou bebendo descaradamente sob olhares mais pudicos que os seus, os remetem imediatamente às propostas sanitizantes que vigoraram na cidade na última década e que visavam a retirada dos moradores de rua destes locais.

No início dos anos 90, iniciava-se em São Paulo a implantação de um primeiro plano de assistência social para a população de rua, especialmente desenhado de acordo com a sua especificidade, tendo como referência alguns programas já desenvolvidos por ONG's e o intercâmbio com experiências internacionais como as de Toronto. Nesta época, outros países, como o próprio Canadá já implementavam projetos comprometidos com a sanidade destas pessoas e pensando na sua integração social (Vieira et Rosa, 1991).

As propostas de albergamento temporário e programas sócio-educativos, rapidamente se converteram em confinamento de centenas de pessoas em

---

<sup>39</sup> Mota, Maria Elisabete Lima. Ex-moradora de rua. A primeira citação foi extraída do livro de poemas Declaro que estou em tormento – poesias da sarjeta (p.41) e a segunda do livro Ave Vagueira (p.28).

<sup>40</sup> A rua Boa Vista e arredores, no centro histórico da cidade, sedia agências centrais de grandes instituições financeiras, bancos e Bolsa de Valores de São Paulo, sendo também um dos pontos de pernoite de vários grupos de moradores de rua.



instituições públicas, numa solução simplista e sem grandes ônus: à noite - albergue, durante o dia – convivência tutelada. Juntando esta proposta sanitizante para a cidade, à necessidade de locais para o banho, refeição e local para dormir, e à necessidade financeira de entidades filantrópicas, ter-se-ia os ingredientes para a administração da miséria urbana nas ruas. Implantou-se na cidade, desta forma um sistema de terceirização do atendimento às necessidades básicas das pessoas que estavam vivendo nas ruas, através de convênios administrados pela prefeitura, na sua maioria, em uma destas duas modalidades: albergue coletivo noturno e casa de convivência com funcionamento diurno.

Mas a diversidade da população de rua foi revelando segmentos mais resistentes que mesmo usando os serviços públicos disponíveis, se opunham ao tratamento desumanizado que porventura encontravam. Dentro deles, algumas pessoas evitavam a relação institucional, alegando insatisfação com o tratamento recebido, com os horários e com as regras estabelecidas (SAS, FIPE, 2000 e 2003). Por outro lado, algumas instituições sociais começaram a reivindicar para si o papel de educadoras, conscientizadoras e articuladoras, o que propiciou a criação de programas socializantes e humanizantes pontuais para esta população, sem que o poder público por seu turno deixasse de incentivar a criação de abrigos de grandes capacidades nas regiões onde ela mais se concentrava.

As ações articuladoras de algumas ONG's e movimentos religiosos deram origem a fóruns de discussão e promoveram diversas ações reivindicatórias e ações de denúncia da situação de abandono de moradores de rua como os Dias de Luta do Povo da Rua<sup>41</sup>. A visibilidade deste movimento encontrou seu ápice com a realização da Iª Marcha Nacional da População de Rua, em Brasília, em julho de 2000, que contou com a participação de mais de 350 pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo e cerca de 1200 moradores de rua de outras cidades do país, juntando-se a aproximadamente 1500 catadores de materiais recicláveis que encerravam o seu primeiro congresso nacional. Este cenário se completou com a regulamentação da Lei municipal de atenção à População de Rua para a cidade de São Paulo em 2001 e propostas das Secretarias da Assistência Social, da Saúde e da Habitação de desenvolver programas e intensificar os esforços para a criação de políticas públicas nesta área.

---

<sup>41</sup> Evento de um dia organizado anualmente pelo Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua, realizado há 11 anos, visando os direitos desta população, nos quais se incentiva a participação dos usuários destas organizações, que tem congregado centenas de pessoas.

## Os descartáveis urbanos

Um grande contingente de pessoas ainda não usa os serviços públicos oficiais ou pouco se relaciona com a assistência instituída, buscando alternativas para o banho, necessidades fisiológicas, alimentação e vestuário. Vivendo literalmente nas ruas, usam os depósitos de ferro velho ou papelão, postos de gasolina, bicas, torneiras públicas, chafariz, igrejas, banheiros públicos, instalações de vizinhos domiciliados, lojas e supermercados e serviços de higiene pagos (SAS, 2000). São vitimizadas pelos problemas estruturais e tem sua situação agravada pela contínua permanência em condições insalubres, sujeito à violência ou ainda sob a ação contínua de álcool e drogas.

Ao analisar a “Dinâmica social dos anos 90” para a cidade de São Paulo, Sposati (2000), reage ao “caráter estrutural da exclusão social”, apresentando como agravante o processo neoliberal na economia e na política, cujo ideário

“encontrou um leito favorável na conservadora cultura política patrimonialista brasileira, que é sobretudo autoritária e elitista. Como consequência, deteriora a já frágil noção de responsabilidade social e pública ainda presente nas forças conservadoras que compõem o governo do Brasil (p.8)”. “(...) exclusão é mais do que pobreza, um estado de não ter, pois se trata de um processo de não inclusão, isto é, de apartação, de negação como decisão histórica e culturalmente humana de criar interdições. Revela-se, com ela um sentido humano perverso enquanto restringe potências e pratica homicídios de possibilidades. Forte é a expressão porque forte é o resultado do seu impacto nas vidas humanas que se tornam descartáveis de projetos ou incluídas na condição de excluídas (p.9)”.

Os programas sociais desenvolvidos neste contexto trazem a marca ideológica do descarte social de uma população que é tratada como excedente. São programas marcados pela institucionalização de práticas que visavam a retirada destas pessoas das ruas, oferecendo, entretanto poucas possibilidades de uma reestruturação de suas vidas.

Quando me procurou pela primeira vez, à procura de um lugar para permanecer durante o dia, o então usuário de albergue A., dizia que era obrigado a sair do albergue pela manhã e não podia sequer ficar sentado num banco de praça que logo chegava um policial e o mandava *circular* (sic), então ele saía andando pela cidade, *sem rumo* (sic), até que desse a hora de voltar para o albergue. O

descarte introjetado pelo próprio sujeito o destitui de seu papel social, deixando desorientado, *sem rumo*, com poucas alternativas a não ser se dissociar da realidade que o cerca.

A., 38 anos, enfrenta dificuldades com o álcool, passa por grandes períodos de abstinência, mas eventualmente tem uma *recaída* (sic) que dura de uma a de duas semanas. Sofre a síndrome da abstinência com alucinações, tremores e grande debilidade física, seguida de lenta recuperação que dura uma semana ou mais. Ao longo dos últimos anos, trabalhou numa instituição assistencial, saiu do albergue para um projeto de moradia transitória, deixou esta moradia quando alugou um quarto num cortiço, *“amigou-se”* com uma mulher, perdeu o trabalho devido a bebida, perdeu a mulher, comprou um barraco numa favela na Barra funda, enfrentou dificuldades de convivência na favela, vendeu o barraco e voltou a viver pernoitando em albergues e eventualmente nas ruas. Fala que no momento, está *“correndo atrás do benefício”* (sic), referindo-se a aposentadoria do INSS por ser portador de HIV e alcoolista – abr/2003.

“Estar sem rumo” é mais do que um recurso de linguagem ou alusão à situação momentânea de não ter onde ficar. Pode ser estendido ao posicionamento do indivíduo em relação a projetos de vida possíveis. A ausência, insuficiência ou inadequação de políticas públicas em relação ao processo de exclusão e vulnerabilidades cumulativas não significa somente uma posição de neutralidade ou incapacidade do estado em lidar com o problema população de rua, mas pelo contrário reafirma a penalização do indivíduo pela situação em que ele se encontra. A história de vida de pessoas como A., revela que as experiências que deram origem ao alcoolismo e outras fragilidades emocionais se perpetuam nas inadequação das relações institucionais, onde a reprodução continuada de situações de desamparo cristaliza matrizes comportamentais que regulam as relações entre o indivíduo e seu meio. Dentro desta ótica, as experiências que poderiam ser identificadas como causais na história destas pessoas, pelo seu efeito desestruturante, encontram ressonância nas relações que estes mantêm com as instituições protetoras e com os demais indivíduos da sociedade organizada – aqueles que têm o status da cidadania conferido pelo acesso aos bens de consumo e meios de produção.

A concepção do descarte social aproxima as pessoas do lixo urbano e tal fenômeno pode estar relacionado com o aumento do número de pessoas que passaram a sobreviver com os materiais descartados pela cidade. A este respeito,

Santos (2003) se refere ao “novo paradigma para compreendermos uma das dimensões mais perversas da sociedade globalizada: a relação nodal entre o descarte de produtos e materiais industrializados e o descarte de seres humanos” (p.99).

Na construção de política pública a participação dos próprios moradores de rua é particularmente importante na concepção de propostas de intervenção através da sistematização de conteúdos levantados em discussões envolvendo os beneficiários a partir de suas motivações e necessidades, aliados a concepções teóricas das linhas de abordagens humanista e fenomenológica. Falando sobre a *Pedagogia do Desejo*, Paulo Freire (Freire,1999, p.37), comenta:

“Considere, por exemplo, o trabalho com população de rua. (...) Em cada situação, para desenvolver formas de trabalho, nós deveríamos ir até as pessoas e discutir com elas o que precisa ser feito no seu contexto (...) estou interessado em encontrar formas para criar um contexto no qual a população de rua possa reconstruir suas esperanças e desejos (*their wishes and their desires*) – o desejo de ser novamente, ou começar a ser em diferentes sentidos.”

### **Equívocos do *bom samaritanismo*<sup>42</sup> e da institucionalização**

As práticas individualizadas de ajuda ao morador de rua, como a esmola motivada pela caridade ou pelo alívio do constrangimento provocado pela visão de um outro ser humano, numa situação considerada miserável aos olhos de quem a enxerga, pode chegar ao extremo de *adoções* veladas, o que às vezes acaba se constituindo numa perversa forma de exploração de mão-de-obra em caráter temporário. Não raras vezes encontram-se pessoas que já passaram pela “rua”, como caseiros ou empregados desqualificados, sem registro trabalhista ou sem quaisquer tipos de respaldo previdenciário. Alguns agenciadores de trabalho que atuam clandestinamente para fugir das obrigações trabalhistas (conhecidos como *gatos*), visitam freqüentemente as filas dos albergues para conseguir mão-de-obra sem arcar com os custos de recrutamento e de registros trabalhistas. Ainda que

---

<sup>42</sup> Como “Bom Samaritanismo”, me refiro às práticas assistencialistas e atendimentos despersonalizados como uma deturpação do modelo de caridade cristã encontrada na Parábola do Bom Samaritano, no evangelho de São Lucas, 10, 25-37.

haja boa fé na contratação de profissionais como caseiros, ou para pequenos serviços de manutenção, essa é uma forma bastante conveniente para se justificar baixos salários e ao mesmo tempo fugir dos encargos trabalhistas. Os trabalhadores por sua vez expressam a conveniência deste tipo de trabalho como algo positivo: *“melhor pingar do que faltar”*.

Quando a contratação não dá certo ou os resultados dos serviços não correspondem às expectativas dos contratantes, o desligamento do trabalho ocorre sumariamente, respaldado pelo *histórico de rua* dos contratados. Quando dá certo, tem-se além do trabalhador de baixo custo, a satisfação de ter prestado uma ajuda humanitária. A exploração do trabalho, leva a uma reação peculiar do trabalhador desqualificado: há pessoas que já começam a trabalhar, tendo em mente uma ação trabalhista ao se desligarem do trabalho, a fim de conseguirem uma remuneração adicional no *acordo trabalhista* incentivado nos processos judiciais. Nem as instituições que prestam serviços aos moradores de rua escapam deste tipo de ação, como atestam alguns casos de usuários que moveram ações trabalhistas contra instituições sociais que lhes prestavam assistência.

As ajudas materiais isoladas, não têm muitas chances de sucesso quanto à transformação da vida destas pessoas, quando se trata de casos crônicos ou de pessoas mais experientes nas ruas. Os casos crônicos demandam atenção especializada. Os mais experientes são *escolados* na rua. São aquelas pessoas especializadas no *acharque*, pela facilidade em desempenhar papéis diante do interlocutor que o aborda, seja fazendo o papel de vítima, simulando alguma doença, carência afetiva ou oportunidade iminente de trabalho, justificando a necessidade de dinheiro para tirar documento, ligar para a família, se locomover para o trabalho, conseguir roupas ou alimentos que possam ser vendidos, ou estratégias similares. Aprenderam a conviver com a caridade alheia, às vezes ingênua. Faz parte deste tipo de estratégia a sensibilização e o confronto com o outro pela ênfase da situação de privação que caracteriza a situação de rua, como as frases ouvidas de U: *“eu não tenho casa, você tem! Eu durmo aqui mesmo! Estou com fome, ainda não comi nada hoje! Quero dinheiro para beber, não vou mentir, não preciso de mentir!”*.

Qualquer tipo de ajuda é sempre bem vinda para quem vive em condições de tanta precariedade. Se os resultados nem sempre são capazes de provocar mudanças de vida, por outro não chegam a causar grandes males imediatos. Para quem dá ou para quem recebe, pode ser pelo menos um alento contra a solidão e o

abandono. A médio e longo prazo os efeitos das ações paternalistas são percebidos mais concretamente. Os próprios moradores de rua costumam se referir ao assistencialismo existente como um fator adicional para permanecerem nesta situação.

Nas datas festivas como Páscoa, Natal ou passagem de ano, as ações caritativas são carregadas de significados e estes podem ter mais importância no nível subjetivo do que a ajuda material em si. Considerando as doações de comida por ocasião das ceias natalinas, por exemplo, há sempre um excesso de comida nas ruas, o que concorre para um impacto maior da mensagem implícita: “quem pode dá e quem não pode recebe”. Quem está por cima, quem ajuda, foi abençoado e as sobras são o sinal visível, o sacramento do sucesso, enquanto quem recebe tem o atestado da própria inutilidade na sua condição de recebedor. O fato de serem eventos religiosos que, portanto, lidam com elementos arquetípicos, tem uma forte ressonância no estado emocional das pessoas que estão em situação de rua. O uso de bebidas aumenta nestas ocasiões. As manifestações de agressividade também. Algumas instituições preferem, estrategicamente antecipar estas comemorações.

Além de ações isoladas de pessoas ou grupos de amigos, encontra-se um vasto campo de atuação de grupos mais ou menos organizados com recursos variáveis que atuam sistematicamente em pontos estratégicos da cidade ou de forma mais institucional como parceiros em alguns albergues e casas de convivência. A complementaridade das ações desenvolvidas em relações de parceria pode se complementar dentro de abordagens que consideram o sujeito na sua integralidade e não simplesmente a partir de uma necessidade física. Há casos que, enquanto um parceiro institucional cuida da alimentação, outro se responsabiliza por um curso de capacitação, outro desenvolve ações culturais e os profissionais da própria instituição se encarregam da intermediação entre eles (segundo observações nas instituições citadas nesta pesquisa e relatos em reuniões do Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua).

Alguns grupos com motivação religiosa planejam suas intervenções com o objetivo de proporcionar um certo conforto às pessoas atendidas, tendo como pressuposto que a situação em que elas vivem são resultantes de processos “cármicos” ou punitivos (termos religiosos não explicitados objetivamente para os moradores de rua, mas mencionados eventualmente por alguns deles). Alguns agentes destes grupos, normalmente voluntários, podem também eles, estar

cumprindo uma missão espiritual segundo crenças individuais, portanto a relação entre suas motivações, concepção do trabalho e sua efetividade são raramente questionadas do ponto de vista terapêutico e da intervenção social, ou seja, nem sempre tais intervenções consideram os pressupostos e orientações técnicas.

Outros grupos religiosos trabalham com a atribuição de causas da situação de rua, alcoolismo ou saúde mental a elementos religiosos externos ao indivíduo ou internalizados por ele, mas não propriamente dele ou necessariamente pertinentes à realidade social em que ele vive. Demônios ou outras entidades espirituais causadoras de males justificariam desta forma, a situação de desamparo do indivíduo, enquanto as entidades espirituais benéficas causariam a sua saída da situação de infortúnio em que se encontra. Estas relações demonizantes ou divinizantes, conforme o caso, costumam centrar suas ações em manifestações comportamentais individualizadas e são referidas por agentes sociais ou aparecem na descrição de moradores de rua quando se referem às suas práticas religiosas.

As ações religiosas extrapolam o escopo deste trabalho, no tocante à efetividade de sua ação, por fugirem aos questionamentos das políticas públicas, e de sua interação com a coletividade, entretanto são mencionadas, na medida em que visam mudanças comportamentais que podem concorrer para uma maior qualidade de vida do sujeito ou não. Independentemente dos seus resultados, elas têm uma grande representatividade no universo da “rua” e das ações humanitárias, contribuindo inclusive, na construção de expectativas de atendimento. Elas também podem implicar em algum tipo de confusão no imaginário de seus beneficiários, uma vez que algumas pessoas freqüentam simultaneamente vários grupos religiosos com discursos e práticas diferentes entre si (católicos, carismáticos, evangélicos, pentecostais, espíritas e outros).

Se por um lado existem grupos de *ajudadores* que vão até os moradores de rua, existem dezenas de equipamentos sociais (somente os conveniados com a prefeitura totalizam 47 (PLAS, 2002-2003, p.73)) e de saúde que são pontos de referência largamente conhecidos. A maioria dos albergues, casas de convivência e centro de serviços possuem capacidade para grandes quantidades de pessoas, portanto podem se configurar como centros de atendimento massivo, com todas as implicações despersonalizantes que este tipo de serviço acarreta.

E, resistiu durante muitos anos a se vincular às instituições que prestam assistência à população de rua, ao ser questionado sobre isto ele dizia: “*eu me*

*sinto preso, quando olho para aquele cadeado no portão*”. Mesmo sabendo que poderia sair a qualquer hora e que o cadeado no portão era uma proteção para a instituição, ele se sentia constrangido diante da menor possibilidade de controle dos seus atos por outras pessoas. Preferia a liberdade das ruas, dormindo em terrenos ou casas abandonadas, sob sua carroça ou em *malocas* (uma investigação mais aprofundada, no seu caso, revelou uma possível relação entre tais comportamentos e o impedimento traumático da infância de brincar livremente com os amigos, sendo mantido muitas vezes amarrado dentro de casa (sic)).

O que é identificado como atendimento massivo, se refere ao serviço obrigatoriamente prestado pelos albergues à noite, e pelas casas de convivência, *comunidades*, e centros de serviços durante o dia, ou seja, serviços que garantem a sobrevivência, como acolhida noturna, alimentação e serviços de higiene, pressionadas pelo enorme contingente de usuários e recursos limitados.

Os lugares destinados ao abrigo são dormitórios projetados para dezenas ou centenas de pessoas, cujas divisórias num dos maiores albergues da rede pública são construídas com telas incapazes de impedir a propagação de barulho ou mau cheiro. A reclamação recorrente dos usuários de albergues é a falta de privacidade (é curioso observar que uma das inconveniências citadas em relação aos albergues é justamente a dificuldade de dormir, devido ao ronco, barulho e ameaças das outras pessoas que compartilham o mesmo dormitório). Nestes espaços de confinamento o estabelecimento de relações é substituído por atitudes defensivas e pelo enclausuramento do indivíduo em si mesmo. São espaços que se justificam como soluções temporárias, mas serve de moradia durante meses ou anos para as pessoas que não querem enfrentar a precariedade de dormir nas ruas. Para aqueles que suportam a condição de dormir nas calçadas, praças e viadutos, o albergue é aceito temporariamente, durante alguma enfermidade ou quando a pessoa sente a necessidade de se afastar da bebida alcoólica para recuperar a saúde.

Nas relações institucionais, dentro da rede de atendimento aos moradores de rua, o *lugar do usuário* é revestido de inúmeras exigências. Quando o usuário é concebido como incapaz, como fracassado e como dependente da gratuidade do benefício oferecido a ele, o seu enquadramento nesta situação passa a ser necessário para que se tenha acesso a este benefício. A aparência e apresentação do morador de rua podem indicar muito mais o que se espera dele e a lente com a qual ele é visto do que propriamente a realidade de pobreza na qual ele vive.



Neves (1983) verifica isto em relação ao mendigo: na medida em que só o admitimos “como um destituído, ele deve trazer aparentes as marcas da desordem que a privação de recursos acarreta – ser sujo, maltrapilho, humilde e agradecido”. Gregis (2002), observou que a “construção simbólica do corpo “da rua” se dá numa ação táctica que leva em conta o lugar do outro, as pessoas que circulam pela cidade”. Na sua pesquisa sobre o uso de droga injetável entre meninos de rua, ele constatou que “a sujidade, as roupas rasgadas, o uso de *loló* em locais públicos, as feridas decorrentes do consumo inadequado de cocaína injetável, são símbolos naturais deste território desarticulado e precário”.

Entretanto, na medida em que este sujeito incorpora a imagem a ele atribuída, pode haver uma perda progressiva da própria identidade, passando a encarnar uma representação social de morador de rua. Quanto à perda da identidade, os trabalhadores das organizações sociais, relacionam este aspecto subjetivo com um certo *descuido* e perda sucessiva de documentos. Depois de alguns anos de rua, MS lembrava que já havia perdido seu registro de identidade 16 vezes. As perdas simbólicas se estendem também a endereços e telefones de familiares, relógios, ferramentas de trabalho, mas uma análise mais aprofundada neste sentido teria que considerar o nível de precariedade e ameaça de furtos e roubos sob o qual as pessoas na rua vivem.

Os serviços sociais existentes também desenvolvem e procuram priorizar programas educativos, culturais, de capacitação profissional, de orientação individual, etc., mas os serviços mais qualificados sempre são destinados a uma pequena percentagem de seus usuários, por demandarem mais recursos humanos e uma maior capacitação técnica. Existem, portanto, vinculações diferenciadas entre os usuários e os serviços sociais. A relação de pertencimento, através de uma vinculação mais estreita, implica no compromisso de participação do usuário com os programas desenvolvidos e em sua ajuda voluntária na operacionalização do serviço. Executam serviços auxiliares de limpeza, cozinha, monitoria, manutenções, que também podem ser definidos como sua contrapartida por benefícios recebidos. Esta relação de pertencimento costuma facilitar o acesso a eventuais oportunidades de trabalho, ajuda de voluntários, atenção mais dedicada de profissionais, que os usuários menos vinculados nem sempre tem acesso.

A natureza das relações vinculares mais estreitas, também pode remontar configurações psicológicas na esfera afetiva. V, que permaneceu como usuário assíduo num centro de referência por muitos anos, prestou serviços

voluntariamente e por um período chegou a ser contratado para serviços de zeladoria dentro da instituição. Depois do seu desligamento devido ao alcoolismo, resistência em participar de programas terapêuticos, dificuldades em cumprir o horário de trabalho e outras regras institucionais, não admitia ficar *do lado de fora*. Moveu uma ação trabalhista contra a instituição, porém alegando o suposto descaso que estava sendo tratado naquele momento: “o ... (educador) não me deixou entrar, ele me tratou como se eu fosse neutro, eu não sou neutro não, ele não pode me dizer que eu não posso entrar (...) quero ver eles na minha frente, olhando para mim lá [se referindo à presença do juiz] e dizer que eu não tenho o direito de entrar”. Este tipo de reação pode estar relacionada com a sua adoção e o tratamento desigual perante os irmãos na infância, conforme apareceu na sua história de vida.

A relação per capita que determina o montante de recursos destinados pela prefeitura às instituições que mantêm estes serviços determina também o número e a especialização dos profissionais que nelas atuam e o seu empenho neste serviço. É comum a permanência de usuários por anos a fio na dependência destas instituições. Quando existe algum impedimento para a permanência de algum usuário numa delas, é comum a sua movimentação espontânea de uma instituição para outra.

Algumas organizações preconizam programas educativos de cunho emancipatório, como a qualificação e requalificação profissional que permitam a autonomia financeira do indivíduo, incentivo à inserção em cooperativas de trabalhadores ou mesmo a participação em programas de moradia, mas as exigências de resultados quantitativos e os reduzidos e nem sempre preparados quadros profissionais acabam por inviabilizar suas propostas. Estas instituições lidam com pessoas que necessitam grande investimento educacional, com casos cronificados pelo longo tempo de permanência nas ruas ou fazendo uso de bebidas e também com comprometimentos de ordem psicossocial que requerem intervenções que vão além da capacitação profissional de curta duração.

Ações emancipatórias que não consideram as fragilidades das relações sociais podem resvalar para um nível de exigências que pressionam o indivíduo a reagir segundo padrões alheios à sua cultura e conhecimento. Quando começou a se falar em autonomia nas metodologias voltadas para a população de rua, surgiram várias programas de auto sustentabilidade fomentadas pelo governo. Os cursos de empreendedorismo para a população de rua incentivavam estes

indivíduos a criar o seu próprio negócio como meio de geração de renda. Um dos alunos destes cursos me procurou para ajudá-lo a comprar um carrinho de cachorro quente e arranjar um lugar para guardá-lo, quando ele mesmo não tinha onde dormir e freqüentemente perdia a vaga do albergue devido ao alcoolismo. Outro queria comprar um celular para receber as ligações telefônicas de possíveis contratantes dos serviços de construção civil que ele ofereceria, mas não sabia o que escreveria no seu cartão de visitas, uma vez que estava em situação de rua e sem referência domiciliar.

Os esforços das organizações mais presentes no Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua são reconhecidos por suas atuações solidárias e militantes em relação aos direitos da população de rua, entretanto este esforço não é compartilhado por todas as instituições que atuam nesta área (conforme depoimentos no Fórum e depoimentos de usuários). A isto se alia a cobertura limitada e diferenciada dos benefícios prestados que não atinge todo o volume de usuários de cada uma destas organizações.

Independentemente da motivação das relações de ajuda com o morador de rua ser assistencial, caritativa, solidária ou ética, resta saber se tais relações resultam na minimização, na manutenção ou na ampliação das vulnerabilidades individuais e como isto acontece.

## **Necessidades e direitos**

As observações em campo permitiram constatar a convivência de pessoas aparentemente saudáveis, vestindo roupas limpas junto a outras com graves problemas de saúde, sujas, com roupas há vários dias no corpo. Estas variações também podem ser observadas numa mesma pessoa ao longo do tempo. Quando conheci V, ele andava sempre limpo e sempre tinha cigarros para dar aos colegas da *maloca*. A última vez que o vi, ele estava com feridas em várias partes do corpo, sujo, reclamava dores devido a “pedra nos rins”, e dizia que sua única roupa era a bermuda e a camisa que usava. E, outro morador de rua, intercala períodos de abstinência e períodos de “bebedeira”. Quando está na “bebedeira” dorme em qualquer lugar, permanece dias sem tomar banho e sem se alimentar adequadamente.

O tempo se encarrega de gerar disfunções hepáticas, gastrites e úlceras estomacais, perda dos dentes, doenças de pele, infecções pulmonares (diagnosticados em várias pessoas citadas neste trabalho). As pessoas adoecem e se recuperam sucessivamente, mas acumulam seqüelas e continuamente vão perdendo a imunidade. A não satisfação de necessidades básicas para a manutenção de sua saúde implica numa deterioração gradual e cumulativa nas esferas bio-psico-social.

“Quem vive nas ruas necessita encontrar alternativas para o que comumente se faz dentro de casa. Serviços de higiene, lavagem de roupas são problemas com os quais se defrontam os moradores de rua (...). Além das Casas de Convivência conveniadas com a Prefeitura, que oferecem serviços de banho, barba e lavagem de roupas, e que são muito procuradas pela população de rua, as demais alternativas são soluções improvisadas” (Vieira et al., 1994, p.108).

A situação de extrema pobreza e o nível de insalubridade, problemas com documentação, dificuldade de locomoção dentro da cidade, falta de referência para contatos, múltiplas doenças, são fatores que justificam o termo *necessidades especiais*, para nos referirmos à inexistência de uma organização espontânea dentro desta parcela da população, que seja capaz de suprir recursos financeiros que viabilizem moradia e saúde de forma autônoma, ou seja, sem intervenções externas.

O direito à sobrevivência digna ou mais especificamente a “inviolabilidade do direito à vida” (Constituição da República Federativa do Brasil - art 5.º). é reconhecida pelas formulações legais dos direitos fundamentais e dos direitos sociais: a Constituição Federal (2000) explicita no art. 6.º que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, (e) a assistência aos desamparados (...)”. A garantia destes direitos é respaldada pelas leis federais 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social), 8.842/94 (Política Nacional do Idoso), 7.853/89 (Política Nacional da Pessoa com Deficiência) e pela legislação municipal 12.316/97 e decreto 40.232/01 (Atenção às pessoas em situação de rua), pela Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Coube a Secretaria da Assistência Social a implementação de serviços assistenciais, na maioria através de convênios com a prefeitura e sob a regulação do Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo – PLASSP, que busca “a

unidade de padrões programáticos e técnico-operacionais” destes serviços (art 2º do decreto 43.698/03).

A tentativa de uniformização dos serviços de assistência à população de rua, os esforços para distribuir os recursos financeiros ao excessivo contingente de beneficiários e a restrita participação de outras secretarias deixa alguns segmentos dentro da população desprotegidos, numa nítida distância entre a legislação e a sua situação de carência debaixo dos viadutos e nas ruas da cidade.

Os mais desamparados se apresentam como verdadeiros farrapos humanos, sempre à beira do vazio, num primeiro olhar, mas que resistem (ver Santos, 2003) neste tipo de vida há 5, 10 anos ou mais (28% tem mais que 5 anos de rua, conforme já citado), convivendo com brigas, assassinatos, ambulatórios públicos, tráfico, frio intenso, drogas, bebida, longas caminhadas, polícia, promessas, desencontros e desesperança. No documentário à Margem da Imagem<sup>43</sup>, Damiana, resume o desafio da vida: “para tudo Deus dá um jeito!” (2002).

O fio da vida parece ser mantido por alguma força invisível, mas nem sempre tão divina. Ao longo da história muito se falou sobre a vida nas situações de extrema pobreza. Dentro do ideário Franciscano tinha-se a “institucionalização da liminaridade (...) nos estados monástico e mendicante” (Turner, 1974, p.131). A pobreza era sagrada, desejável, coisa de gente determinada, mas contava-se com o amparo dos demais cidadãos e da igreja. Na ausência do amparo, cabiam aos “vagabundos e miseráveis” (Geremek,1995) o recurso de fraude para a obtenção dos meios de sobrevivência (baseado na análise da literatura europeia de 1400 a 1700). Santos (1999) também encontra referência similar ao estudar a vida dos menores no início do século em São Paulo: “o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais estes menores proviam a sobrevivência e a de suas famílias” (p.218). Nas ruas de hoje, a sobrevivência na situação de liminaridade da “rua” depende de recursos subjetivos internos, estratégias para acessar os recursos externos disponíveis e estabelecer relações interpessoais constituindo uma possível *cultura de sobrevivência*.

A experiência de perdas materiais sucessivas, que ocorrem exclusivamente para numa parcela da sociedade, enquanto uma outra parte se beneficia com a acumulação de bens materiais, tem justificado os discursos militantes sobre a

---

<sup>43</sup> Referência em nota anterior.

injusta distribuição de riquezas, que coloca a população de rua como credora. Os *excedentes sociais* (Castel, 1998) que vivem nas ruas são pessoas que efetivamente não participam de qualquer processo decisório em relação aos seus ganhos, formais ou informais. Os catadores, por exemplo, que adotaram modelos de autogestão através de cooperativas ficam sujeitos aos preços estabelecidos pelas indústrias de reciclagem, além de enfrentarem a concorrência de empresários que se instalam no setor, com mais recursos e articulação política suficiente para penetrar neste mercado. Até os flanelinhas, que cobram mais caro para tomar conta de carros à porta de alguns teatros, são precedidos pelos estacionamentos vizinhos em relação à elevação dos preços. Esta noção de direitos é aqui mencionada porque a noção de injustiçados também aparece na fala de alguns moradores de rua. Não aprofundaremos esta discussão, mas lembramos ainda que a obrigatoriedade da prestação de serviços mínimos que para a sobrevivência de moradores de rua poderia ser associada à busca de justiça social, como forma de corrigir distorções na configuração das relações econômicas e relações de produção.

Na prática, o que se verifica são medidas compensatórias incapazes de reverter a situação de perdas. A isenção de responsabilidades para uma efetiva reintegração social da população de rua, seja pela sociedade ou pelo estado, imputando-lhe a responsabilidade pela situação em que se encontra, se expressa como uma negação de seus direitos. Nesta pesquisa encontramos a imagem do fracasso pessoal fortemente internalizada pelos moradores de rua, o que a distancia dos processos de articulação próprios dos movimentos sociais para a conquista de seus direitos. Desta forma a sociedade tem um papel ativo neste processo e se não é pelo reconhecimento dos extensos processos de vulnerabilização do sujeito que o empurra para a rua é no sentido de culpabilizá-lo, concebendo a situação de rua como um mecanismo punitivo pelos fracassos pessoais.

### **A saúde na contramão das medidas sanitárias**

Ao abordar o nascimento da Medicina Social, Foucault (1979, p.79) relaciona a medicina urbana que surge no século XVIII, sobretudo na França, com a noção de salubridade enquanto “estado das coisas, do meio e seus elementos

constitutivos, que permitem a melhor saúde possível”, ou seja, “é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos (p.93)”. Não fossem as diferenças sociais e econômicas entre estes indivíduos, ter-se-ia a sustentação para o estabelecimento de uma versão de Política de Saúde Pública orientada indistintamente para todos os cidadãos. Numa realidade de desigualdades sociais, “a coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres (p.94).”

A evolução do conhecimento sobre a origem, desenvolvimento e contaminação de doenças, aliada à implementação de medidas sanitárias, afastaram as preocupações com epidemias de causa desconhecida oriundas dos espaços de pobreza, como risco para o restante da cidade. Principalmente em cidades que convivem com um alto desenvolvimento tecnológico como São Paulo. A distribuição entre ricos e pobres na cidade, ao longo do último século, obedeceu a critérios de planejamento urbano variados e foi regido muito mais pela especulação imobiliária, portanto, obedecendo a outras motivações.

Nem por isso as ações de saúde pública deixaram de estar relacionadas às questões econômicas. “Os serviços de saúde pública em São Paulo, começaram a serem formados em meados da década de 1890 (Campos, 2002, p.41)”. Nesta época, os imigrantes, incentivados com passagem gratuita, e a força de trabalho da lavoura cafeeira eram os alvos de preocupação no tocante a “atividade de fiscalização/controle de doenças” (p.42). As obras de saneamento, também foram motivadas, no início do século, principalmente pela ameaça dos surtos epidêmicos “tanto à população local quanto à economia cafeeira. As situações críticas ocorreram justamente nos locais por onde passariam os novos trabalhadores estrangeiros (p.38)”. Ainda que houvesse a preocupação dos pobres serem portadores de doenças ou costumes que ameaçassem a saúde do restante da cidade, a ameaça maior era na diminuição da força de trabalho.

A população de rua de hoje, por sua vez, não interessa ao mercado de trabalho, é insignificante diante de sua participação eleitoral (sequer é considerada nos censos do IBGE), tampouco representa uma ameaça direta à saúde ou à saúde econômica da cidade, mas vem se constituindo uma ameaça estética à paisagem urbana e talvez este seja o elemento motivador para o retrocesso a uma nova tendência sanitária dos órgãos governamentais. A vida na rua e a sua proximidade com o lixo urbano a torna um alvo de ações de limpeza das vias

públicas e das medidas encampadas pelos órgãos públicos de ação social. A recolhimento do lixo urbano e a “remoção” de pessoas para espaços “coletivos” de serviços assistenciais que comportam centenas de pessoas, são ações muito próximas, ainda que executadas por profissionais de diferentes secretarias.

O confinamento do indivíduo a uma condição social e econômica se reflete na sua reclusão aos espaços urbanos de menor visibilidade, enquanto está dormindo nas ruas, e se estende, desta forma, aos espaços institucionais de assistência. Não há dúvida que as instituições assistenciais são uma conquista social importante, que proporcionam serviços de interesse e seja largamente utilizada por esta população, mas também podem estar servindo ao reordenamento estético da cidade e serem aceitas pelos seus usuários devido às suas necessidades ou ainda pela sedução dos serviços oferecidos gratuitamente.

A internalização deste processo gera uma certa resignação, que interfere na forma de lidar com as questões de saúde e dificulta a relação com os profissionais dos serviços de saúde. A Unidade de Saúde da Barra Funda, uma reconhecida referência de acolhida a moradores de rua, confirma que um grande número de pessoas que vivem nas ruas, raramente procura o serviço de saúde enquanto suportam a presença dos sintomas, recorrendo à rede ambulatorial em último caso, com a acumulação de vários problemas de saúde. Muitas pessoas só se submetem a tratamentos de saúde quando são conduzidas pelo serviço de resgate ou através de instituições de assistência, portanto quando encontram dificuldades de recorrer a eles espontaneamente e ou ainda pela reincidência de doenças mal tratadas como tem acontecido com casos de tuberculose. A familiaridade com as doenças<sup>44</sup> que vão se instalando e se agravando lentamente em decorrência da debilidade física e perda de imunidades, se estendem também àquelas contraídas repentinamente pelo contato sexual ou pelo contato com outras pessoas doentes.

A precariedade de saúde na ruas e as dificuldades de atendimento a esta população já era detectada no início da década de 90:

“A ausência de serviços de higiene, aliada às condições extremamente precárias da população, amplia os problemas de saúde, especialmente os de pele, ocasionados por parasitos. Nos casos de doenças, a população de rua costuma recorrer aos serviços públicos prestados em postos de saúde e hospitais. O atendimento é comumente precário, seja pelo preconceito de

---

<sup>44</sup> No seu estudo com meninos de rua Gregis (2002) observa que a “morte pode ser anunciada e narrada, de encontro à familiaridade que os meninos tem com a doença, em especial a aids, a violência e os danos decorrentes do consumo inadequado de drogas”.



médicos e pessoal de saúde, que encontra dificuldades para se relacionar com a população de rua, seja porque a maioria requer condições de higiene, horários estabelecidos para medicamentos, enfim condições que a vida na rua não comporta” (Vieira et al., 1994, p.108).

O contraste entre as vulnerabilidades pessoais, em contraposição com a insuficiência dos recursos obtidos através da rede de serviços de saúde (grupos organizados da sociedade civil ou patrocinados pelo poder público) são indicadores que a situação da saúde dos moradores de rua não mudou de maneira significativa nos últimos dez anos.

Os profissionais de saúde tem relatado experiências pontuais de sucesso, quadros epidemiológicos restritos a algumas unidades de saúde e centros de referência para álcool e drogas, como referências para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de saúde para esta população (apresentadas no curso de capacitação da FSP/2002).

No eixo das políticas públicas de saúde para *populações com necessidades especiais*, uma política orientada para a população de rua assumiria contornos específicos, tendo em vista a apartação desta população da organização espacial e social urbana, e as conseqüências deste processo em todos os níveis da sua saúde e na acessibilidade dos recursos públicos.

Algumas questões se contrapõem a um sistema de saúde construído para as populações domiciliadas, como a recusa de profissionais em atender quem chega sujo à unidade de saúde; interrupção de tratamentos, principalmente quando o uso de medicamentos se torna menos importante que a busca da higiene ou da alimentação; utilização de bebidas alcoólicas como um recurso natural para suportar a precariedade da rua; dificuldade em se adequar a agendas dos profissionais de saúde e em seguir horários previamente marcados (que nem sempre coincidem com os horários das instituições que oferecem abrigos e alimentação). A simples existência de recursos de saúde não implica que eles estejam disponíveis ou que possam ser acessados indistintamente. A pergunta que se coloca é sobre os direitos desta população em ser contemplada por uma política de saúde que a reconheça a partir da situação de rua.

O desenvolvimento da pessoa pressupõe abordagens qualitativas que considerem a integralidade do ser humano, ainda muito distantes das políticas públicas sociais ou de saúde neste segmento. “Os caminhos percorridos pelos moradores de rua até nela se fixarem, caracterizam-se por rupturas, decepções e

fracassos muito dolorosos que dizem respeito à terra de origem, aos laços familiares, aos amigos, costumes e crenças, valores, relações afetivas, ou seja, a referências fundamentais na construção da identidade humana” (Munhoz 1997, p.5). Os fenômenos sociais como os processos migratórios, precarização das relações de trabalho, fragilização das relações sociais, mudanças nas políticas econômicas com reflexos imediatos no meio das populações mais carentes cristalizam seus efeitos na População de Rua gerando um nível de miserabilidade com baixíssima qualidade de vida e deterioração continuada nas esferas bio-psico-social.

Uma vez que as causas para o problema População de Rua se ancoram em problemas estruturais que chegam a extrapolar as políticas urbanas locais, isto diminui a esperança de resultados contundentes com a assistência social, como seria, por exemplo, a saída de grandes contingentes de pessoas desta situação, o que no mínimo, equivaleria a propiciar trabalho e moradia para quem não os tem. Isto pode ser ainda mais difícil com a presença de outros elementos determinantes que concorrem para levar alguém a viver nas ruas.

A insalubridade nas ruas é um fator de risco crescente para as pessoas que não tem outra opção de sobrevivência e que aí pode se degradar física e psicologicamente numa incrível velocidade. No caso de serem removidas, ainda que a justificativa seja a de garantir-lhes melhores condições de vida, o que é inquestionável do ponto de vista da higiene e alimentação, os serviços sociais a elas destinados ainda são espaços de confinamento de grandes quantidades de pessoas.

Ainda que as situações ideais para a recuperação da qualidade de vida destas pessoas sejam utópicas, as práticas de redução de danos e riscos sociais apontam para possibilidade de intervenções visando a melhoria da saúde nos circuitos de sobrevivência e de acordo com a vida destas pessoas. “Entendendo-se os circuitos como formas dinâmicas que transitam pelas vias da identidade e da exclusão” (Adorno, 1999, p.94).

As Cartas de Promoção da Saúde dos Fóruns internacionais dos últimos anos tem sistematicamente trazido as variáveis econômicas e sociais para as discussões no campo da saúde. Endossando o conceito de saúde da OMS, como bem-estar físico, mental e social, a Declaração de Jacarta na quarta Conferência Internacional de Promoção da Saúde afirma que “a pobreza é acima de tudo, a maior ameaça à saúde”, onde aponta que “os pré-requisitos para a saúde são: paz,

abrigo, instrução, segurança social, relações sociais, alimento, renda, direito de voz das mulheres, um ecossistema estável, uso sustentável dos recursos, justiça social, respeito aos direitos humanos e equidade” (Ministério da Saúde 1997, p.44).

## **A busca de superação dos desafios**

As discussões no curso de capacitação (FSP/2002) levaram a propostas pertinentes às intervenções no campo da saúde, cujos eixos principais são apresentadas a seguir:

- **Conhecimento do perfil demográfico e epidemiológico**, para o “entendimento das condições de vida, cultura, saúde e doença de moradores de rua”. Considerando o avanço das últimas pesquisas e censos para o conhecimento da dimensão e complexidade do problema, permanece a necessidade de implementar mecanismos de vigilância epidemiológica e mapeamento dos recursos oficiais que se sobrepõem em algumas regiões e que inexistem em outras;
- Relacionamento com as instituições acadêmicas e geradoras de conhecimento, “possibilitando espaços de discussão e reflexão sobre esta problemática”; manutenção de espaços de discussão e aprofundamentos sistematicamente organizados, com a participação dos diversos atores sociais;
- Política anti-discriminatória - capacitar multiplicadores visando uma “política de recursos humanos anti-discriminatória (...) baseadas na apropriação do conhecimento das leis, considerando que a violação dos direitos gera doenças”, instalar ouvidorias em pontos estratégicos e utilizar os recursos administrativos e jurídicos cabíveis na violação dos direitos do cidadão;
- Implementar ações voltadas à saúde mental – através de Centros de Atenção Psicossocial, lares abrigados para portadores de transtornos psiquiátricos e repúblicas terapêuticas (tendo como referência experiências pontuais em São Paulo e no Rio de Janeiro).
- Tratamento do alcoolismo através de repúblicas terapêuticas e atenção especializada em outras unidades de saúde.
- Ações de prevenção e tratamento da tuberculose através do monitoramento de portadores de TB, parcerias com instituições de saúde para internações e abordagem nos logradouros com maior concentração de moradores de rua;

- Ampliação da acessibilidade de moradores de rua aos serviços de saúde, ampliando sua estrutura para proporcionar serviços de higiene antes de atendimentos médicos e dispensando agendamento prévio; flexibilização dos procedimentos de atendimentos quanto a exigências em relação a documentação, faixa etária e local de moradia; provimento de recursos de transporte e para a compra de medicamentos, óculos e próteses;
- Ampliação e adequação dos recursos de apoio existentes para os casos que não requeiram internação;
- Aprofundamento das questões relativas aos cães e gatos, a proteção que eles oferecem e os vínculos estabelecidos entre os moradores de rua e animais de estimação, focalizando a possibilidade de transmissão de doenças;
- Inclusão da população de rua no PSF – programa de saúde da família, integrando moradores ou ex-moradores de rua na equipe de agentes de saúde, visando o contato com os usuários de instituições sociais e extra muros, e considerando critérios alternativos à limitação geográfica no atendimento;
- Perspectiva interprofissional, intersetorial e interinstitucional, possibilitando “a otimização dos recursos existentes, evitando a fragmentação e a sobreposição de ações por parte das diferentes secretarias” e diferentes instâncias governamentais: implementar ações específicas quanto ao trabalho através da criação de cooperativas, estabelecimento de cotas que garantam a inclusão da população de rua nos programas sociais como renda mínima, operação trabalho e começar de novo e aproveitamento de moradores de rua nas empresas que prestam serviços para a prefeitura; quanto à habitação, incluir a população de rua na política habitacional do município; implementação de programas assistenciais mais humanitários para pequenos grupos de usuários, conforme previstos na legislação municipal; assistência diferenciada aos idosos e consideração do envelhecimento precoce como critério para a inclusão nestes programas.

Estas propostas refletem a extensão das necessidades da população de rua como um todo e exigem um planejamento estratégico considerando a sua diversidade. Num extremo verifica-se um alto nível de comprometimento da saúde e no outro, pessoas saudáveis, mas em situação de risco devido à vulnerabilidade características do processo de *desfiliação* e situação de *liminaridade* em que se encontram.

Na perspectiva das intervenções sociais, reconhecemos em primeiro lugar, a presença de pelo menos três segmentos nesta população:

- **Segmento de trabalhadores com poucas qualificações**, mas que permitem sua inserção no mercado de trabalho (formal e informal), trabalhadores *passíveis* de aglutinação em torno de ofertas de trabalho como as frentes de trabalho da prefeitura e estado, ou sujeitos articulados em organizações em torno da geração de renda como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, e que apresentam a demanda pela moradia autônoma;
- **Segmento de sujeitos que apresentam algum déficit educacional, cultural, psicológico**, que dificulta sua inserção social, porém o qualifica para a inserção nos programas sócio-educativos existentes. São pessoas aptas à participação de cursos de qualificação ou requalificação profissional, programas de geração de renda monitorados, programas de saúde que não requeiram acompanhamento monitorado diariamente ou que possam ser monitorados à distância, que necessitam de amparo em abrigos públicos e espaços de socialização;
- **Segmento de sujeitos depauperados física e psicologicamente**, com dificuldades de estabelecimento de vínculos sociais, com demandas individualizadas de saúde, desenvolvimento e readaptação social ou inserção em modelos de convivência alternativa (abrigos públicos, oficinas terapêuticas, clínicas de tratamento e espaços socializantes para pequenos grupos de usuários).

Do conhecimento mais realista do cenário da população de rua e do diálogo entre a Saúde e as demais áreas de intervenção, como a Assistência Social, o Trabalho e a Habitação, dependerá a consistência e a efetividade de uma política pública capaz de superar os desafios que vão além de intervenções pontuais e que menospreza as particularidades deste grupo populacional.

Os sujeitos mais fragilizados, seja pelo longo tempo de permanência nas ruas, seja pelo acúmulo de experiências de precariedade ao longo da vida, são mais vulneráveis às dermatoses, tuberculose, traumatismos, doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, e são justamente aqueles que requerem um maior nível de atenção. O atendimento projetado para outros grupos populacionais desconsidera que este sujeito pode necessitar de um lugar para tomar banho antes de passar por uma consulta médica, ou que ele precise de alguém que

eventualmente faça o papel do acompanhante, normalmente atribuído aos familiares e que, por exemplo, controle o uso de medicamentos em tratamentos longos, como é o caso da tuberculose.

Pessoas que normalmente teriam direito ao benefício de prestação continuada – BPC, previsto pela LOAS<sup>45</sup>, benefícios de saúde devido impossibilidade para o trabalho ou deficiência, ou que necessitam de tratamentos especializados ficam à mercê de uma burocracia com a qual nem sempre conseguem lidar. Seria necessário superar dificuldades como: a falta de dinheiro para o transporte, que costuma impedir os retornos nas datas e horários marcados; a ausência de acompanhantes, que dificulta o entendimento dos procedimentos exigidos e preenchimento de formulários; e principalmente a insuficiência de recursos para aquisição de medicamentos, próteses, óculos, etc.

Os programas de prevenção e tratamento de HIV/AIDS no Brasil é um bom exemplo dos programas de saúde estrategicamente articulados para populações vulneráveis, como crianças e adolescentes. Ainda que haja um grande número de moradores de rua que tem acesso aos centros de referência para os portadores de HIV e não obstante a iniciativa pontual de alguns destes centros, os adultos de rua não são tratados de forma sistemática. A experiência de interação de um destes centros - o CTA Henfil com a Associação Minha Rua Minha Casa, consistiu na presença de profissionais de saúde uma vez por semana na instituição social entre outubro e dezembro de 2001. Esta iniciativa permitiu a interação dos profissionais de saúde com centenas de usuários, a teste em pessoas que dificilmente teriam procurado o serviço de saúde com esta finalidade, campanhas preventivas e dentro da política de redução de danos, procurou-se uma aproximação com os usuários de drogas injetáveis.

---

<sup>45</sup> Lei Orgânica de Assistência Social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos anos foi possível identificar uma (sub)cultura própria da rua num contexto de liminaridade social e econômica, caracterizada por mecanismos de defesas contra os danos a que estão submetidos. Mesmo vindo de diferentes localidades e com diferentes bagagens para enfrentar as adversidades da rua, a população que hoje sobrevive nesta circunstância vem criando uma cultura alternativa, e não raro, distante das convenções e sistemas de organização de outros grupos sociais.

A atribuição de papéis no processo de constituição de grupos, em função das necessidades apresentadas pelo grupo e a partir das habilitações e possibilidade de contribuições individuais, se reproduz da mesma forma entre a população de rua, o que os distinguem são o tipo de necessidades que se apresentam, nível de tolerância, os códigos de conduta e as habilitações individuais mais valorizadas.

Na rua, as pessoas se distinguem e adquirem status dentro do grupo ou *maloca* que frequenta em função do acúmulo de experiências de vida, resistência ao consumo de álcool ou drogas, capacidade de se proteger e oferecer proteção ao grupo, capacidade de estabelecer relações com os demais, habilidade para lavar roupas e cozinhar, habilidades para *acharcar* nos cruzamentos e no comércio local e capacidade de interagir com o meio circundante, seja pelo conhecimento dos diferentes circuitos de sobrevivência seja pela habilidades de estabelecer relações com o universo institucional, da criminalidade, com usuários de drogas e com o comércio informal.

A sobrevivência alternativa nas ruas, longe das pressões familiares e regras sociais, associadas a um certo nível de rejeição das propostas institucionais de assistência podem ser indicadores de que a constituição de parte desta população, apesar de dispersa e pulverizada nos grandes centros, pode estar relacionada a uma rejeição das relações com a família e o trabalho. Se restringirmos tal hipótese às questões econômicas, a população de rua poderia estar se tornando um mecanismo social reativo de oposição contra a opressão sócio-econômica e opressão das relações de trabalho através da recusa em aceitar as raras ofertas de

trabalho sem uma remuneração e condições de trabalho compatível com a sua participação no processo produtivo e a conseqüente ocupação e subversão do uso do espaço público.

Simmel (In: Velho, 1976) observou uma reação semelhante através da resistência ao nivelamento e uniformização pelos mecanismos sociotecnológicos, na constituição das cidades, no início do século. Ao analisar o impacto do design espontâneo e vida cotidiana nas ruas de São Paulo, Los Angeles e Tóquio, Santos (2003), propõe a “justaposição de cidades de papel ou de plástico, construída pela contestação e resistência de quem está às margens do sistema” como a invenção de um contra-lugar”. “Com sua arquitetura frágil e transitória, os moradores de rua pressionam os limites da cidade, dessacralizando os espaços de seus usos tradicionais, dissolvendo certos parâmetros e categoria do espaço urbano que temos por garantido”(p.61).

A busca de identidade dentro dos limites marginais da sociedade pode também estar se revelando na necessidade de ora se misturar e ora se distinguir nos diferentes circuitos liminares que se entrecruzam na rua, por exemplo: da pobreza, das relações familiares, da delinqüência, da violência e do trabalho desqualificado. Parece haver uma relutância permanente em aceitar a organização social tal como ela se coloca: negando-se às exigências comportamentais e os lugares atribuídos nas relações que se estabelece com a sociedade; redefinindo hierarquias dentro do grupo a que pertence (quanto ao uso da violência, grau de sedentarismo, esforço dedicado ao trabalho, capacidade de prover alimentação, bebida ou drogas, posses anteriores ou remanescentes); ou simplesmente indo para o mundo particular da bebida ou outras drogas.

Por outro lado, observamos também uma outra tendência na esteira dos movimentos afirmativos, que vem conquistando uma identidade socialmente reconhecida, como é o caso dos índios e da população negra. Em determinados segmentos da população de rua, verifica-se uma recuperação da identidade social pelo trabalho, na constituição do movimento de catadores de materiais recicláveis e pelo esforço de pessoas que trabalham com outras ocupações, em reconquistar a autonomia financeira e moradia autônoma.

A presença marcante dos catadores no meio da população de rua tem proporcionado a criação de associações e cooperativas, com a consciência de sua importância na preservação ambiental e no fomento ao trabalho cooperativado. O trabalho dos catadores tem sido não somente uma reação positiva em termos de



geração de renda, bem como tem entrado na pauta de discussão da gestão dos resíduos sólidos e coleta seletiva no âmbito do município e em âmbito nacional. A realização dos encontros regionais, congressos estaduais e nacionais, repercute na articulação nacional dos catadores e na discussão de legislações que tramitam em várias instâncias para garantir os direitos destes trabalhadores.

Outras formas de trabalho que têm mobilizado um grande número de pessoas para deixar a situação de rua, são as frentes de trabalho da prefeitura e do estado e as ofertas de trabalho em instituições sociais que acolhem trabalhadores nesta situação. Mesmo se tratando de trabalho temporário, a garantia de uma remuneração mensal tem proporcionado o aluguel de pequenos cômodos na região central ou aquisição de barracos em favelas e a busca de reconstrução dos elos familiares.

A vinculação do tema população de rua com a saúde pública se dá, não somente devido às precárias condições de saúde em que estas pessoas vivem, mas no tocante à articulação de políticas públicas integradoras das *populações com necessidades especiais* tendo em vista os princípios da universalização, equidade e integralidade, preconizados pelo SUS<sup>46</sup>.

A universalização da saúde apresenta o desafio de intervir na realidade tal como ela está constituída e hoje a população de rua é parte do cenário urbano, requerendo intervenções que considerem como ela se constituiu e as formas de sobrevivências aí desenvolvidas.

Segundo o princípio da equidade os “serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos que vivem de forma diferente, ou seja, cada grupo ou classe social ou região tem seus problemas específicos, tem diferenças no modo de viver, de adoecer e de ter oportunidades de satisfazer suas necessidades de vida”. “Assim os serviços de saúde devem saber quais são as diferenças dos grupos da população e trabalhar para cada necessidade, oferecendo mais a quem mais precisa, diminuindo as desigualdades existentes”, ou seja, “tratar desigualmente os desiguais”. Isto implica em primeiro lugar numa epidemiologia consistente da população de rua e definições estratégicas que viabilizem o acesso aos recursos de saúde disponíveis.

---

<sup>46</sup> As citações em relação aos princípios do SUS nos parágrafos seguintes foram extraídas de publicação online, disponível no site [www.consaude.com.br/sus/indice.htm](http://www.consaude.com.br/sus/indice.htm) [out/2003].

A visão integral do indivíduo o contempla como “um ser humano, social, cidadão que biologicamente, psicologicamente, e socialmente está sujeito a riscos de vida. Desta forma o atendimento deve ser feito para a sua saúde e não somente para as suas doenças”, ou seja, “para erradicar as causas e diminuir os riscos, além de tratar os danos”. Tal postulado resulta na necessária articulação entre “ações de promoção”, que são responsabilidade de outras áreas do poder público, “com ações de prevenção”, que exige a diminuição dos riscos sociais aos quais os moradores de rua estão sujeitos, e “e de recuperação”, que exigem tratamentos especificamente orientados e a possibilidade de reabilitação fora das ruas.

Ignorar o aumento da população de rua ou a deterioração de suas condições de vida nas ruas parece ser um contra-senso num momento em que se discutem as questões éticas em todas as áreas do poder público e sociedade civil e principalmente nas relações sociais. Soluções simplistas que se remetem às propostas de limpeza pública, com o intuito de afastar esta população do centro da cidade, também têm se mostradas inócuas diante da gravidade do problema.

Houve períodos em se ouvia pelas ruas, relatos de pessoas que eram levadas em carros policiais até as rodovias interestaduais e lá eram deixadas sob a ameaça de que seriam punidas caso retornassem à cidade. Há cidades que ainda impedem a permanência de moradores de rua por muitos dias, promovendo o seu traslado para as grandes metrópoles, como atesta NA, que viveu experiências desse tipo. A intimidação e a estigmatização desta população podem ter evitado a sua visibilidade em determinados momentos na história da cidade de São Paulo, entretanto o seu crescimento nos últimos anos, simultaneamente à ocorrência do mesmo fenômeno em outras grandes metrópoles mundiais atesta a sua relação com a conjuntura sócio-econômica e a ineficácia das medidas sanitaristas que procuram a contenção do problema através do confinamento destas pessoas em instituições públicas.

Mesmo na criação do planejamento sanitário para a cidade, no início do século, com forte influência do “modelo norte americano de mercado consumidor e de trabalho urbano”, as contribuições de Geraldo de Paula Souza davam um passo adiante no desenvolvimento de um modelo que valorizava as pessoas e os lugares que elas ocupavam. Considerava, então, que “os aglomerados urbanos são constituídos por pessoas que o habitam, produzem e relacionam-se com o espaço (Campos, 2002, p.135)”. Atrás dos problemas da cidade existem pessoas e são

para elas que as políticas de saúde devem ser pensadas, indistinta e incondicionalmente.

Desde que não se interponha na ilegalidade, e na ausência de alternativas de sobrevivência, o morador de rua, enquanto cidadão e ser humano tem o direito inalienável de decidir sobre sua vida, de usar próprios recursos para mantê-la, bem como tem direito ao acesso espontâneo aos recursos externos a ele oferecidos com a finalidade de reverter a deterioração de sua saúde física e mental. Isto requer que as intervenções realizadas sejam direcionadas para a sua autonomia e emancipação, para que possa sobreviver mais dignamente e com a menor exposição possível aos riscos à saúde a que está exposto. Quando se verificam intervenções que buscam enquadrar as pessoas em modelos de comportamento construídos institucionalmente, a reação pode ser a preferência pela situação de insalubridade das ruas.

A persistência do assistencialismo que transforma o abrigo temporário em opção permanente de moradia e alimentação, mas impõe condições como restrições ao exercício da sexualidade e da autonomia, podem estar cristalizando a condição de dependência destes sujeitos ao serviço público e minando sua capacidade reativa de sobrevivência. A rua, neste caso, pode estar sendo mais saudável do ponto de vista da integridade e identidade do sujeito.

Enquanto as abordagens individualizadas trazem os vícios da benemerência, as práticas institucionalizadas dificilmente conseguem olhar para a alteridade do sujeito em situação de rua. A concepção das ações de intervenção junto à população de rua pode se dar a partir da percepção do sujeito como um fracassado que carrega o peso da incapacidade em sobreviver adequadamente, ou a partir da percepção da situação em que ele se encontra como resultante de um longo processo de vulnerabilização, que exige por sua vez o desenvolvimento criativo de estratégias para a própria sobrevivência.

Estas considerações nos levam a repensar a lógica dos serviços públicos e repensar a interação entre intervenções de saúde propriamente ditas e intervenções sociais, considerando que uma não prescinde da outra, no sentido de garantir um mínimo de qualidade de vida e considerando a integralidade do sujeito.

## **7 UMA OUTRA TRAJETÓRIA PARA A RUA – O PERCURSO DO PESQUISADOR**

Na primeira vez em que fui convidado a ir até a “rua”, em 1989, me preparei para me encontrar com o diferente, com pessoas que não teriam tido a oportunidade de viver experiências como as que eu acumulava com 29 anos naquela época. Este primeiro encontro se deu num ambiente nada romântico, bem cedinho, debaixo de um viaduto nas proximidades da rodoviária de Belo Horizonte.

Algumas pessoas estavam acordando. Cabelos desgrenhados e rostos encardidos pela fuligem dos carros que passavam a poucos metros de distância. O bafo forte da pinga consumida na noite anterior se misturava com o cheiro de suor de roupas há dias no corpo. Alguns homens começavam a se movimentar, procurando ser o mais respeitosos com a minha anfitriã, que chegara um pouco antes para o meu alívio: uma freira que comungava o desjejum deste grupo de moradores de rua em determinados dias da semana. Caso eu não tivesse levado alguns pães na desnecessária tentativa de justificar a minha presença, o desjejum consistiria num chá extremamente doce feito numa lata de óleo de 18 litros e fervido graças ao fogo improvisado com pedaços de madeira encontrada ali por perto.

Ao procurar umas pedras para improvisar o fogareiro, comecei a notar que estava participando de um ritual aparentemente rotineiro para aquelas pessoas e começando a aprender com elas como era possível a sobrevivência nas ruas. A fome matinal que sentíamos era a mesma, a desconfiança em relação a um estranho era a mesma, a curiosidade em saber sobre a vida do outro era a mesma. A riqueza de uma vida cheia de aprendizados, amores, sucessos e frustrações, nos aproximava mais do que eu poderia ter imaginado antes. Não era mais eu e o diferente, não éramos observador e observado. Ambos perscrutávamos o outro, ocupando ambos os lugares simultaneamente, deixando-se observar numa amistosa concessão que facilitava aquela fugaz convivência e com as indagações mais óbvias que um primeiro encontro propicia, tentávamos manter um confortável controle da própria situação de exposição ao outro. Mais confortável que eu, estavam aqueles homens no seu precário habitat. Espreguiçavam timidamente, circulando nos poucos metros quadrados que nos rodeava como quem circula entre

o quarto, o banheiro e a cozinha enquanto planeja o dia, parecendo respeitar portas e paredes imaginárias que delimitavam um espaço imaginariamente privado numa absoluta subversão do uso do público e exposto espaço da calçada de uma das artérias da cidade.

Eu havia sido apresentado à rua.

Mais à vontade que todos nós, estava a minha anfitriã, a Fortunata, que parecia se divertir com a situação. Sua fala estrepitosa ameaçava acordar o humor de todo mundo. Era imbatível com sua poderosa arma de guerra, um violão nem sempre afinado, que atraía os moradores de rua onde quer que estivesse. Procedente de São Paulo com Cristina havia pouco mais de um ano, compunha com mais duas freiras que permaneceram em São Paulo, a Ivete e a Regina, a fraternidade de religiosas beneditinas Oblatas de São Bento. Talvez deversem ser lembradas como espécie de lótus.

Este ente sagrado que emerge dos pântanos finca suas raízes nas águas sujas e escuras dos ambientes mais insalubres e daí extrai a vitalidade que se materializa em belas e harmoniosas mandalas e doces fragrâncias. A sacralidade da planta para os chineses inspira a busca do que é essencial na vida, não obstante as dificuldades do mundo circundante. Inspira o desenvolvimento do poder criativo e da pureza de espírito em meio às adversidades circunstanciais e no seu simbolismo testifica a possibilidade da transcendência do humano.

Estas mulheres pioneiras no trabalho com a rua, consciente e espontaneamente fincaram o pé no meio da “rua” e procuram desvelar o potencial de uma população que raramente acredita em si mesma, mas que manifesta sinais de “um povo que quer viver”<sup>47</sup>, cujo último desabrochar, depois de dezenas de primaveras se descortina através da realização do Congresso Latino Americano dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado por ocasião do IIº Fórum Social Mundial, no Rio Grande do Sul em 2003 – tudo isso com gente cuja sobrevivência vem das ruas.

As Oblatas, como são comumente chamadas tem uma longa história que começa em meados dos anos cinqüenta, mas foi por volta de 1978 que assumiram de maneira exclusiva o trabalho “com”<sup>48</sup> os moradores adultos de rua em São

---

<sup>47</sup> Jargão utilizado nas lutas políticas de grupos articulados da população de rua, exibido em cartazes na passeata que reuniu 500 pessoas no dia 7/9/83 (Castelvecchi, 1985).

<sup>48</sup> Segundo Castelvecchi (1985, p.106) o trabalho social realizado até então era “para” os pobres. A partir daí, as diretrizes da Igreja, iluminadas principalmente pelo Concílio de Puebla passaram a orientar um trabalho com os mais pobres, visando sua articulação social e política.

Paulo, utilizando a estrutura técnico-administrativa da OAF – Organização de Auxílio Fraternal, sediada à rua dos Estudantes na baixada do Glicério no centro de São Paulo. Meu contato com a rua e com os catadores que davam os primeiros passos para sua organização na capital mineira se aconteceu por intermédio de duas freiras que naquele momento já estavam desvinculadas da OAF, mas reunia um pequeno grupo de voluntários em torno da proposta de articulação dos moradores de rua. Sua ligação com a Igreja se limitava à cessão de uma sala para reuniões semanais, de avaliação e planejamento, no anexo da Igreja São José, no centro da cidade e notícias que anunciavam a criação de uma pastoral de rua em Belo Horizonte. No curto espaço de aproximadamente um ano minha atuação voluntária à noite e nos fins de semana foram um treino deste olhar “a rua”.

Distinguir a pessoa do seu ambiente e descobrir a riqueza interna preservada e intocável em meio ao emaranhado de pensamentos, que confundem passado presente e futuro, auto-estima deteriorada e estigmas de toda natureza, fez parte da minha trajetória para a “rua” junto a outros voluntários. Primeiro em Belo Horizonte, quando se davam os primeiros passos para a constituição do que são hoje a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte e uma sólida organização dos catadores de materiais recicláveis. Depois, quando eu já residia em São Paulo, acompanhando os projetos desenvolvidos pela OAF, que nesta época tinha mais de dez anos de trabalho pioneiro na articulação dos catadores, articulação do *Povo da Rua* e criação de vários programas inovadores nesta área.

O mergulho nos dramas existenciais dos moradores de rua que fui encontrando, foi possível com os estudos de psicologia, com minha graduação na Universidade São Marcos – São Paulo, entre 1992 e 1997, motivada principalmente por minha inserção na “rua” e que sustentou minha transição definitiva do trabalho profissional como Analista de Sistemas (com formação em Engenharia) para o universo das *missões, sopa comunitária, catadores, moradias coletivas, sofredores de rua, casa de oração, dias de luta, fóruns, passeios, a casa acolhe a rua, a arte que vem da rua* etc., ou seja, programas sociais, educativos, culturais, religiosos, esportivos e de lazer que exigiram uma militância cada vez mais comprometida com a realidade de extrema pobreza encontrada nas ruas centrais da maior e mais rica cidade do país.

Esta militância exigia avaliações permanentes e inesgotáveis estudos de aprofundamento com os parceiros do dia a dia e pesquisadores externos que ajudaram a pensar e repensar a “rua” em toda a sua complexidade. Esta

necessidade se fez ecoar num grupo de pessoas de várias cidades que constituiu o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, do qual participei a partir de 1993. As sistematizações realizadas juntamente com este grupo foram um sinal positivo acenando para a necessidade do estudo e diálogo com outros pesquisadores e teóricos para a geração de subsídios que possam fundamentar o enfrentamento deste grave problema da modernidade em toda a sua complexidade como se configura desde as metrópoles emergentes até as grandes cidades globais.

A ampliação do contato com novos parceiros crescia simultaneamente à minha imersão nos baixios do viaduto do Glicério. O diálogo entre a OAF e um grupo de empresários do PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais, determinava a criação de um novo projeto voltado à População de Rua – a Associação Minha Rua Minha Casa. A partir de 1996 até 2002 entrei numa nova fase de interação com esta realidade, em caráter profissional, como coordenador e para a implantação da Associação Minha Rua Minha Casa, o que exigiu mais estudo e dedicação para a implementação de programas de intervenções sociais e abordagens terapêuticas, voltadas principalmente para o alcoolismo e que atinge em maior ou menor grau, mais de 200 pessoas diariamente. Em 2002, me dediquei parcialmente à organização das moradias transitórias, ou seja, 44 pessoas que moram provisoriamente em 5 casas em regime de co-gestão.

No Fórum das Organizações que Trabalham com a População de Rua na cidade de São Paulo, buscamos a articulação dos moradores de rua visando seus direitos de cidadania. Os *dias de luta* a cada ano proporcionaram avanços nas políticas públicas para a população de rua e possibilitou a participação de mais de 300 pessoas em situação de “rua” da cidade na Marcha Nacional da População de Rua em Brasília em 2001, que por sua vez congregou aproximadamente 3.000 pessoas de todo o Brasil. Na cidade de São Paulo, os trabalhos desse Fórum, contribuíram consistentemente para a criação de Lei Municipal 12.316/97 de Atenção à População de Rua, regulamentada em 2001 pelo decreto 40.232.

A postura enquanto pesquisador, que exigiu o necessário distanciamento desta militância para o estudo ora apresentado, foi precedida por atuações em grupo de estudos, seminários e assessoria a projetos para população de rua em São Paulo e outras cidades.

Dentro desta jornada de experiências com a “rua”, uma série de encontros semanais ao longo de quase todo o ano de 2002, foram dedicados às oficinas com

representantes dos profissionais de saúde de cinco distritos sanitários, um seminário e um curso de capacitação envolvendo mais de 60 profissionais que de alguma forma estão vinculados às intervenções com moradores de rua na área da saúde, assistência social e educação. Este projeto, que teve como objetivo a Implantação de Políticas Públicas de Saúde para Moradores de Rua no âmbito de quatro subprefeituras da cidade de São Paulo com maior incidência de moradores de rua, foi realizado pela Faculdade de Saúde Pública/USP sob o patrocínio do Ministério da Saúde.

Fechando esta trajetória, minha inserção no grupo de pesquisadores responsável por um estudo comparativo em quatro cidades globais e que realizou o seminário internacional Vencendo as Barreiras da Exclusão: Populações de Rua e Políticas Públicas, tem proporcionado um grande aprendizado para a integração das experiências com a rua e a pesquisa.

Presente nas lendas mais antigas do Egito e Índia, o desabrochar da Flor Sagrada do Cosmos é associado com a manifestação da inteligência, das emoções e da elevação do espírito. Associar os diferentes matizes do Lótus com: clareza mental, força interior, compaixão ou a supremacia do espírito sobre os sentidos ou ainda com a manifestação da inteligência, do bom senso, do conhecimento, não é mero exercício imaginativo. Os olhares mais aguçados são capazes de perceber que algumas variações desta flor não se mostram completamente, ou a engenhosidade que impede o acúmulo de sujeiras, através de microporosidades nas suas pétalas, mantendo-as intactas mesmo nos ambientes mais lodosos. Ou ainda perceber que tal delicadeza e aparente fragilidade encontram-se suspensas por uma haste constituída por resistentes fibras, difíceis de se partirem.

Da mesma forma, a Vitória Régia, sua parente que nos é mais próxima, lança suas raízes no lodo que habita o fundo de lagos selváticos e desafia os lendários fantasmas das águas escuras com o seu caule espinhoso como que atravessando “o mar das emoções que ligam ao tempo passado para emergir (...) no anseio da paz e da claridade suave do brilho da lua”<sup>49</sup>.

Aprendi com as pessoas com quem tenho convivido, a olhar além da superfície lodosa da realidade da rua e ver aspectos de humanidade e solidariedade nem sempre encontrados em outros meios mais organizados

---

<sup>49</sup> Maria Alice C. Freire & Isabel F. Barsé. Compêndio provisório de novas essências dos Florais da Amazônia.



socialmente. Aprendi também a perceber a resistência das pessoas em situação de rua e sua habilidade para sobreviver na mais absoluta carência, distante de familiares e às vezes, também distantes da rede institucional de amparo. Aprendi a perceber a imensa variedade de perfis e qualificações encontrados na população de rua. Aprendi que a sobrevivência, mesmo estando com os pés fincados nos porões da cidade, é um exercício de um direito inalienável – o direito à vida e exemplo da magnitude do *SER* humano.

*“Queria escrever para os namorados e veja o que escrevo:  
versos dos desgraçados, dos que a sorte desprotegeu.  
Desculpem-me, mas não sou eu quem escreve, é a vida.”  
Elisabete<sup>50</sup>*



---

<sup>50</sup> Mota, Maria Elisabete Lima (1986, p.102). Ex-moradora de rua.

## 8 REFERÊNCIAS

1. Adorno RCF. Identidade e Exclusão. In: **Sexualidades pelo Averso: direitos, identidades e poder**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: IMS/UERJ; 1999. P. 89-97.
2. Adorno RCF. Os imponderáveis Circuitos dos Vulneráveis Cidadãos: Trajetórias de Crianças e Jovens das Classes Populares. In: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Cidadania, Verso e Reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial; 1997/1998. P. 93-109.
3. Adorno RCF. **Qualidade de Vida e Formas de Vida Ameaçadas: A Saúde e o Cenário Contemporâneo**. São Paulo; 1997. [Tese de Livre Docência da Faculdade de Saúde Pública da USP].
4. Alvarez AMS. **A Resiliência e o Morar na Rua: Estudo com Moradores de Rua – Crianças e Adultos – Na cidade de São Paulo**. São Paulo; 1999. [Dissertação de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública da USP].
5. Alvarez AMS. **Resiliência e Encontro Transformador em Moradores de Rua na Cidade de São Paulo**. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP].
6. Borin MES. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: Os Moradores de Rua em São Paulo**. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
7. Bursztyn M, Araújo CH. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond; 1997.
8. Bursztyn M, organizador. **No meio da rua – Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro: Garamond; 2000.
9. Campos, C. **São Paulo pela Lente da Higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)**. São Carlos: Rima; 2002.
10. Castel R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes; 1998.
11. Castelvechchi G. **Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria**. São Paulo: Paulinas; 1985.

12. Clarke D. Lifting the Voices of homeless women: The work of the 'Roofless Women's Action Research Mobilization'. In: Dulwich Centre Journal. **Homelessness**. Richmond (Austrália); 1999. P. 53-54.
13. **Constituição Federal**. São Paulo: RT; 2000.
14. Denzin NK, Lincoln YS. **Handbook of Qualitative Research**. Londres: Sage Publications; 1997.
15. Durkheim É. **Lições de Sociologia**. Trad. de M Stahel. São Paulo: Martins Fontes; 2002.
16. EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano [online] Disponível em [www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br) [jan de 2003].
17. Escorel, S. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.
18. Ferraz FC. **Andarilhos da Imaginação – Um Estudo sobre os Loucos de Rua**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2000
19. Fórum de População de Rua de Belo Horizonte. **A População de Rua – Seminário sobre Políticas Públicas**. Belo Horizonte; 1998.
20. Foucault M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
21. Freire P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra; 1997.
22. Freire P. Making history and unveiling oppression. In: Dulwich Centre Journal. **Homelessness**. Richmond (Austrália); 1999. P. 37-39.
23. Freyre G. **Oh de Casa!**. Rio de Janeiro: Artenova; 1979
24. Geremek, B. **Os Filhos de Caim: Vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
25. Giddens A. **A Terceira Via**. Trad. de MLXA Borges. Rio de Janeiro: Record; 1999.
26. Gregis C. **Fissura na Rua: Corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua**. Porto Alegre; 2002. [Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
27. Gustin MBS e Romão JEE. As Aspirações da População de Rua / Diagnóstico dos Equipamentos Sociais Integrantes do Programa Municipal de População de Rua. In: Fórum de População de Rua de Belo Horizonte. **A População de Rua – Seminário sobre Políticas Públicas**. Belo Horizonte; 1998. P. 67-95.
28. Gustin MBS. **Das Necessidades Humanas aos Direitos**. Belo horizonte: Del Rey; 1999.

29. Magni CT. **Images du Meme et de L'autre**. Paris; 2002. [Tese de Doutorado da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales].
30. Magni CT. **Povo da Rua: um estudo sobre o nomadismo urbano** [Coleção Cadernos da Cidade]. São Paulo: 1995.
31. Mason J. **Qualitative Researching**. Londres: Sage Publications; 1996.
32. Minayo MCS. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco; 2000.
33. Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids - Secretaria de Políticas de Saúde. **Manual de Redução de Danos**. Brasília (DF); 2001.
34. Mocarzel E, Loschiavo MC. **A Margem da Imagem**. Documentário em longa metragem produzido pela SP Filmes. São Paulo; 2002.
35. Mota MEL. **Ave Vagueira**. São Paulo: Edições Paulinas; 1986.
36. Mota MEL. **Declaro que estou em tormento - poesias da sarjeta**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; 1987.
37. Mota A, Munhoz JV. **População de Rua: Que Cidadania?** Rio de Janeiro: Nova; 2003.
38. Munhoz JV. **População Adulta de Rua – Uma Proposta de Metodologia Sócio-Educativa**. Rio de Janeiro: Nova; 1997.
39. Munhoz JV. **Sobre a População Adulta de Rua e Alguns dos seus Valores – Um início de discussão**. Rio de Janeiro: Nova; 1994.
40. Nasser ACA. **Sair para o Mundo – Trabalho, família e lazer na vida dos excluídos**. São Paulo: Hucitec; 2001.
41. NCH - National Coalition for the Homeless. **How Many People Experience Homelessness?** [online] Disponível em [www.nationalhomeless.org](http://www.nationalhomeless.org) [jan de 2003] Washington DC: NCH; 2002.
42. Neves DP. **O Trabalhador Que Não Deu Certo**. In: Ciência Hoje Ano 1 Número 4. Rio de Janeiro: SBPC; 1983.
43. NLCHP - National Law Center on Homelessness and Poverty. **Homelessness and Poverty in América** [online]. Disponível em [www.nlchp.org](http://www.nlchp.org) [2002].
44. OCAS – Saindo das ruas. Ano 1, número 1. São Paulo: 2002.
45. Passaro J. The persistence of homelessness: Reflections on gender, class and race. In: Dulwich Centre Journal. **Homelessness**. Richmond - Austrália; 1999. P. 45-49.

46. Paugam S. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais. In: **As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicosocial e ética da Desigualdade Social**. São Paulo: Vozes; 1999.
47. Platão. **A República**. Trad. de E Menezes. São Paulo: Hemus; 1970
48. Quivy R, Campenhoudt LV. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva; 1992.
49. Rosa CMM. **Vidas de Rua, destino de muitos** [CD ROM]. São Paulo: IEE-PUC/SP; 1999.
50. Sanchis P. A Dimensão da Cultura na Cidade Contemporânea. In: Fórum de População de Rua de Belo Horizonte. **A População de Rua – Seminário sobre Políticas Públicas**. Belo Horizonte; 1998. P. 15-17.
51. Santos MAC. Criança e Criminalidade no Início do século. In: Del Priore M., organizadora. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto; 1999.
52. Santos MLC. **Cidades de Plástico e Papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio**. Tese de livre docência. São Paulo: FAU/USP; 2003.
53. Santos MLC. Discarded Products Design and Homeless Materials in Global Cities. In: **City and Culture, Cultural Process and Urban Sustainability**. Ed Louise Nystrom and Collin Rudge Karskrona. The Environmental Council, 1999, pp 261-269.
54. Sarti CA. **A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Ed. Cortez; 2003.
55. SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo** [Relatório Executivo]. São Paulo; 2000.
56. SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Caracterização Sócio-econômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo** [Relatório Executivo]. São Paulo; 2000.
57. SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, PLAS – **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2002-2003**.
58. Schnitmann LE. **Tratamiento de Las Drogodependências**. Madrid: Grupo Cerro; 1995.
59. Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde. **Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

60. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Reconstruindo a Cidadania** [Informativo da SAS]. São Paulo: 2001.
61. Simmel G. A Metrópole e a Vida Mental. In: Velho OG, organizador. **O Fenômeno Urbano**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1976. P.11-25.
62. Snow DA, Anderson L. **Desafortunados**. Trad. de S Vasconcelos. Petrópolis: Vozes; 1998.
63. Sposati A. **Mapa da Exclusão / Inclusão da Cidade de São Paulo 2000: Dinâmica Social dos Anos 90** [CD ROM]. São Paulo: Pólis/INPE/PUC-SP; 2000.
64. Stoffels, MG. **Os Mendigos na Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
65. SUS. **SUS – Sistema Único de Saúde** [online] Disponível em [www.consaude.com.br/sus/indice.htm](http://www.consaude.com.br/sus/indice.htm) [out de 2003].
66. Tachner SP, Rabinovich EP. **Modos de Morar na Rua** [Cadernos de pesquisa do LAP – Série Urbanização e Urbanismo – 26]. São Paulo: USP/FAU/LAP; 1998.
67. Turner VW. **O Processo Ritual – Estrutura e Antiestrutura**. Petrópolis: Vozes; 1974.
68. Vieira MAC, Bezerra EMR, Rosa CMM. **População de Rua – Quem é, Como Vive, Como é Vista**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; 1994.
69. Vieira MAC, Rosa CMM. **Relatório da Visita dos Representantes de SEBES a Toronto dentro do Programa: Desenvolvimento Comunitário**. São Paulo: Sebes-Secretaria do Bem Estar Social; 1991.
70. Vieira MAC. **Migração: Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais. Trecheiros e Pardais**. Apresentação em Simpósio Internacional; 1999.
71. Vieira MAC. **Fórum de Estudos Sobre População de Rua – Avanços e Desafios**. Rio de Janeiro: Nova; 1998.